

Mulheres na expansão colonial portuguesa

Clara Sarmento⁷⁷³Maria de Deus Manso⁷⁷⁴

INTRODUÇÃO

Até ao início do século XIX, poucas foram as mulheres ocidentais que acompanharam os maridos nas suas viagens para o Oriente, ao contrário do que sucedeu na colonização do Brasil, para onde partiam com mais regularidade. Por esta razão, a raridade da documentação disponível, tanto da autoria de mulheres como sobre a viagem de mulheres entre o Ocidente e o Oriente, faz com que os documentos aqui analisados se revistam de grande importância, pois a grande maioria das fontes sobre o Império não passa de um registo sobre o homem e suas actividades políticas e económicas. A produção epistolar e diarística que agora estudamos permite-nos recuperar a memória de um passado colonial e, particularmente, observar o papel nele desempenhado pela mulher. Contudo, há que ter em conta que o Oriente, tal como o Brasil, só são valorizados na medida em que estão dominados colonialmente pela cultura europeia. O Oriente e o Brasil estão invariavelmente associados à riqueza, ao lucro fácil, ao enriquecimento e à promoção social. Deste modo, a promoção social, profissional e económica é a motivação comum às deslocações de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, Inácia Carolina Barreto e Maria Isabel Pinto da França Tamagnini, e é também o tema central das narrativas que acompanham e traduzem essas viagens. De forma declarada ou intuída, estes textos escritos funcionam como autênticos diários, assinalando eventos familiares e sociais, repletos de pormenores e descrições de paisagens e de povos, e dando voz às mais diversas considerações do foro privado. Através destas narrativas, temos acesso ao posicionamento das suas autoras frente aos outros povos com que convivem, muitas vezes a contragosto, o modo como entendem diferentes tradições e culturas, a maneira como se integram ou não nas sociedades em que se movimentam. São igualmente discursos familiares, afectivos, cúmplices, sempre sob um olhar etnocêntrico, crítico e ao mesmo tempo moralizante.

⁷⁷³ Centro de Estudos Interculturais, Instituto Politécnico do Porto.

⁷⁷⁴ NICPRI, Universidade de Évora. Investigação apoiada pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

No seu conjunto, os percursos destas três mulheres cobrem todo o globo. Inácia Carolina viaja pela Europa, permanece em Moçambique e termina a sua jornada no Índico, no Oriente, em Goa. Isabel Tamagnini cruza o Mediterrâneo, o Suez, o Índico e navega depois ao longo da Indonésia até à distante Díli. Bárbara atravessa o Atlântico até ao Brasil e aí o seu percurso divide-se entre a corte no Rio de Janeiro e a vida em Salvador da Baía e nos engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano.

Para todas estas mulheres, o “Império” ultramarino é talvez o derradeiro recurso na busca de riqueza e promoção social. O marido de Inácia é juiz e ambos procuram o ultramar para promoção sócio-económica. Isabel Tamagnini integra a comitiva do seu padraсто e novo governador de Timor, no contexto da tentativa tardia de organização administrativa do império por parte de um estado em crise, recorrendo aos serviços de uma aristocracia falida, que necessitava desesperadamente de encontrar cargos bem remunerados e socialmente aceitáveis. Maria Bárbara e seu marido seguem a corte na sua fuga para o Brasil e aí permanecem, usufruindo das honrarias que a proximidade do soberano confere e envolvendo-se activamente na exploração de um engenho de açúcar. Em todos os casos, as narrativas destes percursos de vida são dominadas pela riqueza (que se possui ou que se deseja), pela ascensão social e pela intriga na política, na comunidade e na família.

Através dos maridos ou dos parentes masculinos, estas mulheres partem em viagens com um claro propósito pragmático, sem qualquer interesse pela viagem em si nem pelas diversas regiões que atravessam ou culturas com que interagem. Contudo, nunca são neutras nas suas observações, escolhendo registá-las sob a forma imediata, impressionista e socialmente aceitável que a correspondência familiar e o diário íntimo proporcionam. Apesar dos diferentes contextos geográficos, históricos, económicos, familiares e pessoais que distinguem as três mulheres, a sua perspectiva é invariavelmente eurocêntrica, essencialista e católica. Voluntária ou involuntariamente participam nas questões do Império, testemunhando o início da sua derrocada, anunciada na independência do Brasil e eminente nas crescentes dificuldades de governação. Em última instância, todas estas narrativas são histórias de perda e de regressos destroçados, tal como a própria história do império colonial português.

Na era da monarquia constitucional, as possessões coloniais da Índia, Timor e Macau pesavam já tão pouco na economia portuguesa, que alguns

intelectuais chegaram a interrogar-se sobre a eventualidade de alienar tais territórios, nominalmente portugueses. Todavia, noutro plano, o Oriente pesava ainda no olhar que os portugueses desenvolviam sobre si mesmos. A estruturação de uma identidade colectiva, tal como de uma identidade individual, processa-se invariavelmente em termos relacionais, no caso presente com outros povos. No Portugal oitocentista, há muito que haviam cessado os tempos efémeros do domínio comercial e militar do Índico. O Oriente ficaria para sempre associado no senso-comum à cobiça, ao enriquecimento fácil, ao luxo e à corrupção dos costumes. A teoria da decadência dos povos peninsulares, tal como foi formulada por Alexandre Herculano e Antero de Quental, responsabilizava a expansão e as conquistas pelo declínio nacional, a partir do século XVI. Curiosamente, e ao contrário de outros meios culturais da elite europeia da época, os introdutores do romantismo em Portugal – Garrett e Herculano – não nutriam um interesse significativo pelo imaginário orientalista, que não raras vezes era representado com um forte pendor negativo. Para Sérgio Campos Matos, as considerações de Herculano sobre a decadência nacional são inequívocas: do Oriente, os portugueses traziam em cada monção “soltura de costumes, desenfreio, cobiça e egoísmo”, que se traduziriam numa espécie de “prostituição política”. Herculano dava expressão à antiga teoria do luxo-decadência: o carácter moral e as virtudes do Portugal medieval ter-se-iam corrompido com o afluxo das riquezas adquiridas na Ásia, “quase sempre por preço de imoralidades e crimes”⁷⁷⁵. No apogeu oitocentista do domínio eurocêntrico, difundiu-se extraordinariamente uma ideologia comprometida com a teoria etnocêntrica e com teleologias da história que configuravam o futuro como uma estrada única, de um progresso unilinear, contínuo e irreversível. O positivismo e o cientismo, envolvendo a crença optimista no progresso triunfante, contribuíram apenas para legitimar essa perspectiva eurocêntrica do mundo, em que os “outros” povos tinham um lugar subalterno, quando não rigorosamente nulo. Sérgio Campos Matos observa ainda que, se bem que alguns autores portugueses da segunda metade de oitocentos e de princípios do século vinte tenham sido atraídos pelas culturas orientais, fizeram-no principalmente em ópticas nem sempre ajustadas ao ponto de vista

⁷⁷⁵ MATOS, Sérgio Campos, “Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX: O caso de Oliveira Martins”. *CADMO. Revista do Instituto Oriental, Actas do Colóquio Internacional Orientalismo Ontem e Hoje*. Lisboa; Universidade de Lisboa, 2002, pp. 211-12.

dos poderes coloniais. Sem deixarem de constituir olhares exteriores às culturas orientais, estes exemplos não estão contudo em sintonia com o padrão europeu dominante no seu tempo: os “outros” como raças destituídas das qualidades superiores dos indo-europeus, quando não como raças inferiores ou até degeneradas⁷⁷⁶.

A condição feminina ao tempo destas três narrativas contextualiza-se naquilo que Georges Duby e Michelle Perrot sintetizam como sendo “em parte uma questão económica, (...) ainda mais uma questão cultural, (...) mas antes de mais uma questão de direito, porque é apenas na base dos direitos escritos (...) que podemos pretender encontrar-lhe uma solução que seja segura”⁷⁷⁷. As incipientes manifestações feministas do século XIX acabaram por motivar uma reatualização do medo que as mulheres sempre inspiraram ao longo da História ao sexo oposto⁷⁷⁸. Se até então ele fora difuso, o “medo ancestral do ‘segundo sexo’, pelo terror da sua fisiologia cíclica, lunática”, nas palavras de Marilena Chauí⁷⁷⁹, emerge em oitocentos na perplexidade diante do avanço da mulher no espaço público. Esse sentimento tornar-se-ia, no chamado século burguês, tema central de muitos romances e de um incontável número de tratados médicos, além de atrair a atenção de jornalistas, juristas, políticos e artistas. Tão grande perplexidade dever-se-à, sem dúvida, às inúmeras questões que o abandono da esfera considerada própria ao feminino levantava, destacando-se as questões relativas ao papel masculino, papel que não mais se definia isoladamente, mas agora num constrangedor confronto com o sexo oposto⁷⁸⁰. Andréa Lisly Gonçalves contrapõe à tendência de ocupação do espaço público por parte de um número crescente de mulheres, o estímulo conferido pelo século XIX à criação de mecanismos de controle sobre as sensações e os sentimentos. Um sintoma dessa disposição de enquadramento, sobretudo direccionado às mulheres, encontra-se na profusão de tratados, códigos de comportamento e etiquetas, escritos e divulgados no período. Se a criação e

⁷⁷⁶ MATOS, Sérgio, “Oriente e orientalismo em Portugal”, pp. 212-24.

⁷⁷⁷ DUBY, Georges, PERROT, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 556.

⁷⁷⁸ GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 34.

⁷⁷⁹ CHAUI, Marilena, “Sobre o medo”, in CARDOSO, Sérgio et al. (eds.), *Os sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 38.

⁷⁸⁰ GAY, Peter, *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 128.

aplicação de normas se estendem pelos mais diferentes países, de França a Portugal e de Portugal ao Brasil, será na Inglaterra que as prescrições assumirão um carácter mais abrangente, ao ponto de o século XIX ser muitas vezes designado como “era vitoriana”, um período de valorização da família, de consolidação das regras da intimidade, de invenção do *self*, um indivíduo refratário ao mundo gregário e colectivista, típico da fase de ascensão da burguesia liberal⁷⁸¹. Contudo, as mudanças ocorridas no século XIX não se limitaram a uma evolução linear, e nem todas as mulheres se inserem num colectivo anónimo e desprovido de capacidade de agência, fruto de generalizações essencialistas e de estereótipos em que muitas vezes a modernidade pseudo-global e pseudo-igualitária é fértil.

O período colonial brasileiro foi dominado pelo patriarcado, que submeteu a mulher a uma situação de total subserviência, destituída de direitos de escolha, opinião, livre expressão, socialização e movimentação no espaço público. As mulheres das classes mais abastadas, até meados do século XIX, viviam em grande isolamento e ócio, tanto físico como intelectual, com todo o poder decisório entregue aos chefes de família⁷⁸². A igreja contribuiu também, nesse mesmo período, para o controle do comportamento feminino, fortalecendo, na prática, a ideologia patriarcal e a relação assimétrica de poder já implícita no escravagismo. Por outro lado, as festas religiosas abriam um dos raros espaços de sociabilidade para as mulheres, constituindo um motivo para as mulheres de famílias economicamente mais favorecidas usufruírem do espaço público, em encenações de grande riqueza ostentatória. Ao longo do século XIX, as celebrações religiosas cederam lugar a outras reuniões sociais, como saraus e bailes, acentuando gradativamente as transformações de hábitos e valores em curso na sociedade.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, marcou profundamente a vida social no Rio de Janeiro, atraindo um significativo número de estrangeiros à cidade. A concomitante elevação do Brasil de colónia a “reino unido” repercutiu-se favoravelmente na condição feminina, transformando aos poucos o regime de clausura a que as mulheres estavam sujeitas. Ao longo do século XIX, as classes mais abastadas foram desenvolvendo hábitos “elegantes”, o gosto pela música, pelas artes cénicas e o cultivo da vida social,

⁷⁸¹ GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Gênero*, pp. 37-40.

⁷⁸² GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Gênero*, pp. 63 e segs.

através do fomento do teatro lírico e da organização e frequência de salões. A sociabilidade expandia-se e, com ela, o espaço e as formas de actuação das mulheres. Apesar dessa lenta evolução, grandes barreiras separavam ainda o mundo feminino do masculino, apoiadas nas leis, nos costumes arcaicos, na educação formal e informal e até na ciência, segundo as convicções da época. A ciência justificava e fortalecia a ideia de que a mulher deveria manter-se confinada ao lar, evitar esforços tanto físicos como mentais, já que eram consideradas seres frágeis, inferiores, que, se expostos à mesma educação dada aos homens, seriam prejudicadas no seu exercício dos deveres de esposa e mãe. Contudo, sobretudo na segunda metade do século XIX, é possível observar uma modificação gradual nas normas rígidas às quais a mulher era submetida. A educação feminina tornou-se mais importante e diversificada, se bem que num quadro estratégico de valorização com vista às alianças matrimoniais. As jovens das classes abastadas passaram a ter um melhor acesso à educação sistemática, mesmo que por um curto período de tempo e com currículos diferentes dos oferecidos pela educação masculina. O interesse das mulheres pela música era aprovado e cultivado, sob a forma de adorno doméstico e social, sobretudo no que se refere ao piano e ao canto. Proibidas de se emanciparem intelectualmente, já que, além das restrições à educação que recebiam, as suas leituras eram severamente fiscalizadas pela família, as mulheres concentravam muito da sua atenção nas actividades artísticas, nomeadamente na escrita.

Juntamente com as autobiografias, as cartas e os diários – como os que aqui são estudados – compõem um subgénero que poderemos designar como “literatura do íntimo”. As cartas pessoais, por serem manifestações do âmbito privado, têm a sua escrita associada às mulheres, sobretudo em finais de setecentos e ao longo de todo o século XIX. Apesar de prevalecer a prática missivista anónima e quotidiana – característica que não a torna menos importante, principalmente pelos novos espaços de sociabilidade que documenta – a correspondência de mulheres de estatuto influente, muitas vezes voltadas para a literatura, torna-se ao mesmo tempo um instrumento de informação, de reflexão e de jogo intertextual. No século XIX, o incremento da troca de correspondência seguia o avanço da infra-estrutura de transportes, exigido pela intensificação do capitalismo, experimentando um crescimento exponencial com a implantação dos caminhos-de-ferro. As comunicações mais rápidas, essenciais para o estabelecimento de contratos e para a agilização das trocas comerciais, exigia a abertura de agências de correio, com a consequente am-

pliação da mala postal. Às mulheres reservava-se a tarefa de manter os parentes distantes informados do cotidiano familiar, surgindo assim uma certa especialização feminina na tarefa de secretariar e de manter vivos os laços da vida comunitária⁷⁸³. Naturalmente, o desempenho da tarefa epistolar não seria possível sem que se assistisse, ao longo do século XIX, a um processo extensivo de alfabetização que, apesar de atingir níveis diferentes em diversos países, será responsável pelo recrutamento de professoras entre a população feminina, inclusivamente a de estatuto económica menos privilegiado. Bárbara Garcez, por exemplo, mostra-se uma observadora arguta na correspondência trocada com o marido, alternando notícias sobre a rotina da vida familiar, a supervisão da propriedade e o governo dos escravos, com lúcidas informações sobre a conturbada situação política e social que o Brasil atravessava nas vésperas da independência, descrevendo um mundo bem distante do das classes médias em ascensão na Europa.

Maria Bárbara Garcez, Inácia Carolina Barreto e Isabel Pinto da França Tamagnini ilustram as vivências e estruturas de pensamento dominantes da alta burguesia e da fidalguia rural portuguesa do século XIX. A origem sócio-cultural de Bárbara Garcez e de Inácia Carolina situa-se especificamente na chamada “nobreza da província”, um universo complexo e ainda escassamente explorado, lacuna que este estudo visa colmatar. No geral, essa pequena nobreza vivia numa permanente situação económica precária, limitada à preponderância local. Os seus filhos eram invariavelmente encaminhados para o serviço militar, para a magistratura ou para as carreiras eclesiásticas, como forma de manter a casa de família e a miragem de alguma ascensão social. Para as filhas, restava-lhes o casamento ou a entrada coerciva e sem qualquer vocação num convento. Com efeito, e citando o prefácio de António d’Oliveira Pinto da França ao primeiro volume da *Correspondência Luso-Brasileira*, “exaustivamente se optava pelas soluções de recurso à toga, ao Exército e à Igreja, através de sinecuras destinadas a ‘arquivar’ indiscriminadamente seres humanos que não produziam, viviam do Estado e progressivamente agravavam a ruína nacional. As cartas reflectem bem o fenómeno de

⁷⁸³ GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Gênero*, pp. 102 e segs. Consultar também: ÁLVAREZ, Patricia Martínez i, “Reunión y escritura femininas en los contextos de las independencias americanas”, *Nómadas*. Universidad Central de Colômbia, octubre 2010, pp. 57- 68.

dependência dum Estado caduco, um poder e uma elite que viviam promiscuamente, o primeiro a conceder benesses, a segunda a intrigar para as obter”⁷⁸⁴.

A presente abordagem à *Correspondência Luso-Brasileira* explora a experiência intercultural entre Portugal e o Brasil, entre 1807 e 1823, de duas famílias oriundas da pequena nobreza rural do Norte de Portugal, com especial atenção ao percurso intercultural feminino protagonizado por Maria Bárbara Garcez. A *Correspondência* é uma representação polifónica de um movimento de transculturação pessoal, familiar, social e grupal, ao longo de quase duas décadas, e funciona como uma tradução por vezes consecutiva, outras vezes simultânea, dos eventos históricos testemunhados. O conceito de tradução intercultural aqui utilizado baseia-se no pensamento de Boaventura de Sousa Santos⁷⁸⁵ e articula os contextos concretos e situados do seu objecto de estudo, com o propósito de construir o conhecimento de diferentes momentos históricos, racionalidades e mundividências. A secção sobre *As Cartas de Inácia Carolina* centra-se sobre um conjunto de cartas trocadas entre D. Inácia Carolina e sua mãe, D. Emília Isabel da Fonseca e Gouveia, num período de quatro anos, de 1871 a 1875, durante a viagem daquela para a Costa Oriental Africana e Goa, em cujas comarcas o marido, o Dr. Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia exerceu as funções de Juíz de Direito. O epistolário analisado é um testemunho de uma mudança histórica quer no que diz respeito à política portuguesa ultramarina, quer pelo facto de Inácia Carolina fazer parte do número, ainda que restrito, de mulheres que começaram a acompanhar os seus maridos em missões no Ultramar.

O *Diário de uma Viagem a Timor* (1882-1883) descreve o itinerário de Isabel Pinto da França Tamagnini, entre Singapura e Díli. O *Diário* oferece uma representação peculiar da cultura asiática e das suas mulheres, através do olhar de uma europeia cuja formação e mundividência em pouco ultrapassavam a esfera doméstica e religiosa. A escrita de Tamagnini reflecte a sensibilidade de um estrato privilegiado da sociedade, que considerava a escrita femi-

⁷⁸⁴CARDOSO, António Manuel Monteiro; França, António d'Oliveira Pinto da (eds.), *Correspondência Luso-Brasileira*, 1º vol. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008, p. 16.

⁷⁸⁵ Consultar: SANTOS, Boaventura de Sousa, “A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, Março 2008, pp. 29-30; SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 124.

nina como um passatempo tolerável de senhoras prendadas. Logo nas primeiras linhas do *Diário*, Tamagnini afirma claramente que a sua produção e recepção devem restringir-se ao círculo da família e amigos, pois ela mesma o considera um texto recreativo e impressionista. Mas é precisamente esta característica que faz do *Diário* de Tamagnini um documento da sociedade colonial portuguesa de finais do século XIX. Tamagnini compõe uma representação subjectiva de uma realidade exótica e dos seus actores, recordando a noção de “orientalismo” de Edward Said. O olhar de Tamagnini é dominado pela pertença a uma elite etnocêntrica e produz um texto crítico, simultaneamente confessional e moralizador. Tamagnini parece viajar através de espaços de socialização aristocrática, mais do que através de geografias e culturas. Mas o espaço urbano é progressivamente substituído pelo território “selvagem”, à medida que a viagem se aproxima do destino. E aqui o *Diário* funciona como texto paradigmático, se bem que por vezes irreverente, de uma representação etnocêntrica da colónia, dos agentes coloniais e dos colonizados, com especial atenção à representação das personagens femininas observadas ao longo desta *Viagem a Timor*.

Tal como Maria Bárbara Garcez, também Inácia Carolina provem da nobreza provinciana, bastião do catolicismo. Na sequência do casamento, ambas acabam por entrar em contacto com outras realidades culturais, o que lhes permite transpor o papel de esposa, dona de casa e mãe que lhes estava reservado pelo senso-comum, tornando-se também elas em leitoras atentas das sociedades e das culturas que as envolveram, nos espaços coloniais que frequentaram. Contudo, embora se possa considerar que, em alguns aspectos, Inácia Carolina e o seu marido se adequaram *ligeiramente* à cultura oriental no domínio doméstico, da moda e do mobiliário, no que concerne ao convívio social ou à adopção de costumes locais não se verificou qualquer influência intercultural, ao contrário de Maria Bárbara Garcez.

A vida destas três mulheres em Goa, no Rio de Janeiro, em Salvador da Baía e em Díli decorre como se estivessem ainda em Portugal, preenchida com compras, visitas, idas ao teatro, festas litúrgicas e celebrações familiares ou comunitárias, que constituíam os grandes momentos do calendário social. É a matriz portuguesa que se procura a todo o custo manter, em todos os espaços coloniais do Oriente ao Ocidente, com maior ou menor sucesso, conforme as dificuldades e imprevistos criados pelo espaço (no caso da distante Díli de Isabel Tamagnini) e pelo tempo histórico (o Brasil da revolução e da indepen-

dência de Maria Bárbara). O ambiente que se respira em Goa é o da cultura europeia da época, sustentado pelas elites ocidentais. É também, porém, um ambiente onde predomina a inveja, o ciúme e a intriga, aspectos quase sempre anotados pelos cronistas da expansão portuguesa, com particular destaque para a fraca preparação e demasiada ambição daqueles que exerciam funções de liderança no Oriente.

A correspondência de Inácia Carolina é estritamente feminina, trocada entre mãe e filha, por comparação com as *cartas baianas* da família Garcez, que cobrem um período de tempo muito mais alargado e incluem missivas trocadas entre marido e mulher, entre parentes masculinos, entre pai, mãe, filhos e filhas, sem restrições de género. Inácia Carolina escreve com agrado que na Índia existe “uma infinidade de nomes p’ra distinguir mil raças e religiões. Mas há tipos curiosos, valia a pena vir aqui passar um anno, p’ra estudo de curiosidades”, revelando um interesse “etnográfico” que não demonstram Maria Bárbara Garcez nem Isabel Tamagnini, fechadas sobre si próprias, as suas famílias, atribulações e propósitos. Na sua correspondência, assistimos ao crescimento desta jovem aristocrata, acompanhada por um marido atento ao lar e à filha, para quem urge, logo desde o nascimento, assegurar um bom dote. Já no caso de Maria Bárbara, as preocupações com a gestão do engenho de açúcar de Aramaré sobrepõem-se ao lar, tema que contudo é dominante nas cartas de Inácia Carolina. A questão da gestão doméstica não é tão claramente expressa por Isabel Tamagnini, pois o seu diário cobre principalmente o tempo da viagem, sempre em trânsito, e é algo omissivo durante a estadia de um ano em Timor. O mundo exterior, o espaço público, tradicionalmente atribuídos ao género masculino, dominam a narrativa epistolar de Maria Bárbara, ao contrário das duas outras mulheres, cuja escrita e vivências se centram no espaço doméstico e familiar. As dificuldades de comunicação com os serviçais (tanto escravos como livres), bem como a necessidade de os punir e disciplinar, são comuns às três mulheres. Como a produção epistolar de Inácia Carolina se ajusta ao paradigma da Europa “civilizada”, e seguindo o hábito da comunidade lusa no espaço ultramarino, também ela se rodeia de um número significativo de serviçais, por quem declara nutrir profunda antipatia: “Isto são terras d’escravidão, a gente, volta ao tempo do feudalismo e tange os servos quando é preciso”, escreve. Sem serem efectivamente esclavagistas como Maria Bárbara Garcez, os discursos de Inácia Carolina e de Isabel Tamagnini em tudo se lhe assemelham, em essencialismo, violência e racismo.

As viagens de quase circum-navegação aqui estudadas vêm colmatar o silêncio da vertente feminina da história ultramarina, bem como a pretensa escassez da documentação produzida por/sobre mulheres. Apesar de a grande maioria das fontes sobre o Império ser um registo sobre o homem, com destaque para as actividades políticas e económicas, há que reconhecer a existência efectiva de correspondências, diários e narrativas pessoais que, também eles, traduzem a experiência intercultural da viagem, sem hierarquias de género nem preconceitos sobre o inegável valor do conhecimento das práticas do quotidiano que, afinal, definem uma cultura.

I - A CORRESPONDÊNCIA LUSO-BRASILEIRA: NARRATIVA DE UM TRÂNSITO INTERCULTURAL

Este primeiro estudo de caso segue as histórias de vida entre Portugal e o Brasil das famílias Pinto da França e Garcez, com especial atenção ao percurso intercultural de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, nascida em Penafiel em 1779, e casada com o oficial de origem baiana Luís Paulino Pinto da França. Durante as invasões francesas parte para o Brasil, passando a viver junto da corte, entre o Rio de Janeiro e a Baía, de onde nunca mais regressará. Viúva em 1824, sobre ela recai já há muito a responsabilidade da exploração do engenho açucareiro de Aramaré, que administrará até à morte, em 1851. Este trânsito intercultural é documentado através das cartas trocadas entre diversos elementos das famílias intervenientes, com especial relevo para as numerosas cartas da autoria de Maria Bárbara, cujo estilo surpreende pela cultura e pela originalidade de expressão numa mulher originária da fidalguia rural portuguesa da segunda metade do século XVIII. Maria Bárbara compõe uma visão participante, lúcida e esclarecida dos dramáticos acontecimentos que rodearam a independência do Brasil, muitas vezes oposta às versões propagadas pelas facções em conflito, não se coibindo de esclarecer e admoestar o marido e seus pares nas cortes em Portugal sobre as realidades do território. Atenta aos assuntos políticos, militares e administrativos, a família torna-se pouco a pouco uma nota residual, referida apenas quando afectada pelas circunstâncias históricas. Maria Bárbara inicia o seu percurso entre culturas como simples espectadora-leitora, tornando-se progressivamente numa comentadora-actora-protagonista-autora na sociedade, na política e na história. Este caso de estudo ilustra um peculiar percurso de transição identitária intercultural, de uma dama provinciana portuguesa para uma senhora de

engenho no Recôncavo Baiano, traduzido numa narrativa epistolar quase sempre simultânea, ou imediatamente consecutiva, a esse percurso. O processo de tradução intercultural assim narrado, tanto na primeira como na terceira pessoa, permite acompanhar a negociação de uma nova identidade, tão híbrida quanto assertiva. O conceito de tradução intercultural aqui utilizado baseia-se no pensamento articulado por Boaventura de Sousa Santos, que defende que a existência de diferenças – tanto epistemológicas como no senso-comum e nas práticas, valores e experiências do quotidiano (ou seja, diferenças culturais) – faz com que a respectiva comparação tenha de ser feita através de procedimentos de busca de proporção e correspondência que, no seu conjunto, constituem o trabalho de tradução. Estes procedimentos permitem aproximações sempre precárias ao desconhecido a partir do conhecido, ao estranho a partir do familiar, ao alheio a partir do próprio. O exercício reiterado da tradução revela que os procedimentos desenvolvidos para conhecer outros saberes acabam por ser os mesmos com que cada saber conhece a experiência do mundo em geral⁷⁸⁶. Admitindo a diversidade de narrativas e de expressões de conhecimento situado, patentes na *Correspondência Luso-Brasileira*, a análise pretendida por este ensaio não se imobiliza na estrita objectividade positivista, mas antes articula-se com os contextos concretos e situados do seu objecto de estudo, com o propósito de construir o conhecimento de diferentes racionalidades e mundividências. Porque “o trabalho de tradução é o procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo depois de ele ter perdido o sentido e a direcção automáticas que a modernidade ocidental pretendeu conferir-lhe ao planificar a história, a sociedade, a natureza”⁷⁸⁷.

HISTÓRIA E PROTAGONISTAS

As 127 cartas que constituem a compilação *Correspondência Luso-Brasileira*⁷⁸⁸ cobrem um período cronológico situado entre 1807 e 1823 e são da autoria de diversos membros das famílias Pinto da França e Garcez, per-

⁷⁸⁶ CONSULTAR: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA, “A FILOSOFIA À VENDA, A DOUTA IGNORÂNCIA E A APOSTA DE PASCAL”, pp. 29-30.

⁷⁸⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo*, p. 124.

⁷⁸⁸ CARDOSO, António Manuel Monteiro; PINTO da FRANÇA, António d’Oliveira (eds.), *Correspondência Luso-Brasileira*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008. Todas as referências serão provenientes desta edição e as respectivas páginas assinaladas no texto, entre parênteses.

tencentos à pequena nobreza rural do Norte de Portugal e, na sua maior parte, há muito emigrados no Brasil ou a este território ligados pela emigração de familiares próximos.

O primeiro volume, intitulado “Das Invasões Francesas à Corte no Rio de Janeiro”, contém as 68 cartas trocadas no período de 1807 a 1821, na sua maioria entre Luís Paulino de Oliveira Pinto da França e o sogro e cunhados da família Garcez. Luís Paulino, oficial do exército, nasceu em Cachoeira, perto de Salvador da Baía, no Brasil, a 30 de Junho de 1771, e neste país faleceu a 8 de Janeiro de 1824, no posto de general. Regressado a Portugal ainda com poucos meses, foi criado no Porto, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e tomou parte muito activa no movimento patriótico que expulsou os invasores franceses do Porto. Embarcou em 1812 para o Rio de Janeiro, onde assumiu o comando do regimento de cavalaria, como coronel. Elevado a general, a Baía elegeu-o como deputado às Cortes Constituintes de 1821, em Lisboa. Em 1823, foi enviado por D. João VI à Baía para ajustar um armistício com os revolucionários brasileiros. As forças portuguesas tinham porém abandonado já a Baía e, por isso, regressou ao Rio de Janeiro, onde devia juntar-se a outros negociadores. D. Pedro recusou-se a negociar com a comissão portuguesa, que decidiu seguir para Lisboa. Pinto da França ficou retido no Rio de Janeiro, por ter entretanto adoecido, e tentou a viagem em Dezembro de 1823, a bordo do brigue “Glória”, mas faleceu tragicamente no mar, antes de chegar a Portugal. Cultivou a poesia, de que se publicaram algumas composições no *Jornal de Coimbra*, *Parnaso Brasileiro* e *Miscelânea Poética* do Rio de Janeiro. Foi fidalgo-cavaleiro da casa real, marechal de campo, cavaleiro das ordens de Cristo, Nossa Senhora da Conceição e Torre e Espada, e condecorado com a medalha de ouro da Guerra Peninsular. A sua biografia repartida entre dois países pode resumir-se na frase “Sim, eu tenho duas Pátrias: a Bahia e o Porto. Aquela me viu nascer, esta cuidou dos meus primeiros dias e os encantou com as suas delícias”, com que abre uma carta enviada da Baía, em Agosto de 1820 (vol. I, p. 196).

Podemos acompanhar o percurso biográfico e geográfico de Luís Paulino através dos remetentes e destinatários da sua correspondência. Neste primeiro volume, as cartas de 1807 a 1813 são ainda enviadas de Chaves para Bragança e Penafiel, fruto da participação dos membros masculinos de ambas as famílias na luta contra os invasores franceses. A partir de 1813, e até 1819, com o regresso do agora coronel Luís Paulino ao Brasil, as cartas começam a ser

endereçadas a partir da corte no Rio de Janeiro, para os sogros e familiares em Penafiel e no Porto, bem como para os cunhados emigrados na Baía. Nos três anos seguintes, trocam-se cartas entre a Baía, para onde Luís Paulino se mudara em 1819, após uma atribulada viagem por mar, e os mesmos destinatários, no Rio de Janeiro, no Porto e na própria Baía.

Os temas recorrentes neste primeiro conjunto de missivas são a resistência às invasões francesas, quando em território português, e, depois da viagem para o Brasil, a vida na corte do Rio de Janeiro, com suas faustosas festas palacianas, intrigas políticas e jogos de influências, bem como os primeiros sinais de mudança e ventos de independência, com a revolta de Pernambuco, em 1817, em cuja repressão Luís Paulino desempenhou papel de relevo, o que lhe valeu grandes honrarias e promoção na carreira militar. As cartas da Baía, onde Luís Paulino reside aquando da revolução liberal do Porto em 1820, são dominadas pelas transformações políticas em que toda a família, tanto em Portugal como no Brasil, se vê envolvida. No geral, as cartas de Luís Paulino estão juncadas das mais reverenciais alusões ao soberano português e de loquazes testemunhos da sua própria fidelidade enquanto servidor, possíveis estratégias de auto-protecção em caso de um muito provável extravio. Com efeito, toda a correspondência alude à insegurança dos correios, navios e portadores, razão pela qual muitos nomes estão encriptados e diversas narrativas surgem truncadas ou plenas de alusões e subentendidos, que apenas um destinatário muito próximo conseguiria decodificar.

O segundo volume, intitulado “Cartas Baianas: O Liberalismo e a Independência do Brasil”, congrega as 59 cartas trocadas no período crucial de 1821 a 1823 e são maioritariamente endereçadas a Luís Paulino, agora residente em Lisboa enquanto deputado às primeiras cortes liberais, por sua mulher, Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, seus filhos e cunhados, que permaneceram no Brasil. Perderam-se contudo todas as cartas enviadas em resposta por Luís Paulino, a partir de Lisboa. Deste modo, as cartas têm como origem geográfica Salvador da Baía e os engenhos de Aramaré e do Caboto, algures entre Santo Amaro e Cachoeira, no Recôncavo Baiano, nas imediações do rio Paraguaçu, e como destino Lisboa. Em 1823, reflectindo o trágico regresso de Luís Paulino ao Brasil e as malogradas negociações junto dos independentistas, trocam-se cartas de teor dramático entre a Baía e o Rio de Janeiro, onde o destinatário adoece e onde embarcará para a derradeira viagem.

Este segundo conjunto de missivas é dominado pela narração dos conflitos que precederam a adesão da Baía à causa da independência, com um profundo conhecimento participante dos eventos históricos em causa, bem como pelas questões inerentes à direcção do engenho de açúcar da família. Consumada a independência do Brasil, emerge nas cartas o dilema familiar da opção entre as duas pátrias: Portugal ou Brasil? A 13 de Abril de 1822, Maria Bárbara escreve de forma bem significativa: “Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem” (vol. II, p. 88). E é também neste segundo volume de cartas que ganha protagonismo a figura feminina excepcional de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, senhora de engenho e de um peculiar percurso de trânsito e tradução intercultural.

Maria Bárbara Garcez nasceu em Penafiel, em 1779, e casou aos catorze anos com Luís Paulino, amigo e condiscípulo em Coimbra do seu irmão mais velho, José Garcez. Dele terá dois filhos (Bento e Luís Paulino Filho) e duas filhas (Sabina e Maria Francisca). Durante as invasões francesas, o marido coloca-a em segurança no Brasil, em Salvador da Baía, sua terra natal. Em 1813, vai juntar-se ao marido no Rio de Janeiro. Ali faz vida de corte até 1819, altura em que regressa à Baía, de onde nunca mais regressará a Portugal, apesar das saudades de que tanto se lamenta nas suas cartas. Viúva em 1824, sobre ela recai há muito a responsabilidade da exploração do engenho de Aramaré, que administrará com grande energia até à data da sua morte, em 1851. O estilo das suas cartas numerosas surpreende pela cultura, lucidez e pela originalidade de expressão, numa mulher nascida na província nortenha na segunda metade do século XVIII, numa família da fidalguia rural, grupo social em que grassava a ignorância, sobretudo entre as mulheres. Mas foi contudo nessa classe, da nobreza da província, entre a toga e a espada, que se recrutaram os “progressistas”, permeados dos ideais pré-revolucionários, que constituíram os contingentes da liderança liberal. Nas suas cartas, Maria Bárbara cita Camões, reproduz máximas latinas e reporta-se constantemente aos novos conceitos românticos de “pátria”, “nação”, “independência” e “poder constitucional”. Não se coíbe de exprimir um intenso afecto pelo marido e os mais violentos sentimentos contra os seus inimigos. A correspondência de Maria Bárbara permite-nos, acima de tudo, seguir “ao vivo” o percurso de transição intercultural de uma dama provinciana portuguesa que se transforma em senhora de engenho no Recôncavo Baiano, em plena guerra da independência,

narrando na primeira pessoa o processo de negociação de uma nova identidade.

Para os Garcez e os Pinto da França, cujas casas subsistiam com grandes dificuldades, através do recurso à nomeação de juizes administradores que iam adiando as penhoras, o Brasil representara a grande oportunidade de recuperação económica, a que se veio somar a presença de Luís Paulino junto da corte e o acesso privilegiado ao soberano, que lhe permitiu obter sucessivas graças. Daí que, graças ao patrocínio de um tio desembargador, há muito ali fixado, e à influência de Luís Paulino, todos os irmãos Garcez (António, Antão, Feliciano, Manuel e Henrique), à excepção de José, encontravam-se já radicados no Brasil, nos anos que precederam a revolução de 1820. Por estas razões, a progressão nas carreiras e a obtenção de empregos e mercês ocupam uma parte considerável desta correspondência transatlântica, juntamente com os pedidos de toda a espécie que choviam do Porto e de Penafiel, apresentados por parentes, amigos e vizinhos, desejosos de uma palavra junto dos ministros reais, que lhes satisfizesse as pretensões.

Ao contrário dos cunhados residentes no Brasil, e sujeito às suas críticas mais severas, Luís Paulino não se poupa às despesas inerentes a quem pretende “representar” numa corte onde a vida era caríssima e o luxo extraordinário. A exibição pública do *status* – o “capital simbólico” de Pierre Bourdieu⁷⁸⁹ – é feita à custa das maiores despesas, que o regresso à Baía, em 1819, onde Luís Paulino faria a “primeira figura, depois do governador” (vol. I, p. 154), como inspector-geral da cavalaria da província, leva ao auge. Enquanto Luís Paulino narra com orgulho as mercês que a mulher recebe das “Grandes do Reino” por seu intermédio (vol. I, p. 177), os irmãos de Maria Bárbara olham-no como um megalómano, vaidoso e dissipador, prestes a arruinar-se e arrastando consigo a família, como parece comprovar o naufrágio sofrido pelo casal e duas filhas na viagem entre o Rio de Janeiro e a Baía, tal era a pressa de tomar posse do cargo outorgado por D. João VI ou, no dizer de Antão Garcez, “correndo em busca de honra e dinheiro” (vol. I, p. 172):

e veja bem a bela notícia que também neste mês recebi! Saiu [Luís Paulino] daqui a 19 de Agosto, para a Bahia, com toda a família, em ocasião de boa

⁷⁸⁹ Consultar: BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1994].

monção, em que se pode chegar com 5 ou 6 dias de viagem. Porém, não o quis assim a sorte. Meteu-se num brigue inglês, a fim de evitar algum insulto dos corsários. Fretou-o por sua conta e, à moda do seu génio, saiu com a Mana bem doente. Foi tal a infelicidade que, ao fim de 17 dias, na barra falsa da Bahia, deu à costa às 5 da manhã, ainda com pouca luz. Não posso contar-lhe o que me diz a nossa Irmã, pois não me atrevo. Porém, forme ideia de duas pobres Senhoras, com a morte à vista, no estado que estariam, até mesmo quando foram postas no meio da areia, ao pé duma ilha quase de gente como, ou pior, que corsários. Enfim, não se pode imaginar tal aflicção até ao momento em que lhes acudiram. A sua carta consterna. A sua sede foi grande, o que puderam salvar estava destruído, quase tudo. Veja, a nossa pobre Irmã e Família o que sofreram e para quê, meu irmão? Isto só à vista. Todos os dias lhe vejo menos arranjo ao nosso Cunhado. Tudo é fartura, tudo são honras e, enfim, nada me importaria, mas é casado com uma Irmã a quem amo. Ele está cada vez mais insuportável. Deus lhe dê um momento em que pense que pode acabar e deixar uma Mulher e filhos do seu próprio génio. [...] Conheço-o e conheço-me. Agora é feito outro e sei que é filho da Bahia... (vol. I, pp. 172-3)

Aos olhos do senso-comum expresso pelo cunhado, Luís Paulino é, cultural e individualmente, “filho da Baía”, apesar de na vida pública ser um feroz defensor da união e agente da corôa portuguesa. Essa filiação cultural, essa miscigenação intercultural, justificaria o seu génio ambicioso e impetuoso, bem como a atracção temerária pelas infindáveis riquezas e oportunidades do Brasil. Por sua vez, Luís Paulino mostra-se ciente do perigo a que expusera a família, mas prefere relevar o seu próprio heroísmo e capacidade de liderança na narração que faz do naufrágio, apresentando-o como mais um dos muitos reveses da fortuna que conseguiu vencer com sucesso⁷⁹⁰. Na sua demanda de

⁷⁹⁰ “Tua Irmã e Sabina, que saltaram da cama em camisa, corriam como doidas e quase sem sentidos, de uma parte para a outra. Maria Francisca, nua, e que elas trouxeram a rasto, dava gritos e parecia entender o perigo. Considera como eu estaria. Eram 4 para as 5 horas da madrugada. Já corria a animá-las e a dizer-lhes que sossegassem, já corria a um lado e ao outro, gritando à gente que não perdesse o acordo. Uns lá me entendiam, outros não me entendiam (porque o navio era inglês e inglesa toda a sua tripulação) e outros não me obedeciam e cada um tratava de si. Enfim, no meio daqueles horores, já à força de promessas, já de ameaças, tratei de aproveitar o bote para salvar as Senhoras e, lançado este ao mar, lancei-as a ele. Levando eu debaixo dum braço a Maria Francisca e, debaixo do outro, os papéis e officios pertencentes a Sua Majestade, única coisa que tratei de salvar a par da minha família. Assim remei para uma costa que desconhecíamos, sem saber se na chegada à praia seria despedaçado o bote em alguns rochedos ou virado pelas vagas.

riqueza, são inúmeras as vezes em que Luís Paulino exprime o seu profundo fascínio pelos faustos do Brasil. Em 1814, pouco depois da chegada ao Rio de Janeiro, escreve ao sogro: “Este País é belo, grande e rico, mas por isso mesmo quem aqui tem 200 mil cruzados não tem para fazer figura nenhuma e se pode dizer mesmo que é pobre, para viver entre gente” (vol. I, p. 92). E também:

é uma terra caríssima e de um luxo extraordinário pela sua natural grandeza e riqueza. Eu já lhe tenho dito coisa alguma a respeito dos gastos e luxo deste País, que lhe parecerá extraordinário, mas persuada-se que lhe não tenho figurado nem uma ligeira sombra do que isto é. Hoje, não há no mundo uma Corte de mais carestia que esta. Parece que não se faz caso de dinheiro. Não aparece traste rico que se não venda logo; as coisas de gosto mais esquisito aqui vêm, porque, em outra parte, ninguém as pagaria. Há poucos dias chegaram aqui louças e porcelanas da maior raridade. Vendem-se xícaras e pires por 30 mil réis cada uma. Já é coisa grande. Pois saiba, ainda houve Senhoras que desdenharam e que disseram que xícaras de 30 mil réis não podiam ser boas para um chá de aparato. Maria Bárbara tem testemunhado isto com admiração e zanga dum tal luxo. [...] esta terra é boa. Porém, é para quem tem emprego lucrativo, porque os que vivem dos seus bens têm grandes gastos e o que vale é serem também grandes os rendimentos dos proprietários [...] aquilo [o engenho de Aramaré] não tem dado açúcar, tem dado e vai dando muito ouro. São estas as melhores propriedades do mundo e as dessa terra, na verdade, só dão dinheiro de sardinhas. (vol. I, pp. 92-3)

No decorrer do século XIX brasileiro, o sentido da riqueza ostentatória reforça-se, passando a significar cada vez mais a qualidade visível dessa riqueza e a sua utilização na convivência social. Em 1819, Luís Paulino escreve ao cunhado José, o único que se quedara em Portugal, “Não duvides de ver-me caminhar a grandes empregos, mesmo de alcançar um título” (vol. I, p. 155) e,

Deixo, enfim, miudezas da narração e concludo que, salvas assim, era uma cena tocante ver as Senhoras nuas e soltos os cabelos, beijando a areia e levantando as mãos e olhos para agradecer aos Céus! Os trabalhos que passei para salvar o resto fariam uma larga história. [...] Porém, a minha perda foi muito grande, pois eu tinha fretado o dito navio todo por minha conta e trazia nele, como se costuma dizer, a minha casa em prazo. Para salvar alguma coisa estive dois dias e duas noites na praia, prometendo e gastando um dinheirão e metendo-me continuamente ao mar, rodeado de bandos e bandos de bárbaros ladrões, de forma que o que escapou às ondas dificilmente escapava a estes” (vol. I, pp. 179-80).

no ano seguinte, “A roda dos meus parentes aqui é da mais pura e melhor nobreza, vive toda em abundância e esplendor e, portanto, não tendo de que envergonhar-me nem afligir-me, não posso estar melhor. Tenho andado agora sobre uma grande barca de vapor, atravessando esta espaçosa Bahia com uma velocidade suma, para assistir a várias funcanatas e convites destes grandes proprietários do Recôncavo” (vol. I, p. 185), e também “Enfim, quem se não trata e não despende não mantém a dignidade da sua representação, nem conserva as suas amizades e eu tenho muitas e boas na Corte” (vol. I, p. 179). Contudo, através da leitura da correspondência trocada pelo casal entre 1821 e 1823, apercebemo-nos de que toda esta ostentação se baseava no endividamento constante, e que a obtenção de letras de crédito e de favores de agiotas sustentava a representação social da família.

Para os personagens desta correspondência, o Brasil é muito mais (ou muito menos...) do que um “novo mundo”. O Brasil é um meio que se pretende rápido e fácil de construir fortunas, ou de recuperar aquelas que séculos de indigência e má gestão delapidaram. Fortunas já reais ou ainda utópicas, adquiridas através do comércio, do tráfico, das mercês, do jogo político, da produção de açúcar ou das estratégias matrimoniais: todas estas possibilidades são referidas e ponderadas, em cartas do mais declarado e cruel pragmatismo.

FALAM OS HOMENS: (BREVES) PALAVRAS SOBRE AS MULHERES

O primeiro volume da *Correspondência Luso-Brasileira* é inegavelmente dominado pelas personagens masculinas. Das 68 cartas compiladas, sessenta são escritas pelo punho de homens e centradas em assuntos de política, dinheiro e jogos de interesse. É sintomática uma missiva trocada entre dois dos irmãos Garcez, entre o Rio de Janeiro e Penafiel, em 1818: após longas páginas dedicadas a pedidos, favores, intrigas familiares, alianças estratégicas, questões de dinheiro e heranças – temas que parecem dominar toda a vida, quer em Portugal quer no Brasil – a carta remata com a singela e redutora frase: “Enquanto a mulheres, meu caro, tudo é a mesma coisa” (vol. I, p. 109).

Em todas as cartas, o imperativo cortês de escrever às mulheres, sejam elas esposas, mães ou irmãs, não é esquecido, mas nunca passa de uma intenção sempre adiada, declaradamente negligenciada por falta de tempo (e de valor, presume-se), restrita a meras notas de cortesia no final do texto. No discurso dos sujeitos de toda a acção e de toda a escrita – que os homens parecem ser – que representação merecem então as mulheres, meros objectos das

suas decisões e parcas atenções? Com efeito, as mulheres são representadas como objectos que urge colocar passivamente nos poucos espaços aceitáveis que a sociedade lhes reserva, nunca esquecendo cautelosamente que “filhas no Brasil aos 12 anos são mulheres feitas” (vol. I, p. 46). Às sobrinhas solteiras, há que providenciar o sustento através das “tornas” do engenho que escaparam ao morgadio. As sobrinhas casadas que contestam em vão a discriminação na herança resultante do morgadio são apelidadas de “tormento” (vol. I, p. 51). Se, apesar de todos os esforços, as negociações para um proveitoso matrimónio falharem (“Ao menos, quando tenha dinheiro, tudo está coberto, sendo, como dizem os de cá [Baía], gente branca”, carta de 1807, vol. I, p. 50), há que remeter a mulher solteira para um convento acessível (“os conventos de Vila do Conde e Arouca, que são bons e costum pouco”, vol. I, p. 50). Em geral, nas mulheres louva-se a moderação decorrente da educação portuguesa, por oposição ao gosto pelo luxo e a indolência, que serão já características da aculturação brasileira.

Na pacatez da província portuguesa, era com grande agrado que se recebiam as novidades do distante Brasil, cujo luxo e exotismo seria difícil de compreender, por falta de referentes comuns na sua descrição. Recorde-se: “Eu já lhe tenho dito coisa alguma a respeito dos gastos e luxo deste País, que lhe parecerá extraordinário, mas persuada-se que lhe não tenho figurado nem uma ligeira sombra do que isto é” (vol. I, p. 93). Por isso, muitas cartas contêm detalhadas listagens dos presentes que as acompanham na viagem do Brasil para Portugal, com rigorosas instruções quanto aos seus destinatários e qual a hierarquia a seguir no momento da escolha. Para as mulheres da família, enviavam-se leques, brincos, colares, lenços, esteiras, feixes de açúcar, madeiras, doce de maracujá, café, “chapéus da Costa da Mina feitos pelos negros”, flores, pérolas, entre muitos outros objectos “exóticos”.

As narrativas transatlânticas escritas por mulheres que subsistem no primeiro volume desta colectânea são as oito breves notas que Maria Bárbara dirige aos pais e aos irmãos em Portugal. Na curta missiva escrita na Baía, em 1812, e endereçada ao pai, em Penafiel, Maria Bárbara, então já com 33 anos, reitera as saudades e a lembrança constantes da família; exprime profunda alegria por em breve ir receber o marido que regressa ao Brasil; refere com orgulho os feitos militares do filho mais velho, Bento, na resistência às invasões napoleónicas; lamenta-se sobre as indefinidas doenças e melancolia de que sofre e termina com algumas notas sobre os dois filhos mais novos, Luís

Paulino Filho e Sabina. Juntamente segue uma brevíssima “carta anexa para a mãe”, com curtas linhas de “saúde”. Dois anos mais tarde, localiza-se nova carta, da Baía para Penafiel, em que Maria Bárbara narra aos pais o aborto que acabara de sofrer, bem como as suas eternas doenças e saudades; alude à queda de Napoleão e à vida da família real no Brasil; refere algumas festas religiosas e palacianas; dedica longas linhas à descrição de intrigas familiares e de jogos de influência na corte; e lamenta-se sobre a “pobreza” em que vive e as desventuras que sofre, devido à pouca ambição e excessiva probidade do marido (vol. I, p. 86). Curiosamente, estas observações são em tudo o oposto daquilo que Luís Paulino escreve ao sogro, apenas uma semana mais tarde: “Sim, sou vítima de altos desejos e empresas e não deixo de ter jeito para aquilo a que me proponho” (vol. I, p. 91).

Na *Correspondência Luso-Brasileira* surgem, se bem que de forma breve e quase sempre indirecta, outras personagens femininas, como por exemplo, Maria Libória Máxima Guilhermina, mãe de Maria Bárbara, de que se reproduzem duas cartas, na verdade pequenos exercícios de escrita em estilo barroco, próprios de uma dama nascida de família humilde, que fizera fortuna recente no Brasil. Os textos não mais contêm do que fórmulas de amabilidade, recomendações familiares, lamentos sobre a saúde e os inevitáveis pedidos de favores para o portador. Sobre as duas filhas de Maria Bárbara e Luís Paulino – Sabina e Francisca – as cartas complementam aquilo que a biografia comprova. Maria Sabina, dócil e vulnerável, vive sujeita à devoção por um marido brutal e verá morrer cedo a única filha, logo substituída por bastardos mestiços que dissiparão a herança. Na única e breve carta que subsiste de Sabina para o pai, sobre uma recente doença da mãe, a jovem inclui notas extemporâneas sobre a felicidade conjugal em que viveria, com um marido que “parece que todos os dias me ama mais” (vol. II, p. 67). Mentira ou ilusão, a verdade é que numa carta quase simultânea Maria Bárbara reitera que Sabina é infeliz, doente, virtuosa e vive isolada no engenho do marido, essa “víbora” que ela ama cegamente. Por seu lado, Maria Francisca é a filha tardia, nascida já no Brasil, que morrerá solteira aos 48 anos, treze anos depois da mãe. Deixará em testamento ao seu sobrinho Salvador, português distante, o sobrado na cidade da Baía, prontamente vendido. Devido à sua idade, as cartas contêm apenas os comentários que os pais sobre ela tecem, sempre elogiosos e cientes de que ela é já filha do Brasil: “tem unidas a uma gentil beleza europeia toda a viveza e graça brasileiras” (vol. I, p. 185).

Da leitura das cartas coligidas no primeiro volume, depreende-se que as actividades de mulheres como Maria Bárbara e outras damas das suas relações restringem-se ao mais puro ócio, entrecortado de idas a banhos de mar na Praia do Botafogo, visitas com leitura e comentário de cartas e grande sátira aos hábitos do Portugal rural e provinciano. Em 1814, o recém-chegado Luís Paulino escrevia já: “A pintura da feira, dos socos e capotes, e da rústica fidalguia, por força move o riso, até a qualquer escravo mulato desta terra, que é mais polido e açucarado e mais retórico do que era o sábio Frei Bartolo nos seus sermões” (vol. I, p. 99). Será decerto humilhante para o autor da carta, o cunhado José Garcez, em Penafiel, saber que a sua descrição dos hábitos portugueses fora alvo de escárnio público por parte da “Viscondessa de Vila Nova e outras Senhoras de amizade, que estavam com ela [Maria Bárbara] quando chegou a carta” (vol. I, p. 99). Num só parágrafo, Luís Paulino declara o seu afastamento da cultura provinciana portuguesa e exalta o círculo social que abrilhantava o quotidiano da sua família, ciente de que a comunidade de origem de tal tomaria imediato conhecimento.

A ociosidade de Maria Bárbara revela-se nos variados argumentos que evoca para não escrever mais amiúde à família em Portugal, por contraste com o extraordinário volume de correspondência que endereçará ao marido, depois da sua partida para Lisboa. Desde a filha que lhe “tem dado que fazer com os pasmos que lhe sobrevieram na subida dos queixais” (vol. I, p. 143), até à areia que o vento arrasta sobre o papel de carta, passando pelos longos meses a “banhos e ares” em São Cristovão (vol. I, p. 113), tudo são pretextos para atrasar a escrita. Numa breve carta de 1818 ao irmão, no Porto, Maria Bárbara, então no Rio de Janeiro, desculpa-se por não lhe escrever com frequência e mantém as mesmas temáticas de há seis anos atrás: o permanente lamento sobre “lágrimas”, “rugos” e “tristeza”, saudades, a família, o tempo que passa, as doenças indefinidas (vol. I, pp. 120-1).

Para além do evidente quotidiano ocioso, inferem-se daqui as características naturais de uma identidade individual, bem como as dinâmicas próprias de um círculo familiar tão alargado quanto disperso geograficamente. Contudo, muita da apatia e infelicidade expressas nas cartas de Maria Bárbara irá também de encontro às convenções sociais, às expectativas do senso-comum actuante junto dos destinatários. Isto é, Maria Bárbara escreve aquilo que se espera de alguém com o seu papel social de esposa casta, modesta e devota e de filha obediente, apenas afastada dos seus pelos deveres conjugais. Na reali-

dade, cedo se compreende, pela leitura das (poucas) cartas de Maria Bárbara e pelas (poucas) referências que merece de seu marido e irmãos, que ela toma parte muito activa nas intrigas e conflitos familiares, não se coibindo de assumir partidos e forjar alianças. E é o próprio Luís Paulino quem fornece uma primeira pista sobre a “senhora de engenho” que irá dominar toda esta correspondência a partir de 1821 quando, retido na corte, escreve que não tem tempo para a administração do engenho, tarefa que delega na mulher... ou que ela tomou já para si, muito antes ainda de enviuvar (vol. I, p. 140).

Na correspondência masculina, a mulher apenas assume protagonismo no contexto das alianças matrimoniais, em que o casamento é exclusivamente conotado com a obtenção de propriedade e/ou ascensão social. Aqui, as mulheres são simples objectos transaccionados e necessariamente lucrativos para as famílias envolvidas, numa realidade sintetizável na frase com que Luís Paulino alude à intenção de um cunhado em contrair matrimónio: “Ele tem tido constantemente vontade de casar-se, bem entendido, para armar dinheiro” (vol. I, p. 93). Com efeito, o percurso matrimonial dos irmãos Henrique Garcez (homem de corte, brigadeiro do exército brasileiro e comendador da Ordem de Cristo) e António Garcez (desembargador na Baía e no Rio de Janeiro), os mais presentes nesta correspondência, é por demais ilustrativo. Henrique Garcez casa (“toma estado”) com uma viúva rica, “feia e velha” e já com muitos filhos, de quem não terá geração: “Henrique pode [...] morrendo a Senhora que não é menina, levar para o Reino 100 mil cruzados [...] Seguraram-me que o rapaz ‘chupita’ alguns mil cruzados. Deus o ajude!” (vol. I, pp. 93, 97-8). A primeira pretendida de António Garcez casara com outro, pois “venceu o coração e não a lei, porque o modernismo a tudo chega” (vol. I, p. 83). Aos quarenta anos, contudo, casa com uma menina de dezasseis anos, “de boa família, não fidalga”, “sem beleza, mas galante” que “me ajudará na velhice” (vol. I, pp. 101 e 163). Em carta ao irmão José, em Portugal, António Garcez descreve com o maior calculismo e frieza as circunstâncias que presidem ao enlace, bem como as relações que de outra forma manteria com o sexo oposto:

virei a possuir o melhor de 60.000 cruzados por morte do Pai, que é velho, e a Mãe, logo que ele falte, se entrega à minha discrição, e já desta quantia receberei em bens vinte. Enfim, não é grande porção, porém não há outras, e se há são meninas daquela idade que querem meninos o que já não sou.

Daqui em diante devia acabar namoro, mesmo porque só poderei dar uma fodinha a peso de dinheiro ou furto, mas pelo furto lá vem um galiquito que faz acabar mais breve os dias da vida [...] Seguro-lhe que não estou apaixonado rigorosamente, estimo a pequena e as paixões duraram até aos 30. [...] Já disse que a minha Teresinha traz, em propriedades, valor de 50 mil cruzados e se me promete para a casa logo que nos recebamos, que foram 22. A isso se obrigam. No mesmo dia, antes do laço, se satisfaz a este ajuste. Vem a ser 70 e tantos e, por morte dos velhos, anda de 30 a 40 (vol. I, pp. 144 e 163)

Afirma ainda que vem tratando deste “negócio” há dois anos, com “experiência e segurança”, muito satisfeito com a perspectiva de a noiva não demandar luxos pois “tem sido tratada com o sistema da Europa, porque a Mãe é de Lisboa. O Pai, filho das Ilhas. Já isto é um dote no Brasil onde rara é a família que não tenha ‘cabritos’” (vol. I, p. 163). Depreende-se que o valor da noiva aumentará em proporção inversa à aculturação e miscigenação da família. Concretizada a aliança, é ainda com crueza que, no mesmo parágrafo, tanto descreve os mais ínfimos itens do enxoval como resume a consumação do casamento com “pela uma hora principiaram as lágrimas, para se seguirem os gostos” (vol. I, p. 166).

No entanto, Luís Paulino e Maria Bárbara rejeitam com veemência esta aliança, que adjectivam de “vergonha” (vol. I, p. 186), pois o valor pecuniário da noiva não vem acompanhado de título aristocrático, condição ao que parece *sine-qua-non* para as aspirações do casal, que o noivo injuriado qualifica de “etiquetas ridículas” (vol. I, p. 193). Esta suposição comprova-se aquando dos casamentos do filho e da filha mais velhos, Bento e Sabina. Para o primogénito, Luís Paulino traçara objectivos matrimoniais ambiciosos: escolhera-lhe para noiva a filha do barão de Santo Amaro, um casamento que projectaria a família para os píncaros da nobreza local, com “interesse de fazenda a maior esplendor da nobreza [...] cujo dote, fora o que depois havia de vir por herança, passava muito de meio milhão” (vol. I, p. 197). Porém, Bento optou por casar com a filha de um coronel, de estatuto social idêntico ao da sua família, o que desencadeou a ira incontida do pai, que rompe com ele, apodando-o nas suas cartas, entre muitas outras expressões disfóricas, de “homem que foi meu filho”, “monstro de ingratidão”, “monstro e indigno [...] falho de bríos e sentimentos”, “alma destituída do amor da glória e da boa representação”, “quem não tem altos sentimentos não é meu filho”, “vil escória da minha geração”,

que casou “como um negro, às escondidas” (vol. I, p. 197-8). Este caso ilustra contudo a afirmação crescente do individualismo afectivo, que por vezes leva a que prevalecessem os destinos pessoais em relação aos interesses da casa familiar.

Para compensar este contratempo na sua estratégia de promoção social, Luís Paulino conferiu expressamente ainda maior brilho ao casamento da filha Sabina com Rodrigo António Brandão Pereira Falcão, futuro barão de Belém, homem abastado que, com os bens que receberia em herança, poderia vir a ser um dos vassalos mais ricos de todo o reino: “O meu pesar, longe de me fazer esmorecer a respeito da magnificência e dignidade, me estimulará para os testemunhar mais nesta aliança tanto do meu gosto” (vol. I, p. 192). Os qualificativos deste enlace, descrito como o verdadeiro contrato comercial que era, são bem eloquentes: “ilustríssima distinção”, “gastador e valentão”, “nascido com 300 escravos para o servir”, “melhor do que ele, em qualidade de nascimento, ninguém”, “contrato em vantagem”, “dignidade”, “minha escolha e contento”, “glória e decência”, “aparato”, “magnífico”, “estadão”, “pompa”, “brilhantismo”, “criados fardados de novo e ricamente”, “magnificência e delicadeza do jantar”, “baile de aparato brilhantíssimo”, “segundo todas as formalidades dos casamentos dos fidalgos e pessoas de qualidade” (vol. I, pp. 197-201). A ostentação do luxo – característica da vida no Brasil que Luís Paulino reconhecia fascinado desde as suas primeiras cartas – eclode na detalhada descrição das formalidades e pompa do casamento de Sabina, em carta ao cunhado José Garcez, com instruções para que esta fosse lida à família da mulher, em Penafiel. Luís Paulino comprova e divulga assim o seu sucesso na demanda comum a todos os trânsitos interculturais Portugal-Brasil: a obtenção de fortuna e a ascensão social⁷⁹¹.

⁷⁹¹ Ironicamente, o casamento de Bento será feliz e com geração. Bento virá a ser nobilitado (1º conde da Fonte Nova, par do reino, general, cavaleiro de Torre e Espada) e, tanto ele como a sua mulher e filhos – já “perdoados”, mas sempre com grande resistência por parte de Luís Paulino e Maria Bárbara – constituirão o grande esteio familiar desta última durante a guerra da independência. Por seu lado, e como foi já apontado, Sabina morrerá negligenciada aos 56 anos, dois anos depois da mãe e um ano antes do marido, sem filhos sobreviventes, e toda a fortuna será delapidada pelos descendentes ilegítimos de Rodrigo Falcão, falecido em 1855, durante uma epidemia de cólera. Falcão revelar-se-á fervoroso independentista e abandonará prontamente todo e qualquer contacto com os sogros, evidenciando ainda em vida de Luís Paulino grande animosidade para com este, baiano de nascimento mas representante de D. João VI no armistício com os revolucionários.

Quase em simultâneo, Maria Bárbara escreve sobre o mesmo assunto ao irmão, muito mais lacónica e referindo apenas a “regra e aparato” do casamento da filha (vol. I, p. 202-3). Exprime porém alguma preocupação pelo futuro de Sabina (que os seus irmãos no Brasil partilham entre si sem rodeios, pois era já do conhecimento público que o noivo tinha vários filhos ilegítimos mestiços) e pela raiva do marido em relação ao filho Bento. Contudo, é inexorável ao secundar o marido no desprezo pelas mulheres “inferiores em nobreza e idade” que os “homens da família” (Bento e o seu irmão António) desposam. Maria Bárbara comunga, sem qualquer dúvida, das ambições e preconceitos actuantes no senso-comum desta pequena nobreza sem título, transferida pelas circunstâncias para um “novo mundo” em que, na verdade, pouco ou nada mudara.

Como causa e consequência da ambição sócio-material dominante, a sociedade baiana oitocentista apresentava-se fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo, encontrava-se uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes que se verificavam em Portugal. Kátia Mattoso reitera que, no Brasil, uma pessoa nobre poderia ser reconhecida pela sua linhagem ou pela colocação dos seus bens e educação ao serviço da pátria. Mesmo que um indivíduo não fosse fidalgo de linhagem, poderia ser agraciado pelo imperador de acordo com a sua disposição em servir o império⁷⁹². Anna Ribeiro de Araújo de Goés, senhora de engenho da segunda metade do século XIX, deixou uma elucidativa referência a esse respeito: “Os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade”⁷⁹³. Kátia Mattoso ressalva que, apesar da aspiração ao *status* de nobreza, os senhores de engenho do Recôncavo constituíam-se essencialmente

⁷⁹² MATTOSO, Kátia M. de Queirós, “A opulência na província da Bahia”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (ed.), *História Privada do Brasil*, vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 154.

⁷⁹³ Consultar: BITTENCOURT, Maria Clara Mariani (org.), *Obras de Anna Ribeiro de Araújo de Goés: Longos Serões do Campo*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 1.

numa aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos dos papéis da nobreza portuguesa. É essa aristocracia que dá à Baía certas tonalidades da sua opulência. Mattoso defende ainda que o casamento endogâmico seria uma das principais táticas utilizadas por esses clãs para expandirem as suas possessões e reforçarem laços sociais e políticos entre a aristocracia local⁷⁹⁴.

Porém, todas estas preocupações dos Pinto da França e dos Garcez cedo ficariam para trás, com a eclosão no Porto do pronunciamento liberal de 1820, que conduziu à reunião das cortes e ao regresso do rei a Portugal, com as conseqüentes movimentações que levarão à independência do Brasil, sob a égide de D. Pedro. Neste conturbado momento da história vai emergir também, no microcosmos da *Correspondência Luso-Brasileira*, uma renovada personagem feminina, tão independente quanto a nova nação.

ESCREVE A MULHER: MARIA BÁBARA GARCEZ PINTO DE MADUREIRA”, SENHORA E DE ENGENHO

O segundo volume da *Correspondência Luso-Brasileira* (1821-1823) é dominado pela assunção de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, agora com 43 anos e administradora plenipotenciária do engenho de açúcar de Aramaré, adquirido pelo sogro em meados do século anterior. Pela forte ligação que havia criado com o Brasil e sentindo-se indispensável à gestão do engenho, não acompanha o marido a Portugal, quando este é eleito deputado às cortes constituintes de 1821. Tais circunstâncias estão na origem das 25 cartas de Maria Bárbara aqui compiladas, parte do vasto volume de correspondência trocada entre o casal, antes da morte de Luís Paulino, em Janeiro de 1824. As cartas de Maria Bárbara distinguem-se agora pela sua vivacidade e rigor descritivo, bem distantes das ociosas notas de cortesia e lamento, até então endereçadas aos irmãos e à família em Portugal. Funcionam também como uma chave para a compreensão de muitos dos subentendidos que juncam a correspondência de autoria masculina, ao desvendarem tanto o verdadeiro referente de muitas das suas alusões veladas, como o verdadeiro estado das finanças

⁷⁹⁴ MATTOSO, Kátia, “A opulência na província da Bahia”, pp. 154 e segs. Sobre as estratégias matrimoniais das famílias da elite baiana oitocentista, ver: MATTOSO, Kátia, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, pp. 136-59.

familiares, por oposição às descrições de pompa e abundância que Luís Paulino reiteradamente endereçava aos cunhados.

Nos seus textos, Maria Bárbara ataca e acusa com singular fervor os inimigos políticos do marido ausente e afirma quase ter tomado a iniciativa de mandar publicar documentos comprometedores contra os conspiradores. Afirma-se capaz de matar, incitando Luís Paulino à vingança e à acção, queixando-se da brandura geral dos costumes e da justiça: “Eu quero ver punidos os infames”, “Se pudesse queria arrancar-lhes as línguas [...] beber-lhes o sangue”, “Eu, eu tenho ânimo de tirar-lhe aquele coração”, “Desafronta-te ou, aliás, eu tiro-lhe a vida. Sou capaz, não duvides” (vol. II, pp. 57-61). Enquanto senhora de engenho, Maria Bárbara vive em constante trânsito entre a Baía e Aramaré, onde permanece sozinha por largas temporadas, contra a vontade de filhos e parentes, pois o interior e o recôncavo baianos estavam já em poder das forças independentistas. A viagem entre a cidade de Salvador e o engenho de Aramaré, no extremo interior do Recôncavo, não estava isenta de dificuldades e era feita por barco até Santo Amaro e depois a cavalo ou de carro puxado a bois ou a cavalos, durante cerca de vinte quilómetros. Um dos riscos do isolamento revela-se quando Maria Bárbara cai doente de “febre” e nenhum médico de Salvador aceita fazer a viagem para a tratar, sob o “dilúvio” que cai incessantemente. Com grande dificuldade e despesa, um médico militar e a filha Sabina acabam por velá-la durante semanas (vol. II, p. 65). Incidentes como este e o passado episódio do naufrágio recordam que o Brasil ainda era em muito um território hostil e de difícil domesticação para a elite colonial branca.

As cartas trocadas tanto com o marido como com os filhos, Bento e Luís Paulino Filho, constituem uma verdadeira “correspondência comercial”, em que Maria Bárbara menciona quantias e valores precisos sobre as safras, anuncia a aquisição de gado, decide as rendas a retirar ou não da parte dos filhos e narra a severidade com que gere e disciplina os serventes:

dar-me-ei por feliz se fechar no Natal com mil e duzentos pães. Vim achar a boiada magríssima e tudo por fazer. Já se enxugou um tabuleiro vizinho ao nosso e vou cuidar doutro para o Bento, mas a este não tiro renda nem meação; ao que dou ao Luís só perdorei a renda. Se eu para aqui não venho, não teríamos em breve que moer, nem os nossos lavradores de Xangó [os filhos], como tu lhes chamas. Já comprei 34 bois. Agora estou à espera

Angelo Adriano Faria de Assis - Maria de Deus Beites Manso - Joseph Abraham Levi de potros, para comprar ao menos 36; mas os gastos são horrorosos, a família dobrou-se-me, e de que modo! Deus se lembre de mim. [...] o alambique vai indo mal, pois Peregrino, Mocinho e Onofre, ladrõesíssimos. [...] Enfim, a falta de assistência agora ao Engenho não me faz mal, pois eu sei regular-me. Ah, pobre, pobre Aramaré, tens sido vítima grande grande do ladrão Coelho. Tenho achado coisas! Se partíssemos juntos, asseguro-te que Aramaré se acabava de todo. Isto a que estava votado. [...] Sim, meu Luís, estou só, só. Falas-me que se te demorares me mandas buscar. Eu bem gosto teria de abraçar-te, mas crê que, se não tinha ficado, o Engenho de Aramaré, dentro em pouco, era campo onde foi Tróia! (vol. II, pp. 63, 89 e 105).

Através da representação que Maria Bárbara faz de si própria nas cartas, conclui-se que os filhos prestam-lhe contas rigorosas e que a incompetência daqueles a tornou indispensável à sobrevivência do engenho. Justificará assim a sua opção por permanecer no Brasil e deixar partir o marido, exacerbando talvez a sua preocupação com a família crescente, com os escravos a sustentar e com a necessidade de criar poupança e assegurar o futuro: “E acabo por dizer-te que até ao ano de 1824 quererei achar-me em Portugal. Quero acabar os meus dias na minha Pátria, beijar ainda a mão querida duma Mãe e abraçar os irmãos que me restam. Mas não quero deixar os meus sem pão e, para segurar isto, é forçoso sacrificios” (vol. II, p. 132). O “sacrifício” da permanência no Brasil adquire um valor acrescentado nos momentos de desânimo e de perigo, como aqueles que se seguem à partida de Luís Paulino para Portugal (escreve Maria Bárbara: “Infame gente. Eu a detesto. Vou-me, vou-me embora logo que a sorte o permita. Quero deixar um país onde a Ciência e a Virtude são ramos desconhecidos”, vol. II, p. 58), ou que advêm do caos criado pela guerra da independência: “Da Mãe nada lhe posso dizer, pois há quatro meses que dela nada sei, porque não há comunicação alguma. [...] Não sou exagerado: o soldo não se paga, aqui tudo está caro, já não comemos senão salgados. [...] todos os portos estão proibidos de mandar para a Cidade qualquer género que seja. [...] eu espero em Deus que a minha Mãe nada lhe há-de acontecer, pois ela é uma Senhora de muito respeito e juízo; portanto hão-de respeitá-la. E mesmo a sua estadia lá fora [no engenho] fará com que não lhe confisquem os bens” (vol. II, pp. 138-9), escreve Bento, em Março de 1823. Neste juízo negativo permanecia já há muito o primogénito, para quem aquele país “não é habitado por gente que conhecesse o grande Mundo e que nele tem vivido. Aqui não se vive, vegeta-se”, proposição

com que rematava uma carta de 1818, dirigida ao tio em Portugal (vol. I, p. 146). Esta visão pessimista de Bento é em tudo oposta àquela com que o seu pai, em simultâneo, louvava ao mesmo destinatário as opulências do Brasil.

Assumindo o papel de mãe-coragem, líder na ausência do marido, o discurso de Maria Bárbara nunca expõe dúvidas nem solicita autorizações. Ela narra sem vacilar as decisões administrativas tomadas, no contexto de uma evolução/libertação identitária, que as circunstâncias políticas e históricas propiciaram. Porém, e de modo a moderar a sua assertividade, sem raiar a emancipação e permanecendo sempre dentro dos cânones do expectável, Maria Bárbara matiza a sua escrita com lamentos e saudades e afirma-se doente mas trabalhando incessantemente a bem da família e por amor ao marido, agora sem tempo para ir aos “banhos” que lhe fariam recuperar a saúde.

Era relativamente comum que as mulheres dos maiores fazendeiros, quando viúvas, assumissem toda a autoridade e controle dos bens, nos quais se incluíam os escravos. Charles Boxer é categórico ao afirmar que “não pode restar dúvida de que uma viúva, rica ou pobre, podia levar uma vida livre, menos presa e recatada do que uma mulher casada e suas filhas”⁷⁹⁵. Na sua *História da Vida Rural no Brasil*, Mary del Priore e Renato Venâncio informam que, no ano de 1759, havia já seis senhoras de engenho em Santo Amaro, bem como 37 senhores de engenho. No censo de Goiás, em 1818, encontram-se também várias donas de engenho, como Dona Marina Pereira, que tinha a propriedade por compra e onze escravos no trabalho da lavoura⁷⁹⁶. No mundo quotidiano, o elemento feminino era o centro de todas as rotinas familiares e a sua actividade nessa esfera detinha grande significação social, comparada às actividades do trabalho no espaço público reservado aos homens. Era responsabilidade das senhoras da época toda uma série de serviços e trabalhos de casa: lidar com as equipas de cozinheiras, amas de meninos, carregadores, ganhadores, fiadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras, pintores, pedreiros e barbeiros. A senhora de engenho detinha uma função proeminente na harmonia do quotidiano da família patriarcal⁷⁹⁷. A já citada Anna Ribeiro de

⁷⁹⁵ BOXER, Charles, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 75.

⁷⁹⁶ Consultar: PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato, *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 29-46 e 101-122.

⁷⁹⁷ MATTOSO, Kátia, “A opulência na província da Bahia”, p. 157.

Araújo de Goés defendia que as mulheres deveriam estar preparadas para tomar o lugar dos homens, se a situação a tal conduzisse, o que fica claro nos enredos dos seus romances e folhetins moralistas. Em *Letícia* (1908), por exemplo, a protagonista assume o lugar do pai após a sua morte, ordenando os escravos, negociando com os atravessadores e vendendo a produção. Mas Maria Bárbara assume tais funções em vida do marido, quando ainda nem mesmo se previa o trágico desfecho de Luís Paulino, nem o perigo das expropriações na fase da independência. Conta com o seu pleno consentimento e apoio, mesmo tendo dois filhos varões adultos que, contudo, tudo relatam e justificam perante a mãe, sequiosos de aprovação, como se depreende na carta que Luís Paulino Filho lhe dirige, em Fevereiro de 1822: “O Engenho vai na melhor marcha e seja-me lícito dizer que nunca se fez em anos o que eu tenho feito em dias” (vol. II, p. 66). Ironicamente, quase em simultâneo, Maria Bárbara reporta ao marido a incompetência dos filhos enquanto administradores, o que a tornará a ela vital para a sobrevivência dos recursos familiares. Os protagonistas alteram-se conforme o autor da carta, mas é incontestável que, às funções tradicionais da mulher, Maria Bárbara havia já somado com determinação as funções de gestão e decisão no espaço exterior do engenho, território masculino por excelência, o que apenas comprova o carácter de excepção desta personagem e das circunstâncias familiares e históricas que a rodearam.

No geral, os homens e as mulheres que comandavam as plantações de cana eram seguidos por um grupo diversificado de trabalhadores especializados e agregados, que orbitavam nas suas franjas, prestando ao senhor das terras os seus serviços. Eram mestres-de-açúcar, purgadores, caixeiros, calafates, caldeiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros, entre outros. A eles juntavam-se outros grupos a animar a vida económica e social das áreas litorais. Mercadores, roceiros, artesãos, lavradores de roças de subsistência e de cana e até mesmo desocupados compunham a população que gravitava em torno de pequenos ou grandes proprietários. O número de escravos que esses dois últimos segmentos possuíam (de um a várias dezenas) permite inferir a enorme diversidade de origens sociais e de situações económicas. A maior parte dos engenhos aninhava-se na mata, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos bem vestidos de capa verde e pela abundância de lenha, necessária às fornalhas, alimentadas num labor que, às vezes, durava dia e noite, oito ou nove meses. Junto dos engenhos era comum instalarem-se alambiques, como sucede em Aramaré. Os engenhos não podiam afastar-se muito do litoral, sob

pena de, sendo um só o preço dos gêneros de exportação, não competirem com os demais fazendeiros, cujo produto não sofria com as despesas de transporte. Por essa razão, a maior parte dos engenhos localizava-se à beira de rios como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o Sergipe, na Baía⁷⁹⁸.

Eram, sem dúvida, imensas as adversidades que qualquer senhor de engenho, independentemente do seu gênero, enfrentava num Brasil em plena convulsão. Em todas as cartas familiares desta época, são constantes as alusões a dívidas, a pedidos de crédito, à falta de dinheiro e ao pagamento de favores, com recurso desesperado ao soldo do primogênito, a agiotas e à venda improvisada de caixas de açúcar. Maria Bárbara afirma que, apesar de providente e parcimoniosa, tinha ainda maior dificuldade em obter crédito após a partida do marido:

enquanto ao assistente Almeida, já te disse que eu, fazendo mesmo os maiores sacrifícios, na vindoura safra nada quero dele, pois desde que daqui saíste eu não lhe sou em nada obrigada. Até ultimamente me abateu a mesada, pois diz não pode e que faz sacrifícios. Eu é que não posso aturá-lo. Ultimamente, precisando da sua firma nas duas letras vencidas, negou-se sem ter nisto o menor desembolso. [...] Que mundo patife! [...] Pago vestuário de negros, mantas noventa, carretos, tudo, tudo, e o alambique não dá para tudo, pois a aguardente está muito barata, bem como o açúcar. Enfim tu sabes se gosto ou não de poupar, pois gosto muito de dar conta de mim. O pior é estarmos sem cavalos e os bois a morrerem muito. Deus me dê paciência. (vol. II, pp. 93-4)

A tudo isto vêm juntar-se as constantes intrigas políticas, rivalidades familiares, inimizades generalizadas, recusas em “firmar letras”, violentas intempéries, doenças, morte de animais, num elenco de contratemplos sempre rematado com a corajosa previsão de boas safras e fortuna num futuro indefinido, o tal “depois”, quando Maria Bárbara puder por fim entregar a gestão do engenho ao filho e partir para junto do marido, o que nunca virá a suceder. Do conjunto de todas as cartas é possível inferir um padrão retórico recorrente no discurso de Maria Bárbara: os longos parágrafos de lamentação pelos mais diversos motivos (saúde, dinheiro, trabalho, clima, família, política, traições, intrigas, idade) terminam invariavelmente numa breve declaração de

⁷⁹⁸ PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato, *Uma História da Vida Rural no Brasil*, pp. 42 e 36-7.

esperança que, segundo ela, será motivada em exclusivo pelo desejo de corresponder às preocupações e expectativas do marido.

Plenamente integrada nas estruturas de pensamento vigentes na sociedade brasileira de então, Maria Bárbara é assumidamente uma senhora de engenho escravagista, essencialista na sua animalização do colectivo “negro”, que se escandaliza com a mera hipótese de emancipação⁷⁹⁹. Exprime o receio de que negros e mulatos, libertos ou escravos, se revoltem a coberto do dissídio entre a elite branca, mas compreende que também neste campo ocorrem manipulações políticas e estratégias alarmistas: “Os malditos bodes e negros são os nossos pecados, que, se fossem de cima, infelizes famílias acabariam às mãos deles horrorosamente” (vol. II, p. 74); “Não suceda, como dizem sucede agora em Pernambuco, que os pretos e pardos (corja do diabo) apedrejam e dão cacetada em todo o lojista” (vol. II, p. 90); “Eu não nego que a mulatada seja infame. É, pois são soberbos, mas como temos boas leis, demos-lhes quem os escute e castigue. Já saberás que a crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres. Estão tolos, mas a chicote tratam-se. Aviso-te mais que, em nome dos cativos daqui, há aí quem meta às Cortes requisitos” (vol. II, p. 87). Com efeito, o peso numérico dos escravos na Baía e as revoltas recentes ali ocorridas não podiam deixar de assustar os senhores de engenho, receosos de uma rebelião igual à de São Domingos, que conduziria à república negra do Haiti. A ideia de que apenas as tropas europeias podiam conter os escravos, dada a fraqueza das forças locais, era há muito invocada pelos defensores da união e, decerto com a intenção de captar o apoio dos senhores de engenho, várias vezes exageravam o risco, dando como iminente uma formidável rebelião de escravos. Porém, nem todos se deixavam convencer, como se depreende deste passo de Maria Bárbara: “Todos os dias se finge que os negros são temíveis, a fim de as

⁷⁹⁹ Em Goiás, no século XIX, há testemunhos de que as mulheres brancas, além de mães, eram donas de terras e cruéis com empregados e escravos. É certo que a história de submissão da mulher está carregada do mito da fragilidade que justificou historicamente a protecção paternalista dos homens sobre as mulheres. No entanto, na história do Brasil e, especificamente na região de Goiás, a violência por parte da mulher branca, dona de engenho, contra as mulheres negras, escravas, data de meados do século XIX, sendo comuns as referências em que escravas tinham olhos, dentes, unhas ou orelhas arrancados por ordem das suas senhoras. Consultar: GODINHO, Tereza Martins, “Traços da Violência Praticada por Mulheres Brancas contra Mulheres Negras no Período Escravocrata, em Fazendas no Estado de Goiás”. *Actas do Seminário Internacional Fazenda Gênero*, nº 7. Florianópolis: Agosto de 2006; SILVA, M. J., *Quilombo do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719-1888*. Goiânia: Kelps, 2003.

tropas persistirem aqui. Armem os Regimentos da Província e não tenham medo. Eu estou no Brasil há 12 anos e, falando-se tanto dos perigos que podem haver em razão da escravatura na província da Bahia, no decurso deste tempo, que de mortes que tem havido? Nada, nada, só boas leis e doçura. Tudo o mais é peta” (vol. II, p. 118). Não deixa de ser curioso o emprego da palavra “doçura” para designar as leis e os costumes que regiam a escravatura na Baía.

Atenta aos assuntos políticos, sociais, económicos e militares, que agora dominam quase todas as cartas, o quotidiano familiar tornou-se uma nota residual na correspondência de Maria Bárbara, referida apenas quando afectada pelas circunstâncias históricas. Os filhos, o marido, ela própria tornaram-se actores sociais na plena acepção da palavra, vivendo agora o seu quotidiano em pleno palco da história, um quotidiano que se confunde com a construção da própria história. A narrativa epistolar está juncada de quadros violentos, como o da fuga de Maria Bárbara para bordo de um navio holandês, em Abril de 1822, aquando dos sangrentos episódios na Baía, resultantes da oposição à tomada de posse do governador de armas da província. De todos os acontecimentos oferece uma visão participante, comentada, se necessário contra as versões propagadas pelas facções em conflito, pois “Eu vi, eu vi numa Gazeta um officio [...] Eu vi, eu vi, sou verdadeira testemunha” (vol. II, p. 87). Sem advogar a independência, exigindo apenas um tratamento justo e igualitário para o Brasil, Maria Bárbara não se coíbe de admoestar os políticos e criticar os excessos de todos os intervenientes no momento histórico, sem distinção. Na qualidade de espectadora participante e privilegiada, esclarece e exorta com veemência o marido e seus pares nas cortes em Portugal sobre aquilo que crê ser a realidade da situação e as verdadeiras aspirações da Baía, como se pode verificar nestes excertos de Maio, Junho, Julho e Agosto de 1822, vésperas do “Ipiranga”:

tu não podes formar ideia da rivalidade que há entre Europeus e Brasileiros, e os malditos praistas fizeram este mal irreparável. Não se iludam aí: nada fazem com os brasileiros por força. Doçura e mais doçura, igualdade e mais igualdade. (vol. II, p. 106)

as contínuas desordens têm posto esta bela Província em puríssima miséria. Pobres habitantes dela, que bem têm sofrido. E ainda se ralha deles e ainda são insultados. Que mais lhe querem? Dar-lhes ferros? É só o que falta. (vol. II, p. 113)

eu não entendo de política, mas a meu ver, com bem pouca têm andado sobre um objecto tão melindroso como este do Brasil. Os brasilienses estão sentidíssimos ao infinito com algumas das falas que aí se têm feito relativo a este fértil reino. E, na verdade, os Senhores Deputados que as fizeram assentam que o Brasil é algum covil de negros, onde, perdoa-me, muito se enganarão, mas o pior é que nós pagamos cá o que lá se faz. (vol. II, p. 125)

eu não posso por mais tempo calar-me. Eu desespere de ver que nessa Corte só aparecem factos mentirosos e a verdade se oculta, para que não seja socorrida a pobre Bahia, nas suas calamidades. Não, não, aqui não querem a independência. Aqui só desejam gozar dos privilégios de que aí se gozam. Os brasileiros não são enteados, são filhos. (vol. II, p. 127)

Pouco a pouco, o discurso apelativo assenta cada vez mais nas dicotomias entre o “aqui” e o “aí”, o “cá” e o “lá”, “essa corte” e “este fértil reino”, refletindo o distanciamento e a progressiva secessão entre Portugal e o Brasil que, de tão omnipresente no quotidiano, invade já o pensamento e a expressão individuais. Apesar do fervor com que defende a sua pátria de adoção, Maria Bárbara não faz a apologia da independência, nem hesita em exprimir profundo horror perante o desbaste das árvores e a ocupação da Igreja dos Aflitos pelas tropas sublevadas de D. Pedro (vol. II, p. 128), num curioso apontamento proto-ecológico. Numa perspectiva mais lata, também não se apercebe do quão próxima está a independência e de como é generalizada e violenta tal aspiração.

Curiosamente, em carta ao pai, o primogénito afirma que Maria Bárbara é “uma Senhora e em nada se mete de políticas” (vol. II, p. 136). Na correspondência masculina, entre os dois filhos varões e Luís Paulino, Maria Bárbara é relegada ao seu papel meramente familiar, ignorada ou reduzida a breve nota sobre a sua saúde e obstinação na recusa em abandonar Aramaré. Esta alternância entre omissão e condescendência resultará da incapacidade por parte dos filhos de avaliar as reais qualidades de Maria Bárbara (uma incapacidade em muito ditada pelo preconceito) e também do desconhecimento do seu elevado grau de cumplicidade com o marido. Ao que se associará a dificuldade em assumir perante a figura paterna que, na verdade, é ela a senhora do engenho, devido à incompetência que terão demonstrado os “lavradores de Xangô” (vol. II, p. 63). Porque, na realidade, as cartas que Maria Bárbara escreve ao marido – sempre sigilosas e enviadas com grandes cuidados, por

portadores de confiança – em nada diferem das dos filhos, nas temáticas e nos eventos narrados, delas se distanciando apenas na intensidade das lamentações e das expressões de ódio e afecto.

No final desta narrativa epistolar que as famílias Pinto da França e Garcez criaram involuntariamente, a independência do Brasil e a morte de Luís Paulino acabarão por dispersar os seus elementos. Maria Bárbara assume-se adepta da causa brasileira e permanecerá no Brasil até à morte, tal como o filho mais novo. Bento, o filho mais velho, manter-se-à fiel a Portugal, mas Sabina seguirá o marido, feroz independentista. Como feliz epílogo, permanece a descrição radiosa que Bertand Filipe Alberto Patroni faz de Maria Bárbara, em *A viagem de Patroni pelas Províncias Brasileiras de Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1829 e 1830*. Seis anos volvidos sobre a morte de Luís Paulino, numa viuvez que irá durar vinte e oito anos, a senhora do engenho de Aramaré brilha ainda na sociedade baiana, reunida no engenho Brito de Iguape, entre Cachoeira e Santo Amaro:

ilustre e muito bela viúva do Marechal Luís Paulino Pinto da França [...] A companhia era escolhida: todos os ricos lavradores de Iguape ali apareceram; reinava a profusão e a alegria por toda a parte; e a deusa a quem se dedicavam tantas oferendas fazia a alma daquele congresso respeitável. Eu lhe ouvi cantar uma breve ária, a doçura da sua voz encantou meus sentidos e fez em mim a mesma impressão que Vénus fizera ao pai dos deuses, quando as lácteas tetas lhe tremiam no concílio celeste, congregado para decidir da sorte dos lusitanos nos mares da Índia⁸⁰⁰.

TRÂNSITOS, TRADUÇÕES E NARRATIVAS INTERCULTURAIS

A *Correspondência Luso-Brasileira* traça o itinerário de um constante movimento entre culturas, narrando a várias vozes um processo nem sempre bem sucedido de trânsito e adaptação intercultural. A necessidade de traduzir por palavras as práticas, valores e realidades de uma nova cultura – ou seja, de proceder a uma tradução intercultural – é mais evidente nas cartas trocadas

⁸⁰⁰ Consultar: PATRONI, Bertand Filipe Alberto, *A viagem de Patroni pelas Províncias Brasileiras de Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1829 e 1830*. Lisboa: 1851.

entre os dois lados do Atlântico e nos comentários sobre a vida no Brasil, por comparação a Portugal. Esta representação polifônica de um movimento de transculturação pessoal, familiar, social e grupal, ao longo de quase duas décadas, funciona como uma tradução por vezes consecutiva, outras vezes simultânea, dos eventos vividos e testemunhados. Esta “tradução consecutiva e simultânea” tem um profundo valor documental, por não estar sujeita aos filtros da memória, algo que interfere sempre no processo das representações, pois lembrar não é ver, mas sim reconstruir as experiências do passado, com as imagens, ideias, juízos e valores do presente.

Juntamente com as autobiografias, as cartas e os diários compõem um subgênero que se poderá designar por “literatura do íntimo”. As cartas pessoais, por serem manifestações por excelência do âmbito privado, têm a sua escrita associada à mulher, sobretudo em finais de setecentos e ao longo de todo o século XIX. Apesar de prevalecer a prática missivista anónima e quotidiana – característica que não a torna menos importante, tendo em conta os novos espaços de sociabilidade que as cartas constituem – a correspondência de muitas mulheres tem vindo a tornar-se uma fonte de estudo reconhecida, principalmente quando se trata de personagens influentes, com suas vastas teias de relações. Às mulheres em geral reservava-se a tarefa de manter os parentes distantes informados sobre o quotidiano familiar e de fazer circular as novidades mais recentes. Surge assim uma certa especialização feminina na tarefa de secretariar, mantendo em simultâneo os laços da vida da família. No caso de Maria Bárbara, o seu quotidiano doméstico incluía não só a vida familiar, mas também a supervisão da propriedade e o governo do engenho e seus escravos, num contexto muito distinto do das classes médias europeias em ascensão na Europa⁸⁰¹.

Sendo as cartas estruturas de comunicação informais, elas permitem que no seu conteúdo ocorra não só a narrativa das emergências, mas também a narrativa das ausências, adaptando aqui os conceitos que têm vindo a ser desenvolvidos por Boaventura de Sousa Santos⁸⁰². No caso presente, na *Correspondência* ocorrerá uma narrativa das emergências por nela se fazer ouvir a voz subalterna mas em ascensão da mulher, da colona, da burguesa, epitomi-

⁸⁰¹ CONSULTAR: GONÇALVES, ANDRÉA LISLY, *HISTÓRIA & GÊNERO*, pp. 99 e SEGS.

⁸⁰² CONSULTAR: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA, “A FILOSOFIA À VENDA, A DOUTA IGNORÂNCIA E A APOSTA DE PASCAL”, pp. 11-43, E A *GRAMÁTICA DO TEMPO*, pp. 87-125.

zada na figura de Maria Bárbara. Mas encontra-se também aqui uma narrativa das ausências pois, para além das vozes emergentes, ou através (e por causa) dessas mesmas vozes, acede-se ainda à narração – de outro modo silenciada – da vida privada, do pessoal, do íntimo, do diálogo conjugal, do quotidiano da mulher emancipada dentro das estruturas sociais vigentes e aceitáveis. Este “relato da norma”, esta “história da vida privada” num período histórico tão pouco normal e tão cheio de acontecimentos públicos, constitui um manancial de informação vital e complementar às histórias oficiais, uma informação tendencialmente ausente do cânone das grandes narrativas. Permite compreender a diversidade infinita da experiência humana e o risco que se corre de, com os limites de conhecimento e as exclusões impostas por cada saber, se desperdiçar experiência, isto é, de se considerar inexistentes ou impossíveis experiências culturais na verdade disponíveis (as “ausências”) ou possíveis (as “emergências”)⁸⁰³.

A diversidade de práticas, conhecimentos, actrizes e actores resultantes dessa narrativa das ausências e das emergências pode, sem uma interpretação crítica cuidadosa, conduzir a uma pluralidade de narrativas e identidades encerradas sobre si mesmas, que ora se encontram ora se desencontram, sem que daí resulte nenhuma interacção construtiva. O trabalho de tradução será, por isso, a capacidade de pôr em relação, de comunicar, de criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, encontrar pontos de convergência, e também pontos de divergência. É o que sucede nas cartas aqui analisadas que, a partir de uma visão eurocêntrica, introduzem novos elementos no quadro do quotidiano e movimentam-se no sentido da tradução intercultural. As cartas partilham conceitos e mundividências alternativos, exprimindo-os de uma forma o mais compreensível possível para o leitor distante no espaço e no tempo. Existem contudo elementos que não podem ser traduzidos, razão pela qual se alude à incompreensão política entre a metrópole e o Brasil, à dicotomia entre o “aqui” e o “lá”, à sátira ao Portugal rural por parte das damas já “brasileiras”, entre tantos outros exemplos de incomunicabilidade. Mas esses hiatos na comunicação também são parte fundamental da tradução intercultural.

⁸⁰³ SANTOS, Boaventura de Sousa, “A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal”, p. 33.

A tradução permite assim criar inteligibilidades recíprocas entre diversas experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas por narrativas das ausências e por narrativas das emergências. No caso da *Correspondência*, pela multiplicidade das vozes nela registradas, o processo de tradução intercultural que ocorre não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou como partes, dado serem realidades que não se esgotam nessas totalidades ou partes. Permitem-nos também ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade, como no caso da figura paradigmática de Maria Bárbara, que tanto é hetero-representada como mãe de família quase privada de discurso autónomo, como se auto-representa enquanto senhora de engenho esclavagista, eloquente e autónoma. O conhecimento desta e de outras narrativas das ausências e das emergências aumentam extraordinariamente o número e a diversidade de experiências disponíveis e possíveis, dado que o trabalho de tradução cria inteligibilidade, coerência e articulação num mundo assim enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade⁸⁰⁴.

Maria Bárbara Garcez inicia o seu percurso entre culturas como simples espectadora e leitora passivamente fiel do seu papel social. À medida que o tempo passa – e movimentando-se sempre dentro dos estreitos limites permitidos pela norma – torna-se progressivamente numa comentadora esclarecida, numa actriz autónoma, numa protagonista de carácter e, por fim, na autora do seu próprio papel, na sociedade, na política e na história. Um papel que desempenha com desenvoltura, apesar de (ou talvez por) ser um papel novo e quase desconhecido para ela própria e para a sociedade em geral. Pertencendo ao grupo dominado da sociedade senhorial, Maria Bárbara sabia como transitar dentro da lógica paternalista, conseguindo os seus objectivos sem, para isso, chocar com a ideologia dominante e utilizando frequentemente o discurso do dominador. Maria Bárbara evoluiu dentro das limitações impostas pelo cânone dominante e aproveitou a sua posição social privilegiada para construir a sua própria trajectória.

Para todos os intervenientes nesta correspondência, a narrativa da experiência pessoal contribui para conferir sentido e coerência às referências fre-

⁸⁰⁴ Consultar: SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo*, pp. 114 e 119.

quentemente aleatórias e caóticas que constituem a sua experiência do real. Por isso, ordenam a experiência ao enquadrá-la numa estrutura narrativa, porque contar ou escrever uma história envolve sempre interpretações, dado que seleccionar, de entre todo o conjunto de experiências vividas, os eventos e as personagens a enfatizar, é já por si um acto de interpretação. As narrativas pessoais nunca são simples reflexos da realidade vivida, são antes mediadas pela necessidade de representar o indivíduo como possuindo um certo sentido de identidade e de controlo, perante si próprio e os demais. Cada território fornece diferentes meios de mediar ideologicamente as vivências, personagens e acontecimentos. Mas quando o território espaço-temporal – como o território colonial ou o espaço-tempo da revolução e da independência – é ainda quase desconhecido, quando é ainda um espaço instável, de mobilidades várias, sem fronteiras culturais bem definidas, quando não existem mediadores ideológicos prévios, tudo tem de ser reorganizado, re-apresentado, traduzido num código inteligível.

O Brasil pré- e pós-colonial funciona assim como uma zona de contacto, usando de novo a terminologia de Boaventura Sousa Santos, uma zona de fronteira, onde as periferias e as margens dos saberes e das práticas são as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contacto os aspectos que cada saber ou prática considera mais centrais ou relevantes⁸⁰⁵. O espaço físico, a identidade e o discurso interseccionam-se e influenciam-se mutuamente e os diferentes espaços e territórios frequentados ou representados em imagens e narrativas são experimentados e compreendidos das mais diversas maneiras. Para Michel de Certeau, o espaço é activado pelas práticas retóricas daqueles que o frequentam e as opções semióticas e enunciativas do viajante privilegiam, transformam e omitem elementos espaciais, de modo a fazê-los significar algo ou, pelo contrário, coisa nenhuma⁸⁰⁶. Assim, nas zonas de contacto intercultural, cabe a cada prática cultural decidir os aspectos que devem ser seleccionados para tradução. Em cada cultura há aspectos considerados demasiado centrais para poderem ser postos em risco pelo confronto que a zona de contacto pode representar, ou aspectos que se considera serem inerentemente intraduzíveis

⁸⁰⁵ Consultar: SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo*, p. 121.

⁸⁰⁶ CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall. Berkeley: University of California Press, 1988 [1984], pp. 196-8.

noutra cultura. Exemplo disso, e tema fulcral neste estudo da *Correspondência Luso-Brasileira*, será a libertação da mulher do seu estado de opressão – premissa base para a manutenção da sociedade patriarcal –, um aspecto que poderia ser até propiciado pelas circunstâncias históricas extraordinárias em curso na zona de contacto Brasil, mas que a cultura dominante jamais coloca em risco. A questão do que é ou não traduzível não se limita ao critério de selectividade que cada prática ou saber decide adoptar na zona de contacto. Para além da selectividade activa, há o que poderíamos designar a selectividade passiva. Esta consiste naquilo que numa dada cultura se tornou impronunciável devido à opressão extrema de que foi vítima durante longos períodos. Trata-se de ausências profundas, de vazios sem possibilidade de preenchimento, vazios que dão forma à identidade imprescrutável dos saberes e práticas em questão⁸⁰⁷. Na *Correspondência*, trata-se sem qualquer dúvida da questão da escravatura. O grande ausente, o grande silenciado é aquele que, contudo, sustenta toda a estrutura do engenho, da economia e da sociedade: o escravo.

No caso desta *Correspondência*, há um claro domínio dos temas ligados à intriga política e familiar, ao dinheiro, à ascensão social, como se as práticas e valores da província portuguesa tivessem sido transportados incólumes para o novo território brasileiro. O Brasil, espaço imenso, tão diferente e exótico, emerge nas descrições do engenho, da vegetação, do clima, do luxo, da indolência, mas transformado em simples adjuvante ou oponente na narrativa omnipresente do enriquecimento e da promoção social. As zonas de contacto assim criadas nunca são verdadeiramente híbridas. Tudo aquilo que não se enquadra nesta grande narrativa subjacente, guia de todos os trânsitos entre Portugal e o Brasil, é simplesmente omitido, pois não tem qualquer significado para os actores em cena. Todos os processos de silenciamento e produção de não-existência que ocorrem nestas cartas – como o silenciamento das mulheres na correspondência masculina; o silenciamento dos escravos em toda a correspondência; os processos culturais sem palavras que os reconheçam ou nomeiem – contribuem para a construção e fortalecimento das assimetrias na relação entre culturas, indivíduos, sociedades e géneros, próprias do colonialismo e do patriarcado. Porque, e citando de novo Boaventura de Sousa Santos, “as culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando

⁸⁰⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo*, p. 121.

vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura”⁸⁰⁸.

No momento da escrita da carta, está em jogo não só a conservação das memórias familiares, mas também a identidade individual e social do seu autor. As memórias são construídas por grupos sociais porque, apesar de serem os indivíduos que “lembram” no sentido literal da palavra, são os grupos sociais que determinam o que é ou não “memorável” e também a forma como algo será recordado⁸⁰⁹. Pode-se, portanto, afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como colectiva, na medida em que ela é também um factor basilar do sentimento de continuidade, coerência e auto-(re)construção de um indivíduo ou de um grupo. A maior contribuição destas cartas não estará tanto na sua credibilidade como documento, no sentido positivista, pois, tal como afirma Sidney Chalhoub a propósito da ficção literária, esta “busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere”⁸¹⁰. A interpretação aqui feita da *Correspondência Luso-Brasileira* busca, isso sim, sentidos mais complexos, ao analisar criticamente os discursos que regem a lógica da narrativa intercultural e as práticas que movem as representações do real.

II – UMA MULHER NO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: AS CARTAS DE INÁCIA CAROLINA (1871-1875)

Esta secção centra-se sobre um conjunto de cartas trocadas entre D. Inácia Carolina e sua mãe, D. Emília Isabel da Fonseca e Gouveia, num período de quatro anos, de 1871 a 1875. As epístolas foram escritas durante a viagem para a Costa Oriental Africana, com paragens em Madrid, Baiona, Marselha, Mayotta e Mahé, outras a bordo dos navios e a maior parte nos lugares de permanência, Ilha de Moçambique e Nova Goa, em cujas comarcas o marido, o Dr. Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia, exerceu as funções de Juiz de Direito. A autora das cartas, na sequência do casamento, acabou por entrar em

⁸⁰⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa, *A Gramática do Tempo*, p. 121.

⁸⁰⁹ BURKE, Peter, *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 70.

⁸¹⁰ CHALHOUB, Sidney, *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 92.

contacto com outras realidades culturais, permitindo-lhe, assim tornar-se uma *leitora* atenta da sociedade e das culturas que a envolviam nos espaços coloniais. Aqui, trazemos o seu olhar sobre Goa.

O epistolário analisado é testemunho de uma mudança histórica, quer no que diz respeito à política portuguesa ultramarina quer pelo facto de Inácia Carolina fazer parte do número, ainda que restrito, de um grupo de mulheres que começaram a acompanhar os seus maridos em missões no Ultramar. Infelizmente, a vertente feminina na história ultramarina nem sempre é considerada e uma das razões para este facto é a escassez da documentação por elas produzido ou sobre elas escrita. A grande maioria das fontes sobre o Império é um registo sobre o homem, e com destaque para as actividades políticas e económicas.

A partir do século XIX, o conhecimento sobre as culturas ultramarinas começou a chegar até à Europa, através da escrita feminina: relatos, quer sobre a forma de diário quer de memórias e, igualmente, de cartas particulares. Oriundas de distintos grupos sociais e motivadas por razões diversas, as mulheres aventuraram-se por travessias incertas, o que nos leva a pensar que se movimentaram mais do que se tem acreditado até agora. Na opinião de Michelle Perrot “elas viajaram e (às vezes) exploraram. O mundo muda, modificam-se as fronteiras entre os sexos”⁸¹¹. Assim, passamos a compreender o Império Português através dos olhares femininos. Em parte, esta mudança também se ficou a dever ao processo gradual da alfabetização feminina e ao progresso dos transportes que mais depressa traziam as novas. A escrita acabou por possibilitar às mulheres a sua inserção e influência sobre o espaço público.

De uma forma global, a mulher, no final do século XIX europeu, ganhou projeção fora do lar. As alterações socioeconómicas ocorridas contribuíram para que, gradualmente, alguns grupos de mulheres ocupassem determinadas profissões menos usuais ou assumissem papéis menos tradicionais. No entanto, em oposição à tendência de ocupação do espaço público por um número crescente de mulheres, criou-se, igualmente, uma série de mecanismos de dominação sobre as sensações e os sentimentos⁸¹². Prova disso são a profusão de tratados, códigos de comportamento e de etiqueta escritos e difundidos

⁸¹¹ PERROT, Michelle, *Mulheres Públicas*. S. Paulo: UNESP, 1998, p.86.

⁸¹² GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Género*, p. 37.

neste período, tanto aplicados na Europa como no Império. Vivia-se num universo de ambiguidades, que resistia às mudanças.

No que concerne ao Império Português, do ponto de vista sociopolítico, também se operaram reformas. O tempo da monarquia constitucional trouxe grandes alterações para as colónias. Há muito que os tempos áureos do domínio comercial e militar do Índico se tinham esfumado, cruzados pela dicotomia riqueza/decadência. O Oriente permanecia associado à cobiça, ao enriquecimento fácil e ao luxo, mas, também, à decadência. No século XIX são muitos os intelectuais – Alexandre Herculano (1846) e Antero de Quental (1871), entre outros – que responsabilizaram a expansão e as conquistas de além-mar, levadas a cabo pela monarquia, pela queda nacional⁸¹³. Razões que levaram a elite intelectual portuguesa a não valorizar o imaginário orientalista, ao contrário de outros grupos e povos europeus. A ideia associada era a de fraqueza: “soltura de costumes”, “desenfreado, cobiça e egoísmo”, que se traduziria numa espécie de “prostituição política”⁸¹⁴.

Porém, a visão da elite intelectual não era partilhada pelas elites portuguesas. O séc. XIX trouxe a (re)descoberta da vocação colonial lusa e a consequente estruturação do Terceiro Império. A cobiça dos países europeus mais industrializados pelos territórios africanos, necessitados quer das matérias-primas, quer de mercados para exportação dos seus produtos manufacturados, leva a que Portugal desenvolva toda uma série de actividades que lhe permitam permanecer em África e no Oriente, onde desde muito cedo possuía colónias⁸¹⁵.

A influência e perturbações internacionis nascidas da Revolução Americana e da Revolução Francesa inicialmente não afectaram a relação da metrópole lusitana com as colónias asiáticas. O comércio nos entrepostos da Índia e

⁸¹³ MATOS, Sérgio Campos, “Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX: O caso de Oliveira Martins”, *CADMO. Revista do Instituto Oriental, Actas do Colóquio Internacional Orientalismo Ontem e Hoje*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002, p. 212.

⁸¹⁴ MATOS, Sérgio Campos, “Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX: O caso de Oliveira Martins”, p. 212.

⁸¹⁵ Sobre o assunto consultar os seguintes trabalhos de VALENTIM, Alexandre: “A Questão Colonial no Portugal Oitocentista”, *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e Oliveira Marques, vol. X: *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998; *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979; “O Império Colonial”, *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coord.). Madrid: Ediciones Sequitur, 2000.

Macau era significativo. Paralelamente, reforçavam-se os laços entre os entrepostos portugueses da costa do Índico e do Extremo Oriente. No entanto, esta prosperidade encontrava um velho inimigo: a vulnerabilidade estrutural de um império disperso, dependente de uma metrópole com fracos recursos. A conjuntura agravou-se nas primeiras décadas do século XIX, como resultado da emergência inglesa como potência hegemónica, a queda do tráfico do ópio que ligava Damão e Diu a Macau e a crise da expotação do sândalo de Timor. Neste âmbito, as possessões na Ásia convertem-se em simples anexos da economia dos territórios em que se inseriam⁸¹⁶.

Esta situação tem reflexos nas estruturas sociais e políticas das colónias. As perturbações aumentam com as alterações políticas ocorridas no reino a partir de 1820. Desde o século XVIII, sobretudo em Goa, o clero regular perdia importância. A expulsão dos jesuítas por Pombal constituiu um rude golpe às missões no Oriente e, em 1834, Joaquim António Aguiar concedeu preponderância ao clero secular, todo nativo, constituído em boa parte por brâmanes cristãos. Também a decadência gradual do comércio marítimo e o desaparecimento da Velha Goa trouxeram um crescimento do peso relativo das aristocracias rurais locais⁸¹⁷.

AS CARTAS: “CAMINHOS FEMININOS”

Desde a *Escola dos Annales* que o conceito de fonte histórica se tornou mais abrangente. A *Nova História* vem privilegiar a multiplicidade de fontes e abordagens históricas, particularmente a história das mentalidades⁸¹⁸. Também a emergência dos estudos sobre a mulher mostrou a importância de uma série de registos documentais, até há pouco tempo considerados de menor importância. A história das mulheres como campo de estudos representou um desafio no início dos anos 60 do século XX e abriu espaço para as mulheres na narrativa histórica tradicional.

Em Portugal, até aos anos 70 do século XX, a história da mulher não interessou – ou quase não interessou – aos historiadores da Expansão. Preocupa-

⁸¹⁶ VALENTIM, Alexandre, “As periferias e a implosão do Império”, *História da Expansão Portuguesa*, Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 49.

⁸¹⁷ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 262.

⁸¹⁸ Ler: PERROT, Michelle, “Práticas da memória feminina”, *Revista Brasileira de História*, nº 18. S. Paulo, 1989, pp. 9-18.

va-os sobretudo uma história dos laços marítimos, sociais e económicos formais, que sustentaram a empresa marítima. O primeiro trabalho surgiu com Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*⁸¹⁹, seguido do trabalho de Elaine Sanceau, *Mulheres Portuguesas no Ultramar*⁸²⁰. Boxer deu-nos uma visão panorâmica, pioneira e concisa, relembrando diferentes “tipos” de mulheres, tanto de origem europeia como locais. Esta perspectiva foi alargada com o *Congresso sobre o Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* (1994) e, mais tarde, a Revista *Oceanos*⁸²¹ dedicou um número ao tema. Investigações mais específicas apareceram no final da década de noventa do século XX, onde destacamos os temas relacionados com alguns *tipos de mulheres*, como foram as órfãs d’el-Rei e as mulheres enclausuradas em conventos e recolhimentos. Saliente-se, a este propósito, os trabalhos de Timothy Coates, Leonor Diaz de Seabra, Joseph Levi, Fina D’Armada e eu própria⁸²². Já em 2008, o Centro de Estudos Interculturais do Instituto Politécnico do Porto publica as obras colectivas: *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows e Condição Feminina no Império Colonial Português*⁸²³. Apesar destes contributos, é ainda um conhecimento diminuto, marcado mais por artigos isolados e não por trabalhos comparativos, contrastivos e de grande síntese. No entanto, cabe reconhecer que os estudos sobre a temática da mulher no Brasil colonial (1500-1820) se encontram em franco desenvolvimento desde os anos setenta do século XX.

A história da mulher agrada globalmente, quer do ponto de vista da leitura quer do ponto de vista da escrita, a um público mais vasto, mas, por vezes, há quem pense que esta escrita não é História. Por isso, é sempre bom lembrar que as mulheres serviram igualmente de instrumento da colonização levada a cabo pelas coroas ibéricas. Até há pouco tempo, e mesmo na actualidade,

⁸¹⁹ Lisboa: Livros Horizonte, 1975. Trata-se de um dos maiores especialistas da história da expansão portuguesa e, talvez, um dos historiadores que mais diversificou as respectivas temáticas.

⁸²⁰ Porto: Civilização, 1978.

⁸²¹ N.º 21, Janeiro/Março, CNPCDP, 1995.

⁸²² Não é nossa intenção fazer um estado da arte sobre o assunto. Queremos, apenas, lembrar alguns nomes que se têm debruçado sobre o assunto.

⁸²³ Consultar: www.iscap.ipp.pt/~cei. SARMENTO, Clara (ed.), *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008; SARMENTO, Clara (ed.), *Condição Feminina no Império Colonial Português*. Porto: Edições Politema, 2008.

continua a apresentar-se com maior importância o império económico e político, onde as relações culturais e a mulher são secundarizadas. Como consequência do mundo global em que vivemos e devido a uma nova concepção do que são fontes históricas e conhecimento histórico, este género de temas desperta interesse dentro e fora da academia. Como exemplo, cite-se o trabalho da jornalista Rosário Sá Coutinho⁸²⁴. Apesar de não se tratar de um estudo estritamente escolar, surge-nos como um bom contributo para a promoção e divulgação dos estudos sobre a mulher na expansão, uma deixa para que a universidade se possa interessar exaustivamente sobre a matéria em pesquisa. Rosário Coutinho descreve-nos a história de oito mulheres que, entre os séculos XVI e XIX, viveram em regiões de circulação e presença lusa, quase sempre analisadas na perspectiva da guerra ou da difícil fixação de cristãos, nomeadamente o Norte de África e o Reino do Grão-Mogol.

Quatro das mulheres biografadas andaram nas praças do Norte de África, região associada a homens de armas, degredados e todos aqueles necessários à defesa e conservação destes espaços⁸²⁵. Quase não se fala da população feminina, sobretudo a de elite. No entanto, alguns capitães e governadores fizeram-se assistir por suas mulheres, notabilizando-se na governação e diplomacia⁸²⁶. Foram elas: D. Isabel Henriques, condessa do Redondo, mulher do capitão de Arzila, D. João Coutinho; D. Mécia de Monroy, filha do capitão de Santa Cruz do Cabo de Gué, e D. Maria d'Eça, governadora de Ceuta entre 1548 e 1549, na ausência do marido. Um outro aspecto que merece relevo é a conversão de D. Mécia ao islamismo. Esta, depois de ter sido levada cativa pelo xerife muçulmano para Marraquexe, tornou-se uma das suas mulheres. Por opção ou fruto das circunstâncias, abraçou o Islão e mudou de nome para Alia. Pelas descrições, teve o engenho de se adaptar à cultura local, sem abandonar inteiramente a cultura em que nasceu, particularmente no domínio dos adornos:

⁸²⁴ COUTINHO, Rosário Sá, *Mulheres Aventureiras. Portuguesas Espalhadas Pelos Quatro Cantos do Mundo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. À semelhança do que fizemos com as “nossas mulheres”, estas oito mulheres merecem igualmente um estudo exaustivo.

⁸²⁵ Sobre a população portuguesa nas praças do Norte de África, leia-se: MARQUES, A.H. Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 297-329.

⁸²⁶ A respeito do papel e poder de alguma mulheres: LOPES, Ana Costa, “Memories of the Portuguese Vicereine of India, the Marchioness of Tavora”, *A vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e outros Lugares*, Leonor Seabra e Antónia Espadinha (coord.). Macau: Universidade de Macau, 2009, p. 4. Faz-se aqui a distinção entre “capitã” (mulher do capitão) e “capitã” (mulher que detinha poder e responsabilidades).

exibia as tatuagens de *henné* e alguns adereços europeus, sem que o xerife a coibisse.

Igualmente no Norte de África, temos um caso de grande temeridade: Antónia Rodrigues, a *heroína de Mazagão*. Antónia Rodrigues, nascida numa família humilde, aos 12 anos vestiu-se de grumete (nome António) e embarcou clandestinamente para Mazagão, em 1592. Assim viveu durante cinco anos. Com medo de ser descoberta, confessou ser mulher, acabou por casar com um cavaleiro e voltou ao Reino, onde alcançou do rei tenças e mercês.

Uma outra presença feminina destaca-se numa região de difícil entrada aos europeus: a corte do Grão-Mogol. As relações entre o Grão-Mogol e Estado da Índia, de uma forma geral, caracterizaram-se quase sempre pela diplomacia, mas por vezes alguns reveses surgiram na sequência das lutas de sucessão entre os Mongóis e a concorrência europeia. Foi uma política que assentou no jogo de interesses entre ambos os poderes, onde a negociação ganhava espaço. Para além da negociação da política de cartazes, os religiosos portugueses que aqui se encontravam comprometeram-se igualmente a não recolherem órfãos para serem cristianizados e a respeitarem a religião, os costumes e as leis mongóis. A cordialidade entre ambas as coroas, segundo a documentação, deveu-se à presença dos religiosos, como João de Abreu e José da Costa, assim como à influência de D. Juliana Dias da Costa.

D. Juliana Dias da Costa era filha dum físico português – Agostinho Dias da Costa – e de uma escrava arménia que se tornou no braço direito do Grão-Mogol, durante mais de 40 anos. Para além de falar fluentemente árabe e português (língua franca)⁸²⁷, foi guardiã do harém, amiga e conselheira de diversos soberanos. Aqui viveu como cristã e financiou algumas missões jesuítas na região. O respeito e confiança que ganhou permitiram-lhe que praticasse livremente o Cristianismo e mantivesse hábitos e tradições lusas. Por isso, não nos espanta que tivesse nos seus aposentos, segundo um embaixador holandês

⁸²⁷ Sabemos da sua vida através das obras do Padre DESIDERI, Hipólito, do holandês KATE-LAAR, J. e de GENTIL, M, *Memoires sur L'Indoustan ou Empire Mogol*. Paris: chez Petit, Librairie Le Duc de Bourbon, 1822, p. 38 e de GRACIAS, J.A. Ismael, *Uma dona portuguesa no Grão Mogol*. Nova Goa: IN, 1907, p. 146.

que a visitou, obras de Galileu, o *Discurso do Método*, a *Suma Oriental* e os *Colóquios*⁸²⁸.

A Marquesa de Távora abre um novo momento para a história da mulher no Oriente. Foi a primeira mulher de vice-rei que embarcou para Goa. Levou consigo todo o esplendor barroco da corte de D. João V. No regresso ao Reino, e na sequência da perseguição que o Marquês de Pombal fez aos Távoras, foi morta⁸²⁹.

D. Francisca Josefa de Moura Menezes, a “Chiponda” (séculos XVIII-XIX), mestiça de Tete, foi uma rica e poderosa comerciante na região de Moçambique. Financiou as primeiras expedições portuguesas para o interior do continente africano. Era uma intermediária entre as caravanas que traziam ouro, marfim e escravos, do continente para os entrepostos comerciais de Sofala e da Ilha de Moçambique. Apesar de mestiça mantinha os “modos de vida europeus”⁸³⁰. Esta e outras mestiças vêm confirmar que o tráfico de escravos não era apenas feito por homens brancos, mas também por mulheres mestiças e outros, como no caso dos traficantes árabes e suaíli.

Por último, surge-nos a já qui estudada D. Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira. Como vimos, depois da independência do Brasil (1822), e tendo o marido sido nomeado representante nas Cortes do Rio de Janeiro, acabou por administrar sozinha o engenho de açúcar da família no Recôncavo baiano, perante grandes adversidades, dado que se opunha à independência do Brasil.

À exceção de D. Maria Bárbara, as fontes sobre estas mulheres são escassas e pouco diretas. Felizmente para o nosso estudo, contamos com experiências vividas na priméria pessoa. As cartas, os diários e as autobiografias constituem um subgénero conhecido como a “literatura do íntimo”⁸³¹. As cartas pessoais estão particularmente associadas às mulheres, sobretudo no século em questão. Entre os grupos sociais femininos, sobretudo no das mu-

⁸²⁸ Este exemplo demonstra a circularidade cultural que havia entre Ocidente e Oriente e a importância das comunidades ou pessoas mestiças na introdução da cultural ocidental ou a criação de uma nova cultura, onde se conjugam elementos ocidentais e autóctones.

⁸²⁹ Até ao século XIX não embarcavam mulheres, à exceção das órfãs d’ El Rei, das degredadas ou das que partiam clandestinamente. Sobre a Marquesa aconselhamos a leitura do artigo de LOPES, Ana Costa, “Memories of the Portuguese Vicereine of India, the Marchioness of Távora”, *A vez e a Voz da Mulher Portuguesa na Diáspora: Macau e outros Lugares*, Leonor Seabra e Antónia Espadinha (coord.). Macau: Universidade de Macau, 2009, pp. 3-13.

⁸³⁰ A historiadora Selma Pantoja tem desenvolvido o tema.

⁸³¹ GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Género*, p. 99.

lheres mais ligadas à literatura, a correspondência trocada servia para estabelecer uma teia de relações, essencial para a sua formação e conhecimento. Assim, as cartas tornam-se um instrumento de informação, terreno de reflexão e jogo com todos os géneros⁸³², juntando frequentemente dados pessoais com factos históricos ou biográficos. A sua análise permite-nos o conhecimento que a história convencional não nos dá e são uma fonte para que o historiador nos dê a conhecer a vida privada e o quotidiano.

O século XIX mudou o dinamismo nupcial do europeu no Oriente. Até então, assentava particularmente no comércio de mulheres asiáticas, usado tanto para o casamento como para relações de concubinação. O epistolário que aqui trazemos é um testemunho dessa transformação. Inácia Carolina faz parte do número, ainda que limitado, de mulheres que começaram a seguir os respectivos maridos em missões no Ultramar. As cartas são o único laço entre os que ficam e os que partem. Por isso, inscrevem detalhes sobre o dia-a-dia, a família e as colónias. A grande maioria das cartas foi trocada entre D. Inácia e sua mãe, D. Emília Isabel da Fonseca e Gouveia. As cartas descrevem não só a paisagem e os povos, como também proporcionam a verbalização de considerações de foro privado. São textos escritos praticamente como um diário, repletos de pormenores, assinalando eventos familiares e sociais, como o nascimento dos filhos e o convívio com os amigos. Através dessas cartas, temos acesso aos posicionamentos de Inácia frente aos outros povos, no modo como entende as tradições e as culturas, na maneira como se integra ou não nas sociedades em que se movimenta. Trata-se duma escrita que assenta na alteridade e nos exotismos. Pretende reconstruir um itinerário praticamente diário, alternado com observações sobre o governo da colónia e o seu quotidiano. É uma escrita de expressões e entusiasmo praticamente coloquiais que sobressai. É também um discurso familiar, de amizade e de alguma cumplicidade. Matiza-nos com imagens de cores e de aromas diferentes, sempre de olhar etnocêntrico, embora crítico e simultaneamente moralizante.

HISTÓRIAS DE VIDA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Inácia Carolina Pimenta da Gama Barreto nasceu em 27 de Novembro de 1842, na Casa do Campo da Feira, Viana do Castelo, freguesia de Santa Maria

⁸³² GONÇALVES, Andréa Lisly, *História & Género*, p. 100. PERROT, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 192.

Maior, e foi baptizada a 23 de Dezembro do mesmo ano. Foi a quarta filha de António Pimenta da Gama Barreto, casado em segundas núpcias com Emília Isabel Rossi da Fonseca Gouveia. Os seus ascendentes paternos gozavam de grande influência social na Vila de Viana. A casa da família ficava sediada na Casa do Campo da Feira e na Quinta da Carvalheira, em Serreleis. Diversos familiares tiveram cargos importantes na administração e na carreira militar. Por via materna, a sua família está ligada à elite nobiliárquica e industrial da cidade do Porto. Sua mãe, Emília, era filha de Jerónimo Rossi, vice-cônsul da Sardenha naquela cidade, fundador da fábrica de loiça de Santo António do Vale da Piedade, em Gaia.

Aos oito anos ficou órfã de pai e casou aos vinte e oito anos com Ernesto Kopke, formado bacharel pela Universidade de Coimbra e seu primo em 1º grau, prática bastante usual no Portugal de então. O casamento representou a união de uma família de elite vianense com as elites burguesas da cidade do Porto. Ernesto Kopke era filho do Barão de Massarelos, família aristocrática sediada no Porto e de ascendência alemã da cidade de Hamburgo, dedicados à produção e comercialização do vinho do Porto. Após o casamento, Inácia Carolina empreendeu uma viagem que a levou até Goa, com passagens pela Europa e África, a fim de acompanhar o marido que tinha sido nomeado Juiz e fora destacado para aqueles locais.

Inácia Carolina era descendente da nobreza provinciana, educada segundo os parâmetros convencionais do catolicismo. Na sequência do casamento, acabou por entrar em contacto com outras realidades culturais, transpondo assim o papel que lhe estava reservado, o de esposa, de dona de casa e de mãe, para se transformar numa *leitora* atenta da sociedade e culturas que a envolviam nos territórios coloniais⁸³³.

⁸³³ A saída de Ernesto Kopke do Reino foi motivada pela escolha da carreira judicial. Em 1867 foi colocado na Comarca de Quelimane, mas ainda não havia pisado solo moçambicano e já havia sido transferido para a Ilha de Moçambique, onde irá assumir a direcção dessa Província. Em 1870 regressa ao Reino para desposar a sua noiva, Inácia Carolina. Partem de imediato para o continente africano, onde Ernesto necessitava de retomar as suas funções judiciais. Este acervo documental testemunhará as vicissitudes do casal nas longas viagens que terão de suportar e nas vivências na Ilha de Moçambique e, posteriormente, em Nova Goa, para onde Ernesto será transferido, logo em finais de 1871. Os dados biográficos da família foram retirados da tese de FERNANDES, José Emanuel Queiroga, *Ecos do Império nas Cartas de Inácia e Ernesto Kopke*, Volume I: *Império e Sociedade (1850-1880)*, texto policopiado. Braga: Universidade do Minho, 2001, p. 9.

Regressou à metrópole em Setembro de 1875, trazendo três filhos, de três e de dois anos e o mais novo com menos dum ano. Em 1878, Ernesto foi nomeado Juiz de Direito em Amares mas, no ano seguinte, Inácia faleceu subitamente, com a idade de 37 anos. O marido casou em segundas núpcias com Elisa da Silva Vieira da Cunha e morreu em 1915, depois da queda da monarquia.

A viagem do casal foi entendida como uma promoção social e profissional. Procuravam um cargo público que conferisse uma boa remuneração e, principalmente, uma posição de prestígio no seio da sociedade portuguesa oitocentista. Desde sempre o Oriente representou a sobrevivência e promoção das elites. A ida para as colónias permitia-lhes uma colocação rápida e a certeza de conseguir benefícios futuros, nomeadamente, o privilégio de garantir uma comarca na Metrópole⁸³⁴. Tal espírito é descrito com precisão numa das cartas, sobretudo quando a saudade aumenta:

estamos muito longe, mas a culpa, bem a mamã sabe que foi minha – eu podia estar solteira ao pé de si, ou mesmo cazada, se não quizesse o Ernesto por força ... Ora agora, p'ra ter uma boa posição e dinheiro que chegue, viemos p'ra o Ultramar ... diz a Leopoldina Lencastre, que não vale a pena ... Ora eu, p'ra lhe falar francamente, digo-lhe que não se tendo, principalmente mãe, sendo-se saudável, vale a pena ... vir como Juiz e no fim de 15 annos ir dezembargador p'ra os Açores e depois p'ra Lisboa ou Porto ... (porque é, como deve ser ...) ⁸³⁵ ...

A opção por Goa insere-se no discurso orientalista, comum em algumas elites portuguesas e agora reforçado pela presença da Inglaterra na região. Inácia por diversas vezes enaltece a dominação inglesa na Índia. Certamente não o faz por uma questão política, mas Bombaim para ela representava um exemplo de “civilização” no Oriente, não muito distante de Goa. Era em Bom-

⁸³⁴ FERNANDES, José Emanuel Queiroga, *Ecos do Império nas Cartas de Inácia e Ernesto Kopke*, p. 61. Numa das cartas fala-nos deste assunto, não em relação ao marido, mas em relação a outros “que por aqui estavam”. Por exemplo, que Manuel Carvalho não regressava ao Reino, apesar de estar doente, porque tinha em mente a presidência da Relação. FERNANDES, José Queiroga, et. al. (eds.), *Inácia Carolina e Ernesto Kopke. Cartas de um Casal no Império: 1871-1875*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, 2003, pp.198-9.

⁸³⁵ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 213.

baim que adquiria a grande maioria das roupas e do mobiliário, possibilitando-lhe um estilo de vida ocidental⁸³⁶.

A sua passagem por África permitiu-lhe reforçar a ideia de exotismo e riqueza oriental, onde tudo é possível alcançar. Pelo facto, nada quer levar de Moçambique, pois prefere desfazer-se do “mobiliário tosco” e comprar tudo de novo em Goa e Bombaim⁸³⁷. Apesar da rivalidade política entre Portugal e Inglaterra, a partir de 1878, através do tratado anglo-luso, Portugal fomentou as relações entre a Índia portuguesa e a Índia inglesa, estabelecendo uma união aduaneira e a construção de uma linha de caminho-de-ferro ligando Mormugão à rede britânica.

O velho mito de que o Oriente era o “berço da civilização”, a terra onde Cristo nasceu, foi certamente um outro factor que pesou na escolha de Goa: “Eu gosto d’ir p’rá Índia, sempre é a parte do mundo (a Ásia) onde nasceu e morreu o Salvador, onde Elle creou o homem, o parayso e a mulher... Emfim, é a parte do mundo mais hantiga onde se deram casos mais extraordinários, d’onde a historia é mais curiosa”. Desde o século XI que o Ocidente pensava que aí existiriam cristandades e a lenda foi certamente um motor que alimentou de início a expansão ultramarina. Embora esta realidade tenha sido transferida para África – mais concretamente para a Abissínia –, o mito sobre as cristandades orientais acabou por se concretizar aquando do encontro dos Cristãos de São Tomé, de rito oriental, no século XVI.

O clima, a quantidade de água, a qualidade dos alimentos, os maiores recursos financeiros e o luxo foram outros factores que pesaram na preferência. Assim, a 28 de Agosto de 1871, Inácia Carolina, ainda a habitar terras africanas, comunicará à sua mãe o entusiasmo perante a perspectiva de ir para o Oriente⁸³⁸: “Estou morta por me ver na Índia e se não fosse a viagem por mar, convidava-a a ir fazer-nos uma vizita, mas a mamã devia soffrer horrivelmente

⁸³⁶ Mesmo longe da Europa, procura através da mãe manter-se actual no domínio da moda, cujos padrões são os europeus. Constantemente pede vestidos e tecidos do Reino. Para ela todos no Oriente andavam mal vestidos e este será um tema recorrente nas suas missivas. A fim de se manter atualizada irá assinar a revista *Mode Illustrée* e utilizar moldes de outras revistas, como a *Belêze*.

⁸³⁷ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 131.

⁸³⁸ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 156. Numa carta de 23 de Junho de 1872, salienta a rapidez com que as cartas chegam a Goa: demoram 1 mês a chegar. Já depois de estar há algum tempo em Goa e, apesar das decepções, ainda continua a elogiar as comunicações, quando comparadas com Moçambique (p. 176).

e por tanto, não deve embarcar – Deus nos livre!. Contente-mo-nos com a nossa ida p’ra Goa, coiza que satisfaz os desejos do Ernesto e que p’ra todos é bom”.

Para Inácia, qualquer posição no Oriente seria melhor do que em África, espaço menos civilizado e de menores oportunidades. A respeito do Juiz que ia substituir o marido em Moçambique disse: “Mas em Macáo como delegado, ganhava mais do que aqui como Juiz e Macáo é uma excelente terra segundo elle diz, onde a gente se esquece de Lisboa e de Portugal, (segundo elle diz também)”⁸³⁹. Portanto, permanece uma constante comparação e preferência entre as colónias ou regiões que mais se aproximam do modo de vida português.

O OUTRO

As ilusões de uma atração orientalista concebida no início da viagem vão-se anulando já durante o seu curso. O primeiro contacto com o *Outro* (entenda-se, o não-ocidental) deu-se na costa oriental africana a 25 de Junho, meses antes da chegada a Goa, destino final. Apesar dos contactos regulares entre o Ocidente e o Oriente, a visão de um determinado estereótipo sobre a figuração do *Outro* ainda predominava, como já escrevemos. Os velhos estereótipos são reforçados com a necessidade dos europeus quererem cada vez mais impor a sua soberania e ocidentalizar as populações. No século XIX reforçou-se a visão eurocêntrica, colocando todos os demais povos num lugar secundário, como raças destituídas das qualidades superiores dos indo-europeus⁸⁴⁰. No entanto, as sociedades locais do século XIX já não eram as sociedades encontradas nos séculos XVI, daí que a conflitualidade entre os grupos se acentue.

Desde sempre o homem tentou fazer representações sobre os outros povos, comparando, ora enaltecendo ora reprovando. Como Norbert Elias escreveu, o homem sempre tendeu para a justificação de determinados comportamentos, não só em relação a outras civilizações mas também dentro das próprias sociedades em que se insere. Essa diferença/observação, por exemplo, pode ser vista dentro do grupo social em que se movimenta ou em relação a grupos que podem estar social ou economicamente afastados da “elite”. A comparação pode passar pelo simples costume de comer com faca e garfo ou

⁸³⁹ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 131.

⁸⁴⁰ MATOS, Sérgio Campos, “Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX”, p. 212.

com as mãos ou porque é que se empregam determinadas expressões linguísticas em detrimento de outras. Independentemente das justificações, o homem tende ao longo da História a arranjar explicações para alterar, impor, substituir ou destruir determinados comportamentos: “O próprio facto de uma certa camada social, numa ou outra fase de evolução da sociedade, constituir o centro de um processo, fornecendo, portanto, os modelos, e de esses modelos se propagarem a outras camadas e serem recebidos por elas já pressupõe que a sociedade no seu conjunto tem uma disposição e uma estrutura particulares, em virtude das quais cabe a um círculo a função de criar modelos e a outro a de propagá-los e assimilá-los”⁸⁴¹.

Depois de uma breve passagem pela Ilha de Moçambique, o casal fixou-se em Nova Goa, onde pensavam encontrar uma vida diferente, um meio mais cosmopolita e mais “civilizado”, no dizer de Inácia. O casal chegou a Goa a 8 de Abril de 1872, após uma longa viagem, onde não foram alheias as indisposições provocadas pelo andamento do vapor. Ficaram hospedados em casa de Ferreira Pinto, onde embora fossem bem tratados consideravam o anfitrião demasiado falador, pois como Inácia diz “é algarvio”. Estes não serão os únicos comentários aos portugueses aí residentes. Por exemplo, a respeito das portuguesas, Inácia Carolina escrevia: “Já conheci várias senhoras, mas apesar de serem lá de Portugal, parecem-me umas suncias muito grandes, assim a modo das de Coimbra....”⁸⁴². Portanto, o primeiro olhar não foi positivo, mesmo sobre os portugueses residentes.

O convívio de Inácia parecia muito limitado ao espaço privado, o que não ajudava à criação de laços de amizade. Escolhia o conforto do lar, pois talvez no seu imaginário estivessem gravadas imagens da “Velha Goa”, uma cidade “verdadeiramente” ocidental, de grande prosperidade e riqueza. Mas Inácia encontrou precisamente o contrário, uma cidade abandonada. O aumento do porte dos navios tornara o seu porto impraticável por falta de profundidade. Depois, uma epidemia de peste matou boa parte da população e pôs em fuga a restante⁸⁴³. Da cidade antiga apenas ficaram as igrejas e os conventos. O governo transferiu-se para Pangim. Pangim era agora cidade e a capital do Esta-

⁸⁴¹ ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional*, 1º Vol, I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 159-61.

⁸⁴² FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 139. Também na pág. 302 critica o luxo exagerado de muitos portugueses que por lá andavam.

⁸⁴³ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 261.

do da Índia, mas sem o fausto que teve a “Velha Goa”, construída à imagem das cidades europeias. Neste novo espaço cruzavam-se diversos povos e diversas culturas: gentios, muçulmanos, cristãos, luso-descendentes, banianes, entre outros, como Carolina escreveu: “...uma infinidade de nomes p’ra distinguir mil raças e religiões!!! Mas há tipos curiosíssimos, valia a pena vir aqui passar um anno, p’ra estudo de curiosidades”⁸⁴⁴. Entre os grupos maioritários destacamos cristãos, hindus (agrupados em 4 castas principais: brâmanes, chardós, sudras e as castas inferiores) e muçulmanos. A grande maioria era constituída por hindus e cristãos. A relação entre os diferentes grupos era conflituosa, particularmente entre os portugueses, os luso-descendentes, os canarins e os hindus⁸⁴⁵. Na opinião de Luís Thomaz, os Portugueses criticavam o sistema de castas, mas acrescentaram mais uma àquelas que já existiam: os *descendentes*⁸⁴⁶, aqueles que descendiam dos antigos portugueses e, certamente, de alguma mistura local. Os nativos goeses só lentamente penetravam nos postos superiores da administração⁸⁴⁷. Esta mistura de culturas ajudou, decerto, às observações que fez e continuará a fazer sobre os goeses, em geral. Por exemplo, atacou directamente os Canarins, reproduzindo de algum modo o clima de relações tensas existentes entre as duas comunidades: “É sabido dos habitantes, onde se encontra alguma creatura decente, é nos gentios, porque os christãos, são a canalha maior e mais indecente!...”⁸⁴⁸; “Este alfaiate, como todo o canarim, é estúpido e trapalhão, mas presumido, não dá atenção quando fallo, de sorte que faz muita asneira e alem d’isso, é muito cabeça no ar, tenho medo de lhe meter um vestido bom nas mãos, porque pelo menos, é capaz de o sujar, não podendo eu estar sempre ao pé d’elle”⁸⁴⁹; “Maldicta ella seja e todos os da sua raça, tenho-lhes uma raiva; que engulo, porque os não

⁸⁴⁴ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p.191. É um relato pormenorizado sobre a sua casa, os móveis, os criados e a falta de produtos, sobretudo os que habitualmente consumia em Portugal: maçã, batatas, café e alguns utensílios, como era a falta de uma peneira.

⁸⁴⁵ Esta tensão será visível na epistolografia do casal.

⁸⁴⁶ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, p. 263.

⁸⁴⁷ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, p. 263.

⁸⁴⁸ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, pp. 191 e 311. Numa das habituais críticas que fazia aos criados, ao aguadeiro, interroga-se porque é que lhe paga, pois se anda nu não precisa de dinheiro para roupa.

⁸⁴⁹ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 348.

posso correr a chicote”⁸⁵⁰; “Ah! Vil raça!. lhes digo morrer não temo...mas aturar-vos e não vos pode correr a chicote!...é mais que a morte!...Mas basta de queixas amargas contra esta vil raça de macacos”; “acabe esta má raça de moiros e banianes”⁸⁵¹. Ao passo que considera os negros importantes para o desenvolvimento da colónia, Inácia Carolina não vislumbra vantagem na existência de povos que entrem directamente em concorrência com os portugueses⁸⁵². Com o seguimento das descrições, apercebemo-nos que, posteriormente, a sua simpatia cresce em relação aos negros e acaba por os valorizar face aos canarins. Isto é, valoriza o negro para atacar os canarins⁸⁵³.

A par da mudança que o governo e a população fizeram da Velha Goa para Pangim, assistimos, também, a momentos de conspiração, vindos já do século XVIII, como foi o caso da *Conjuração dos Pintos* (1787), período que corresponde a revoltas em outras colónias europeias, à independência dos Estados Unidos ou à Inconfidência Mineira. A revolução de 1820 ocorrida em Portugal permitiu igualmente uma maior possibilidade de expressão e de participação política dos nativos goeses. Ao longo do século XIX, o partido bramânico procurava obter uma autonomia maior para o território e uma mais larga participação da população local na vida pública e na administração⁸⁵⁴. A vitória do partido bramânico constitui uma viragem importante na história de Goa. Assinala o fim do longo período de transição aberto pelas reformas de Pombal. A civilização goesa recree-se e os goeses dominam a vida pública do território, onde ocupavam a quase totalidade dos quadros, excepção feita aos postos-chaves de governador, de patriarca e de presidente da Relação, sempre reservados a europeus⁸⁵⁵.

Portanto, foi uma época de mudança que Inácia encontrou. Talvez, por isso, o desagrado cresça à medida que os meses passam e, cerca de um ano

⁸⁵⁰ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 150.

⁸⁵¹ Em regra, eram tidos como avarentos e gente de má-fé. Os banianes de Diu dedicavam-se ao comércio em África.

⁸⁵² FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 149.

⁸⁵³ Designa-se por Canarim um habitante da antiga Índia Portuguesa, geralmente um converso ao catolicismo. Vejam-se, entre outros: *Doutrina Christam em Lingua Bramana Canarim, Ordenada a maneira de dialogo para ensinar os meninos*, pelo Padre Thomas Estevão, Jesuita, no Collegio de Rachol, 1622; *Arte de Lingua Canarim*, 1640 (Saldanha, Mariano, ed. Doutrina, 1945).

⁸⁵⁴ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, p. 265.

⁸⁵⁵ THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, p. 266.

depois de ter chegado a Pangim, escreveu o seguinte: “Isto são terras d’escravidão, a gente, volta ao tempo do feudalismo e tange os servos quando é preciso”⁸⁵⁶. Meses mais tarde insistia: “É uma terra insupportavel Gôa, pelo atrazo muito incrível em que tudo está, pelos costumes da gente de cá, pelos pouco bons costumes, dos europeus que para cá vem... Emfim, eu não gosto de nada de cá, nem mesmo do dinheiro, que é indecente (...)”⁸⁵⁷. Com o tempo, há-de achar Pangim uma cidade cara e, quando comparada com Bombaim, muito pobre⁸⁵⁸. O choque cultural e os velhos estereótipos impediram-na de ver a sociedade no seu real alcance. Inácia raramente se refere à vida cultural e, na verdade, Pangim tinha conhecido grande crescimento cultural, desde meados do século XIX. Surgiram diversos jornais, revistas literárias e científicas, como o *Gabinete Literário das Fontainhas* (1852) ou o *Jornal de Farmácia, Química e História Natural* (1812). Só excepcionalmente nos fala de convívios sociais, pois só ocasionalmente se juntava à comunidade europeia residente na cidade⁸⁵⁹.

O descontentamento com os serviços também não a motiva para a intimidade a com os portugueses aí residentes – aliás, segundo Inácia, raramente conviviam com estes ou com goeses instruídos. A única excepção era um médico que, por diversas vezes, assiste as filhas. Quando fala dos brancos, fá-lo de maneira pouco lisonjeira. O Oriente era um local de promoção e dinheiro fácil, de ambições individuais. A propósito duma eventual substituição do Governador-Geral, Macedo Couto, escreveu em 1874 o seguinte:

mas segundo consta, anúncio um homem p’ra substituir este, que não satisfará segundo penso, a todas as condições desejadas ... mais próprio p’ra administração d’esta provincia, dizem é, mas segundo parece, não é homem d’educação fina, (este é o mesmo) e como pode imaginar isso influir muito p’ra civilização da terra, boa convivência _ D’antes, vinhão ocupar este lugar de vice-rei, os primeiros fidalgos de Portugal ... Agora, dá-se este

⁸⁵⁶ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 204.

⁸⁵⁷ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 213.

⁸⁵⁸ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 226.

⁸⁵⁹ As considerações que tece sobre a grande maioria são pouco lisonjeiras.

logar a um que não compreende os seus deveres e é por isso, que a nossa Índia está reduzida a (guano?)⁸⁶⁰.

As saídas de Inácia à rua são particularmente para fazer compras, visitar algumas amigas (verdadeira exceção), ir ao teatro⁸⁶¹ e participar em festas litúrgicas⁸⁶², pois a vida em Nova Goa passa-se como se estivesse em Portugal. A vida social passa também pelas refeições dadas em ocasiões festivas e aniversários. Embora as festas tenham um reduzido número de participantes, estão envolvidas no espírito emanado do Romantismo. A ementa apresentada era constituída essencialmente de pratos e bebidas do Reino: sopa de massa, pastelinhos de picado de carne, batatas cozidas, arroz de cabidela, pudim de ovos, arroz doce, tudo isto acompanhado de vinho do Porto, champanhe e café⁸⁶³.

São sobretudo as lides domésticas que lhe ocupam a maior parte do tempo. Tinha um número significativo de serviçais: alfaiate, lavadeiro (o mainato), cozinheiro, funileiro, aguadeiro e as ditas “criadas”, por quem não nutria simpatia especial. Na relação de subalternidade com o *Outro*, sublinha as apreciações – não só do ponto de vista social – das tradições, da cor da pele ou da sua maneira de vestir. Sobre o assunto leiam-se as seguintes notas:

n’outro dia, cheguei à janella p’ra ver o Ernesto, que sahia da audiência e vi a gente que vomitava aquelle antro de justiça...ora a mamã, não pode imaginar estes typos que a sua filha vê a cada hora!...sahia, hum velho comprido e ossudo, com a cara no ar, os óculos pendurados no nariz e nas orelhas, uma cartolla d’um tamanho descommunal, posta na cova do ladrão...uns calções até ao joelho, justos e desafivelados, com a canella à mostra, a canella cor de breu, magra e escanellada a desembocar no pé, em forma de capo ... mettido este em chinellas achatadas e arredondadas ... no busto, alem do que fica dito, trazia jaqueta a nota-lhe nas costas ... mas que figura! ... eu desandei a rir às gargalhadas e chorei com riso ao pé d’elle, cami-

⁸⁶⁰ FERNANDES, José Emanuel Queiroga, *Ecos do Império nas Cartas de Inácia e Ernesto Kopke*, p. 166.

⁸⁶¹ Em 1866 estavam em funcionamento dois teatros, o de Rua Nova de Ourém e o Garrett.

⁸⁶² Festas de S. Francisco Xavier e as festividades principais do calendário litúrgico.

⁸⁶³ FERNANDES, José Emanuel Queiroga, *Ecos do Império nas Cartas de Inácia e Ernesto Kopke*, p. 162. Curiosa é a observação que ela faz em relação ao uso ou não das especiarias na culinária, por exemplo escreveu: “arroz doce, que não sei se estará bom, agora o que ainda não tenho, é canella p’ra lhe deitar...veremos se nos fazem comer arroz dôce sem canella na terra das canellas” (*Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 195).

nhava um begarim ⁸⁶⁴, nú em pello, mas embrulhdo em uma manta da cama, riscada, este, quazi parecia um antigo romano e a sua conteurance, era a d'um senador! Eu não me habituei ainda a estas, por cá vulgaríssimas figuras!. As mulheres com os lençóes, tão bem constantemente me fazem parar e soltar exclamações da mais enojada admiração!... Realmente, são uns esquisitíssimos animalejos!!!! Se eu viesse aqui com dinheiro no bolso e liberdade p'ra voltar quando quisesse, digo-lhe que me divertia muitíssimo com tudo d'estas terras ... mas na posição em que estou, às vezes tenho chegado a ter desesperos e a desejar que as ilhas (depois de nós sairmos) sejam submergidas com os seus indignos habitantes⁸⁶⁵.

A impossibilidade de *educar a seu jeito* os nativos leva a que os ajuíze muito negativamente e por vezes usa, como era habitual, alguma força física. As cartas também trazem registos sobre o cargo do marido e, sobretudo, sobre a maternidade. Assistimos ao “crescimento” desta jovem aristocrata, sobretudo enquanto esposa e mãe, pois vai grávida para Goa e em Maio de 1871 nasce a primeira filha, Adriana⁸⁶⁶. Na impossibilidade desta escrever à mãe, foi o marido a dar a novidade do feliz acontecimento. Ao contrário do que seria de esperar, vemos em Ernesto um homem atencioso, preocupado não só com a esposa, mas também com tudo o que diz respeito ao lar⁸⁶⁷. Estava inquieto com a “incompetência dos criados que fazem com que Inácia se canse muito”⁸⁶⁸ e sobre ele próprio escreve que está uma “ama secca de primeira ordem”⁸⁶⁹. Tal como Inácia, Ernesto emite nesta primeira carta uma ideia pouco

⁸⁶⁴ Um trabalhador, jornalista.

⁸⁶⁵ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 366.

⁸⁶⁶ A prenda da avó foi de 100 mil reis. Este dinheiro irá ser investido para que no futuro possa assegurar o dote de Adriana (p. 157). Nas pp. 172-3, fala-nos com muito carinho da filha, fazendo mesmo um retrato pormenorizado dela e, na p. 175, o casal admite que não têm pena por lhes ter nascido uma menina.

⁸⁶⁷ *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 148. Inácia, na primeira carta que escreveu após o parto, elogia o jeito do marido no tratamento que dá à filha.

⁸⁶⁸ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 146. Segundo Ernesto, devido à pouca competência da criadagem, é Inácia que tem de fazer pequenos trabalhos, provocando algum cansaço.

⁸⁶⁹ Pp. 296-7: duas cartas escritas por Ernesto aquando do nascimento da sua segunda filha. Ficamos com a ideia de um pai preocupado com a saúde da mulher. Tendo em atenção a mentalidade predominante sobre o filho varão, Ernesto não nos manifesta essa ideia, observa-se nele um sentimento de felicidade.

lisonjeira sobre a população nativa; cite-se por exemplo a ideia sobre a parteira e a criada que assistiram no parto: "...parteira e criada (...) são, como toda a gente d'aqui, estúpidas como umas botas, com o que tem feito impacientar às vezes um pouco a Ignacia" e numa segunda carta faz questão de reforçar essa ideia, comparando as criadas da terra com outras que por lá circulavam, dizendo que os serviços duma criada preta (ama de leite) sempre eram melhores do que os das mulheres da terra⁸⁷⁰. De seguida, Inácia comentava para a mãe: "Chama-se um criado, leva um horror de tempo a ouvir ... Então você não ouviu? Não podia vir logo? Responde elle com estas caras cor de semén muito sem expressão que elles todos e ellas têm. Estava bebendo canja (...) mas isto, note, estão bebendo canja às dez da manhã, tendo-se dado ordem, que almocem às oito. Por causa d'estes lesmas, não se pode aturar Goa e os pretos em Moçambique eram outros que taes! São todos bons p'ra fazer rebentar as posturas todas dos bispos todos! Safa! Safa! Safa! Deus me livre que a mamã tivesse de os aturar, morria tísica dentro em pouco"⁸⁷¹.

⁸⁷⁰ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, pp. 142-4.

⁸⁷¹ Exemplos de palavras e frases depreciativas dirigidas aos criados: p. 154, "porcos" e insiste com a designação de "camelo bípede"; p. 172, ao contar a festa do baptizado à mãe diz que "Estas creadas desasadas enrugaram-lhe tudo"; p. 176, em relação a uma costureira diz: "cose como a de Serreleis, é um fedelho, não entende português, mas já fallão em a casar". De quando em quando vai elogiando algumas facetas da criadagem, mas na maioria das vezes isso não acontece. Nas pp. 180-1, acaba mesmo por escrever que o Ernesto deu um bofetão ao aguadeiro e outro ao cozinheiro por serem bêbados, mas nem por isso deixaram a casa. Na pág. 201 critica severamente a comida que o cozinheiro confecciona. Compara os pratos com aquilo que habitualmente comia em Portugal, particularmente os sabores ("Porque a mamã não imagina as descompusturas que eu dou a esta gente! ... nem pareço eu"). Mas, de quando em quando, tece alguns elogios, particularmente na confecção das refeições (ver p. 212). Numa outra carta (p. 233), volta a insultar a criada que tomava conta de Adriana: "estupor de criada", que nem sabe cuidar da bebé. Outro dado curioso prende-se com as queixas relativas ao pagamento, pois segundo ela são mais caras do que em Serreleis. Apesar de numa outra carta elogiar uma criada natural de Moçambique, acaba por dizer também mal dela (p. 242). Aliás, numa das cartas acrescentou: "Já tenho dito muita vez, é o que torna esta terra insupportavel, são os creados. Se ao menos fossem baratos ... mas tão caros, tão mãos e tão insuportáveis!" (p. 273). Por mais que uma vez escreve que agrediam fisicamente os criados com "bofetões" (p. 305). As queixas e as críticas aumentam com a estada em Goa e com o nascimento das filhas, pois sentem cada mais vez que os criados não são funcionais (p. 339) e chama-lhes "mafarricos cor de chocolate". Por exemplo, uma das empregadas de 13 anos, filha da aguadeira que foi aceite por lhe parecer muito "ageitada, inteligente", depressa perdeu a simpatia da senhora: "veio-me p'ra caza miserável e porca, assim que a vesti, fez-se estúpida, perdeu todos os merccimentos que tinha (...) mas ninguém me arranja coiza

Uma outra observação corrente prende-se com os costumes locais, por exemplo em relação a alguns adornos femininos: “A mãe da creança, era gentia e lá trazia uma argola mettida no nariz, faz afflicção, ver estas mulheres gentias com as tais argolas d’ouiro e pedras”⁸⁷². As críticas com base na desigualdade são tantas que acabará por assumir que são a principal causa porque irão regressar mais cedo para Portugal⁸⁷³.

CONTINUIDADES E RUPTURAS

O tema analisado reporta-se a uma época de continuidades e rupturas, uma época de mudanças, mas nem sempre foram perceptíveis aos intervenientes das missivas. O seu procedimento estava longe do conhecimento que se vivia na Europa, tanto na influência do novo papel que as mulheres adquiriram, como nas mudanças que se operavam no domínio das colónias asiáticas.

A produção epistolar de Inácia era ajustada ao paradigma da “Europa civilizada”, cristocentrista. Este era o modelo seguido pela maioria da elite social da ilha. O discurso expresso é, igualmente, reflexo de uma dissertação que tem como base o *Orientalismo*. Este mito foi o responsável pelas expectativas que o casal criou em torno de Goa mas, quando confrontados com a realidade, a fantasia esbate-se, dando lugar a uma forte consciência de desalento, criticando os povos e os costumes locais. A par da questão monetária, também o clima, os percevejos e os mosquitos são algo que depressa passou a incomodar Inácia Carolina, assim como as saudades do seu país⁸⁷⁴. Perante a desilusão que crescia dia a dia, começou a abandonar a ideia de progresso profissional do marido e a fazer planos para regressar ao Reino muito mais cedo do que tinham previsto (normalmente eram necessários quinze anos para a almejada promoção). Segundo Inácia, era preferível que o marido ficasse como Juiz

melhor, isto aqui, é uma miséria em creadas femêas”. Outros exemplos semelhantes se poderiam dar.

⁸⁷² FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 217.

⁸⁷³ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 273.

⁸⁷⁴ Por exemplo, a saudade do clima e as festas. Esta nova realidade fá-la andar desnorteada, como na questão de andar vestida de branco em vésperas de Natal e não ter lareira nesta altura (FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 203). O desencanto pela Índia leva-a a valorizar Moçambique. Por exemplo, em 1873 manda ouro e pérolas de Moçambique à mãe, para esta lhe mandar fazer um anel “p’ra recordação d’aquella terra, que a final não é nada má”, p. 225.

duma terra como Melgaço, do que permanecer por quinze anos no Oriente a fim de conseguir uma maior nomeação⁸⁷⁵.

Embora, em alguns aspectos se possa considerar que o casal se adequou ligeiramente – nos domínios doméstico, da moda e do mobiliário –, no que concerne ao convívio ou adopção de costumes locais, tal não se verificou. O afastamento mais notório, e que Inácia reconhece, prende-se com o descuido na pouca observância dos rituais católicos, possivelmente pela maioria dos padres serem locais, “escuros”, o tal clero nativo: “A mamã, diz náquella que foi à China, que se não admirará, que Ernesto e eu, regressemos a Portugal desbaptizados... Ora, estou quazi a receiar isso! Olhe que eu, não me confesso há dois annos e não vou à missa, há mais d’anno e meio! Mas não sei o que hei-de fazer! Pois aqui há muito padre, mas são tão escuros! E há muitos que vão passear bengalas enormes, de marfim, de búfalo, ou unicórnio, são uns asnos!”⁸⁷⁶. A desilusão foi-se acentuando ao longo do tempo e o principal motivo da viagem acabou por ser esquecido, tendo o casal optado pelo regresso à metrópole, em Setembro de 1875.

III - *DIÁRIO DE UMA VIAGEM A TIMOR* (1822-1883): O “ORIENTE” DE ISABEL TAMAGNINI

O *Diário de uma Viagem a Timor* (1882-1883) foi escrito pela jovem Isabel Pinto da França Tamagnini quando, entre os vinte e os vinte e um anos, integrou a comitiva de catorze pessoas que acompanhava o seu padraсто e novo governador de Timor, o major Bento da França Pinto d’Oliveira, oficial do exército português com larga experiência de serviços coloniais em África e na Índia. O *Diário* é o único testemunho documental directo da viagem e anota o itinerário que transportou Isabel Tamagnini de Singapura a Díli, cidade colonial onde viveria pouco mais de um ano, entre dramas familiares, intrigas políticas e um demorado exílio sócio-cultural, que acabariam por conduzir à demissão do governador Bento da França. O *Diário* encontra-se infelizmente incompleto, pois perdeu-se o caderno manuscrito em que se anotava a primeira etapa da viagem, entre Lisboa e Singapura.

⁸⁷⁵ FERNANDES, José Queiroga, et. al., *Inácia Carolina e Ernesto Kopke*, p. 213.

⁸⁷⁶ FERNANDES, José Emanuel Queiroga, *Ecos do Império nas Cartas de Inácia e Ernesto Kopke*, p. 194.

A viagem por mar, documentada a partir de Singapura, toca Batávia (actual Jacarta), navega pelo Mar de Java, aporta a Semarang (na costa norte de Java Central), Surabaya, Macassar (no Sul de Sulawesi ou Célebes), Bima (capital da ilha de Sumbawa) e Larantuka (nas Flores), onde avistam as ilhas de Adonara e Solor. Terão ainda feito escala em Kupang, antes de chegarem ao destino final, Díli, numa etapa cuja descrição se perdeu.

A viagem de regresso tem início a 1 de Junho de 1883, com o primeiro registo no *Diário* datado de 21 desse mês, frente à ilha de Lombok, no Mar de Java, a bordo do vapor holandês Lansberge. Partindo de Díli, a comitiva (já sem os dois irmãos mais novos de Tamagnini, vítimas de malária em Díli) faz escala em Banda, pequena ilha das Molucas, a Sul de Amboina. Aportam depois a Amboina, Menado (capital do Norte de Sulawesi), Macassar, Lombok, Bali e Surabaya. Daqui navegam directamente para Singapura, devido ao calor que se faz sentir em Batávia. A viagem de regresso até Lisboa está documentada no *Diário* e inclui ainda escalas em Colombo e Aden e a travessia do Canal do Suez (inaugurado em 1869), entre os dias 26 e 27 de Julho, a bordo do Anadys, vapor da Compagnie des Messageries. No Mediterrâneo, tocam Nápoles, Marselha e Barcelona. A partir daí, a etapa final da viagem até Lisboa faz-se por terra.

No âmbito desta investigação, interessa-nos fundamentalmente traçar o itinerário cultural patente na narrativa e na viagem de Tamagnini, bem como o envolvimento sócio-cultural dos detalhes empíricos da viagem e da vida quotidiana.

O ESTATUTO SÓCIO-CULTURAL DAS MULHERES

Na sociedade portuguesa do século XIX, a liberdade física e intelectual da mulher encontrava-se severamente limitada e os seus conhecimentos reduziam-se às artes de bem receber e às prendas domésticas: labores, desenho e pintura, um pouco de francês, piano e canto, ou seja, o necessário para animar os salões ou os saraus familiares.

A questão da instrução feminina tinha sido já reconhecida por alguns sectores mais avançados da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, como um factor de progresso social. Todavia, tinha apenas em conta a função tradicional da mulher enquanto educadora e responsável pela formação da primeira infância. Não se tratava, por conseguinte, de favorecer a emancipação feminina ou de assegurar à mulher os meios que lhe permitissem

escolher o seu futuro, mas tão-só habilitá-la para o cumprimento da missão de mãe de família⁸⁷⁷.

Sabemos que Isabel Tamagnini teve em casa bons mestres e aprendeu literatura e línguas (*Introdução*, XXXVI)⁸⁷⁸. Em Díli, tem lições privadas de Inglês com um médico formado em Bombaim. Em Surabaya, lê com agrado a vida de Shakespeare. De resto, as suas actividades motivam os constantes lamentos de “secco-me horrivelmente” e limitam-se a um ou outro trabalho de costura e culinária, passeios e conversas, idas à missa e à observância rigorosa do calendário religioso.

A subalternização estrutural da mulher reflecte-se naturalmente no panorama literário, onde é visível a auto e hetero-desvalorização da mulher enquanto autora ou “detentora de autoridade”. Uma das atitudes mais comuns, que reflecte simultaneamente a subalternização e o medo da diferença, é o medo do ridículo, que Isabel Tamagnini também exprime no seu *Diário*: “Estive em dúvida se havia de pôr isto aqui receando que por um acaso pudesse alguém ler estas linhas e dizer lá de si para si, olha como ella é tola! Mas como tenho quasi a certeza que isto não há-de acontecer e como só faço este jornal para mais tarde me divertir a lê-lo às minhas primas e íntimas amigas, a quem prometti contar tudo, tudo o que se passasse durante a minha viagem, resolvi-me a contar aqui este notabilíssimo acontecimento”.

⁸⁷⁷ Embora a constituição de 1822 prevesse a abertura de escolas para ambos os sexos, foram em número escasso as instituições escolares femininas então criadas. Na reforma do ensino promulgada por Rodrigo da Fonseca Magalhães em 1835, nem mesmo figurava o ensino feminino. Na reforma de 1836, da responsabilidade de Passos Manuel, apenas se previa a criação de escolas femininas nas capitais de distrito. Pela reforma de 1844, promulgada por Costa Cabral, autorizava-se o governo a abrir escolas mistas com vista à instrução do sexo feminino. Embora tenham sido disponibilizados meios financeiros para esse objectivo, o número de escolas femininas pouco aumentou. Só a partir de 1850 a instrução feminina progride um pouco, multiplicando-se o número de escolas primárias destinadas a este sexo. Investe-se, em simultâneo, no nível cultural das “mestras de meninas”, criando-se para o efeito a primeira Escola Normal feminina, inaugurada em 1862. Nestas circunstâncias, o panorama em 1870 era de “total desconsolo”, nas palavras de D. António da Costa, uma das personalidades que mais se bateu pela instrução feminina no nosso país. Comprova esta apreciação o valor da taxa de analfabetismo feminino que era de 89,3%, em 1878. A este propósito, consultar: VAQUINHAS, Irene, “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

⁸⁷⁸ TAMAGNINI, Isabel Pinto da França, *Diário de uma Viagem a Timor (1882-1883)*. Lisboa: CEPESA, 2002. Todas as referências serão provenientes desta edição e as respectivas páginas assinaladas no texto, entre parênteses.

Contudo, uma vez que este *Diário* não passará – nas palavras da própria Isabel Tamagnini – de uma “diversão” inconsequente, a partilhar com um restrito público feminino e familiar, ele encontra-se a salvo do ridículo inerente à mulher-autora e à sua selecção de narrativas. Ciente de não ultrapassar a esfera doméstica nas suas ambições, Tamagnini justifica e absolve deste modo o texto que obedece declaradamente às fronteiras traçadas para o género feminino.

A subalternização estrutural da mulher no campo literário encontra-se simbolizada no carácter “feminino” da tradução, tropismo historicamente persistente e relacionado com a distinção entre actividades produtivas e reprodutivas: “(...) the opposition between productive and reproductive work organizes the way a culture values work: this paradigm depicts originality or creativity in terms of paternity and authority, relegating the figure of the female to a variety of secondary roles”⁸⁷⁹.

No século XIX, encontramos um número considerável de traduções anónimas mas inequivocamente da autoria de mulheres. A autoria dúbia espelha os constrangimentos sociais, políticos e culturais da época, traçando as fronteiras dos estreitos territórios que as mulheres estavam autorizadas a ocupar ou para os quais eram remetidas. Tal como as traduções, também as mulheres foram ao longo dos tempos conotadas com fragilidade, traição e subalternidade. Este arquétipo da feminilidade da tradução reflecte-se na total ou parcial invisibilidade das tradutoras, que escrevem sob pseudónimo ou com nomes reduzidos cripticamente a iniciais ou nomes de baptismo, para não comprometer nem expor o nome da família. Entre 1801 e 1883, mais de vinte traduções foram publicadas em Portugal como sendo da autoria de “uma senhora”, “uma menina portuguesa” ou uma “senhora portuguesa”. O anonimato confina a tradutora ao seu género, desprovida de individualidade e autoridade, estratégia que silencia com eficácia as mulheres enquanto produtoras⁸⁸⁰.

⁸⁷⁹ CHAMBERLAIN, Lori, “Gender and the metaphors of translation”, in Lawrence Venuti (ed.), *Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1991, p. 57.

⁸⁸⁰ A este propósito, consultar: LOPES, Alexandra, “The goddesses of small translations – engendering transnational practices as decanonization”, in GIL, Isabel Capelo, TREWINNARD, Richard, e PIRES, Maria Laura (org.), *Landscapes of Memory / Paisagens da Memória*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004, pp. 319-27.

Ainda no campo literário, e com especial interesse para o contexto sócio-cultural português da segunda metade do século XIX, podemos analisar os conteúdos do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, que circulou em Portugal e no Brasil entre 1850 e 1932⁸⁸¹.

Os almanaques, de leitura ligeira, instrutiva, acessível e apelativa para um considerável público de leitores, proliferaram durante a década de oitenta. O *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* é um espelho fiel das preferências e talentos literários dos seus leitores e colaboradores. Uma vez que se tratava de um almanaque que agradava pelo entretenimento leve e pela informação variada, os seus editores tinham grande cuidado em evitar qualquer tipo de polémica religiosa ou política, através de uma prática declarada de censura a todos os textos que não respeitassem a neutralidade que era exigida como um dos critérios principais de publicação.

Para além de colaboradores como Eça de Queiroz, Bulhão Pato, Júlio César Machado ou Latino Coelho, entre outros, o leitor comum era instado a participar também, notando-se a preferência por textos etnográficos, lendas, contos exemplares e poesia e prosa ultra-românticas. Sintomaticamente, a lista de colaboradores do *Almanach* divide-se entre “Senhoras” (colectivo de género), em pequeno número, e “Autores” (indivíduos que detêm a “autoridade”).

Na realidade, escrever poesia ou pintar naturezas-mortas tornara-se numa prenda feminina, tal como o piano e os labores. Mas o “sarabiscar” feminino era ainda conotado com o mais triste amadorismo. Um texto do *Almanach* de 1912, sobre Ellen Key, abre com a frase: “Entre as muitas philosophas e letradas que hoje sarrabiscam ou tagarellam por esse mundo de Christo, Ellen Key é uma das figuras mais sympathicas e destacaveis; [...] jámais cahiu em

⁸⁸¹ *Almanach de Lembranças*, ed. Alexandre Magno de Castilho. Paris: Chaussé d’Antim, 1850; *Almanach de Lembranças*, ed. Alexandre Magno de Castilho. Lisboa: Lucas Evangelista, 1853 (2ª edição) a 1854; *Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alexandre Magno de Castilho et al. Lisboa: Typographia Universal, 1855 a 1861; *Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alexandre Magno de Castilho II e António Xavier Rodrigues Cordeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862 a 1871; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. António Xavier Rodrigues Cordeiro. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1872 a 1894; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. António Xavier Rodrigues Cordeiro (1895-1897); António Xavier de Sousa Cordeiro (1898-1904); Adriano Xavier Cordeiro (1905-1917); O. Xavier Cordeiro (1918-1931) e Armando de Lima Pereira (1932). Lisboa: Parceria António Maria Pereira, Livraria-Editora, 1895 a 1932; *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, ed. Alberto de Serpa. Porto: Imprensa Portuguesa, 1954.

defender os perniciosos disparates da maioria das feministas”. Assim, torna-se possível que textos como “A Mulher – Anjo do Lar” (1916) ou “A Mulher Modelo” (1914) circulem ainda numa publicação tão amplamente lida e respeitada como o *Almanach*. Em “A Mulher Modelo”, o autor cita a opinião de “um moralista de Berlim”: “A mulher modelo deve parecer-se com o caracol, que nunca abandona a sua casa; [...] Deve parecer-se com o echo, que não falla sem o interrogarem”. O *Almanach* cumpria a missão didáctica de ensinar às mulheres o seu papel e lugar na sociedade⁸⁸².

A visão pós-colonial (ou tardo-colonial) do *Almanach* também se cruza com a subalternização da mulher. Na estreita relação cultural entre Portugal e o Brasil que se desenha nas páginas do *Almanach*, destaca-se a atitude profundamente paternalista do primeiro para com um país independente desde 1822. O Brasil surge como uma dependência histórica, cultural e linguística de Portugal, especialmente na forma como os artistas, pensadores, políticos e escritores brasileiros são apresentados. Qualquer referência à sua qualidade conduz invariavelmente ao louvor da nação portuguesa, sublinhando-se que o seu valor advem da dependência, gratidão e admiração que nutrem pela língua e cultura de Portugal. É curioso notar que o Brasil é sempre tratado como entidade feminina (“Nação-Irmã”), fragilmente dependente do Portugal masculino e dominante, que lhe conferiu o nome e o estatuto. Algo muito semelhante ocorria à época no Reino Unido, onde a ainda cruelmente dominada Irlanda era popularmente personificada na frágil e feminina Hibernia.

⁸⁸² Dentro do contexto histórico do *Almanach*, e com o intuito de melhorar a condição feminina, existia a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1909 e liderada por Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. Em 1910 contava com 500 membros, mas foi extinta em 1919. Não eram contudo feministas como as sufragistas inglesas e até reprovavam o feminismo que pretendia igualar homens e mulheres. Na realidade, estas mulheres republicanas apenas pretendiam definir uma função para a mulher dentro da estrutura nacional existente, uma função colectiva que nunca ultrapassaria o papel tradicional de mãe e educadora. Em troca, exigiam que as mães do presentes e do futuro fossem tratadas com dignidade e convenientemente preparadas para servir o país da única forma que lhes era permitida. Assim, aceitaram sem grande contestação que lhes fosse negado o direito de voto, em 1913. A mulher portuguesa teve de atravessar um processo de emancipação extremamente lento, pouco ciente dos seus direitos e capacidades, numa sociedade patriarcal que funcionou como base do regime de Salazar. Na Constituição de 1933, o direito de voto nas eleições nacionais só foi atribuído a mulheres com o ensino secundário ou superior. Foi apenas com a Revolução de 1974 e a sequente Constituição de 1976 que o direito de voto se estendeu a todos os cidadãos portugueses, em igualdade.

A generalidade dos textos pseudo-antropológicos do *Almanach* sobre a Ásia e a África mostra-se plena de juízos de valor, em que o “outro” é descrito como “selvagem”, curiosamente ridículo e inferior, cultivando tradições que são meras provas da sua imoralidade, e em que o Europeu desempenha invariavelmente o papel de salvador imaculado. Atente-se no texto “Parlamento Selvagem”, acompanhado de gravura, no *Almanach* de 1916: “A nossa gravura representa o Sóba de Ganda, seu filho, e dois dos seus ministros. Estão realizando um conselho de estado, em presença da indispensável panela de feitiços, cujas indicações serão mais respeitadas do que todos melhores conselhos do mais sensato dos ministros. Em seguida ao conselho realiza-se sempre o tradicional batuque, acompanhado de fartas comedorias e ainda mais fartas libações de aguardente”. Ou, no *Almanach* de 1917: “Representa a nossa gravura um elegante casal de indígenas do Chinde. Vestidos à europeia, fazem um vistão! Pena é que as caras, simpáticas realmente, sejam da côr do ébano”. Textos como este e tantos outros exprimem a mentalidade de uma sociedade que origina conceitos como “proeminência dada em todo o mundo á raça branca” ou “os negros, invejosos de se elevarem social e physicamete aos seus patrões”, em “Como Tornar Brancos os Pretos”, crónica do *Almanach* de 1917⁸⁸³.

IDENTIDADE AUTO E HÉTERO REPRESENTAÇÕES

Assim contextualizada, a narrativa de Isabel Tamagnini resulta de um sentido pessoal da identidade que inclui sentimentos conscientes e inconscientes, motivações racionais e irracionais, crenças e valores, e todos os factores que constituem o contexto social de experiência desses sentimentos e motivações, como a idade, a nacionalidade ou o género.

Quase todas as identidades localizam-se em relações de poder, na oposição binária ‘nós’ *versus* ‘eles’, ‘norma’ *versus* ‘desvio’, ‘nosso’ *versus* ‘outro’. Identidade e diferença implicam sempre inclusão e exclusão, radicando na criação de estereótipos, uma estratégia eficaz de manutenção da ordem social e simbólica. E quanto mais flagrantes são as desigualdades de poder (como no

⁸⁸³ A este propósito, consultar: SARMENTO, Clara et. al., “*Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro: Mirror of a Culture*”, Revista *Portuguese Studies*, volume 15. King’s College of London, 1999, pp. 119-29.

caso do colonialismo ou da sociedade patriarcal) maior é o rigor das categorias identitárias e a incidência dos estereótipos.

As categorias identitárias classificam e categorizam: ser-se identificado como “oriental” é ser-se identificado como “não-europeu”, “não-cristão”, com tudo o que isso implica no século XIX. Para Tamagnini, a matriz, o paradigma de inclusão/exclusão é a aristocracia lisboeta, com suas práticas e valores. E, mais uma vez, a construção linguística – a narrativa – funciona como marcador simbólico da “diferença”, do “exotismo”, do “orientalismo”, para utilizar a categoria de Edward Said.

Mas se “identity is about belonging, about what you have in common with some people and what differentiates you from others. At its most basic it gives you a sense of personal location, the stable core to your individuality”⁸⁸⁴, tal é muito mais visível e premente quando se está tão distante, isolado e vulnerável, como Tamagnini e a sua família. No Oriente de Tamagnini não há pertença, não há localização, não há estabilidade, fora do grupo familiar e religioso.

Numa conjuntura assim, a narrativa pessoal tenta conferir sentido e coerência às experiências aleatórias e caóticas que fazem parte da vida real. Tamagnini tenta ordenar experiências, enquadrando-as numa estrutura narrativa. Contar ou escrever uma história de vida envolve interpretação. Seleccionar de entre o conjunto de experiências vividas os eventos e as personagens a enfatizar é já por si um acto de interpretação. As narrativas pessoais nunca são simples reflexos da realidade vivida, são antes mediadas pela necessidade de representar o indivíduo como possuindo um certo sentido de identidade e controlo. Note-se no texto a narrativa *à-posteriori* da morte dos dois irmãos de Tamagnini (Maria Anna e Henrique), num discurso muito contido e pleno de resignação cristã; por contraste com a prolixidade emotiva na narrativa quase “em directo” da morte de Jacinta, a velha governanta da família, a bordo do navio no regresso.

Por isso, as narrativas autobiográficas são construídas tendo em conta a forma como achamos que devem ser contadas, com momentos de drama, de comédia, de informação, transmitindo um significado coerente. Ao mesmo tempo, envolvem vidas, personagens e eventos reais, por muito mediados que

⁸⁸⁴ WEEKS, Jeffrey, “The value of Difference”, in Jonathan Rutherford (ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990, p. 88.

estes sejam pela visão do autor. E cada território fornece diferentes meios de mediar ideologicamente essas mesmas vidas, personagens e eventos. Mas... e quando o território é totalmente desconhecido? Quando é ainda um espaço sem fronteiras culturais? Quando não existem mediadores ideológicos prévios? Aí, tudo tem de ser reorganizado, RE-presentado. Como na escrita de Isabel Tamagnini, onde o espaço físico, a identidade e o discurso se interseccionam e influenciam mutuamente:

(...) everyday life is not everywhere the same, despite those modernizing effects of uniformity that Lefebvre was obsessed by. Think about walking in the city: doesn't it make a difference if one walks in Paris, down-town Detroit, Melbourne, Mexico City, or Hong Kong just for starters? And, in each of these places, does a woman have the same experience as a man, a gay as a straight, a young person as an old one? The everyday, too, is produced and experienced at the intersection of many fields by embodied individuals⁸⁸⁵.

A vida quotidiana não é sempre nem universalmente igual, pois resulta da interacção de diversos factores. Experimentamos e compreendemos de diversas maneiras os diferentes espaços e territórios que frequentamos ou que vimos representados em imagens e narrativas. Diferentes espaços produzem diferentes relações sociais. Mas um espaço também pode ser produzido em resultado das diferentes relações sociais que nele se desenrolam, como no caso da sala de estar do navio Anadyr, transformado por uma *soirée* em salão de baile, ao largo de Marselha, com música, “marcas”, danças e todos os rituais sociais inerentes.

Ao *Diário de uma Viagem a Timor* e às tragédias vividas pela família no seu exílio ajustar-se-á esta passagem de Michel de Certeau:

writing, a possibility of composing a space in conformity with one's will (...). From this articulation the book became the laboratory experiment, in the field of an economic, demographic or pedagogical space. (...) To write (this book), then, is to be forced to march through enemy territory, in the very area where loss prevails, beyond the protected domain that had been delimited by the act of localizing death elsewhere. It is to produce sentences

⁸⁸⁵ DURING, Simon, *The Cultural Studies Reader*. Londres: Routledge, 1993, p. 25.

with the lexicon of the mortal, in proximity to and even within the space of death⁸⁸⁶.

Para Certeau, o espaço é activado pelas práticas retóricas daqueles que o frequentam. As opções semióticas/enunciativas do viajante privilegiam, transformam e omitem elementos espaciais, de modo a fazê-los significar algo ou, pelo contrário, coisa nenhuma. Tamagnini omite tantas das suas observações e vivências em Díli (“the space of death”) e noutros pontos da viagem, para – pelo contrário – dedicar longas páginas a uma *soirée de cotillon*, a uma *toilette*, a um passeio de carruagem, a um jantar num hotel, a uma intriga de salão. O espaço que não se compreende, o espaço “outro”, “selvagem”, assustador (“enemy territory”; “the very area where loss prevails”) é simplesmente reduzido àquilo que ele significa para a narradora: nada. O maior investimento retórico faz-se nos territórios urbanos ou nos territórios que encenam uma suposta urbanidade “civilizada”, cujos códigos complexos tanto significam para Tamagnini, que os domina e pratica com total à-vontade e grande sentido crítico. Uma atitude que contrasta por completo com a representação narrativa do espaço colonial, deliberadamente silenciado.

REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO COLONIAL

Como é, então, representado o espaço colonial na narrativa de Tamagnini? De que forma a identidade da mulher “civilizada” e subalternizada se intersecciona com o espaço colonial “selvagem”, mas também ele subalternizado?

A representação do Oriente de Isabel Tamagnini nunca é neutral, tal como – posteriormente – não o serão as obras de impressões do Oriente de Wenceslau de Moraes⁸⁸⁷ e de Jaime Correia do Inso⁸⁸⁸. No entanto, saliento

⁸⁸⁶ CERTEAU, Michel de, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall. Berkeley: University of California Press, 1988 [1984], pp. 196-8.

⁸⁸⁷ Wenceslau de Moraes (1854-1929) apenas em 1888 chega a Macau, onde começa a escrever os *Traços do Extremo Oriente*. No ano seguinte, 1889, inicia as suas viagens à China, à Tailândia e a Timor, visitando ainda várias vezes o Japão, que o fascina.

⁸⁸⁸ Na tradição dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, Jaime do Inso (1880-1967) assume o perfil do viajante que mergulha deslumbrado na estranheza inesperada do Oriente. Oficial da Marinha, corre mundo por razões de ofício, tendo estado em Timor e depois em Macau, entre 1926 e 1929. Apesar da curta estadia, de todos os lugares por onde passou foi Macau

aqui o carácter pioneiro da narrativa desta mulher, anterior à dos consagrados, homens e “autores” (detentores de “autoridade”) Wenceslau de Moraes e Jaime do Inso⁸⁸⁹.

A narrativa de viagem cria os seus retratos de outras culturas expressamente para consumo doméstico. Há sempre uma dimensão ideológica, pois o viajante encara essas culturas “outras” a partir de um ponto de vista externo, do estrangeiro, que escreve para um público interno, doméstico. Na esteira de Edward Said, Madan Sarup sintetiza esta contradição inerente à narrativa de viagem: “On the one hand, it is interesting to leave one’s homeland in order to enter the culture of others but, on the other hand, this move is undertaken only to return to oneself and one’s home, to judge or to laugh at one’s peculiarities and limitations”⁸⁹⁰.

Obrigada a ser viajante, Tamagnini está armada e cativa de modelos sócio-culturais apriorísticos, contestatários da sua própria independência intelectual porque são agentes modelantes do seu pensamento. Na sua escrita destaca-se a reprodução imediata de sensações visuais, a instantaneidade do impressionismo e uma certa ingenuidade bem-humorada. E como representar e comunicar ao leitor doméstico e feminino (as “primas e íntimas amigas”) práticas culturais tão distantes e desconhecidas?

Para interpretar o mundo, necessitamos de uma rede de significados que nos possibilite conceptualizar e representar pessoas, objectos, sentimentos e acontecimentos, de modo a que estes façam sentido. Quando encontramos um conceito desconhecido na nossa cultura, para o comunicarmos teremos de o

que maior fascínio exerceu sobre Jaime do Inso, a par da China, constituindo o tema principal quer da obra literária quer das obras de divulgação.

⁸⁸⁹ Contudo, na segunda metade do século XIX, eram já publicadas em língua inglesa inúmeras narrativas – biografias, autobiografias, notas de viagem, memórias – por/sobre mulheres ocidentais (viajantes, missionárias e familiares de funcionários coloniais) nas colónias britânicas do Sul da Ásia. Entre estas narrativas, destaca-se um exemplo curioso, dado que o grande inimigo de Isabel Tamagnini na sua viagem é o tédio: Alice M. Turkhud, em “A visit to a Zenana” (harem hindu), artigo publicado na *Indian Magazine*, em 1886, alerta para a inútil monotonia da vida da típica mulher inglesa na Índia e apela a que “every Englishwoman out there” desenvolva um qualquer tipo de trabalho social “and thus, while saving herself from herself, do the noble work of elevating her native sisters” (SAKALA, Carol, *Women of South Asia: A Guide to Resources*. Millwood, Nova Iorque: Kraus International Publications, 1980, p. 151).

⁸⁹⁰ SARUP, Madan, “Home and Identity”, in ROBERTSON, George, MASH, Melinda, TICKNER, Lisa, BIRD, Jon, CURTIS, Barry e PUTNAM, Tim (eds.), *Traveller’s Tales: Narratives of Home and Displacement*. Londres: Routledge, 1994, pp. 93-105.

relacionar com algo semelhante que já exista na nossa cultura, para o poder-mos classificar como “parecido com/diferente de”. É o caso da narrativa do casamento chinês em Singapura, em Abril de 1882. Uma vez que Tamagnin não possui um termo de comparação absoluto na sua cultura, recorre à descrição minuciosa da cerimónia, comparando eventualmente alguns objectos e rituais com os seus homólogos europeus, em termos de semelhança/diferença:

deram-me umas poucas de flores, dizendo que eram as flores das noivas, que as guardássemos. Eu logo que as vi pelas costas, deitei-as fora pois não podia supportar o cheiro. Vi dois vestidos, um de cetim encarnado bordado a matiz e outro também de cetim, mas amarello, também bordado, um par de chinellos bordados a oiro, e uma quantidade imensa de lenços de todas as cores bordados a matiz e oiro. Também me mostraram uma espécie de ‘fichu’ mas muito esquisito, todo feito de pedacinhos de seda encarnada e verde com um bordado differente em cada um; uma rosa, uma chineza, uma árvore, etc. Immensas jóias, riquíssimas, brilhantes enormes, lindos, lindos. O que mais gostei foi d’um diadema todo de brilhantes, mas brilhantes bons. Também levam na cabeça uma coroa de flores mas não de laranjeira, differentes.

O mesmo sucede na descrição da cerimónia de juramento ao rei D. Luis, a 2 de Julho de 1882, em Díli:

os homens, pequenos quási todos, de tanga e com uns pannos encarnados, postos pelos ombros e traçados no peito. Usam os cabelos muito crescidos e como estes são muito crespos, faz-lhes uma cafurina enorme. Alguns traziam também uma espécie de turbante encarnado na cabeça e outros mui-tíssimas penas muito compridas espetadas nos cabellos. Muitas pulseiras nas pernas e braços. Todos traziam nas mãos umas espadas pequenas ou faccas de matto, excepto dois, que traziam numa mão uma espécie de tampa de panela e na outra uma baqueta de pau; eram os músicos. Logo que chegaram, começaram a saltar e a dar gritos selvagens, depois formaram-se a dois e dois. Os músicos principiaram a batter desalmadamente nas taes tampas de panella, como eu lhes chamo, mas elles dão-lhes o nome de Samegon. Começou então uma dança que se chama Tabédai e que era, como se esperava, uma dança selvagem.

Mas as práticas desviantes dos próprios ocidentais ao paradigma europeu – ditadas pela vivência no espaço colonial – também são alvo de espanto e de

nota, como no caso do “andar sem chapéu” em Batávia ou dormir apenas com um lençol; ou na “pouca religião” dos holandeses, constatação baseada no facto de não haver avistado igrejas em Macassar.

O território de Tamagnini é, por excelência, a cidade, o hotel, o passeio elegante, o salão e suas práticas ritualizadas, apesar de por vezes tão descon-textualizadas. Como se percebe na detalhada descrição da *soirée* e do *cotillon* a bordo, nas inúmeras conversas e visitas, nos passeios de carruagem, nas ofertas de flores e lembranças, nos brindes e “protestos de amizade”, tantas vezes merecedores de curiosos comentários paralelos sobre a “imensa secca” e “grande massada”.

No vasto e desconhecido espaço do Oriente, Tamagnini e a sua comitiva tentam – muitas vezes em vão – reconstruir os seus territórios europeus e “civilizados”, consoante as circunstâncias financeiras, sociais e geográficas. Na longínqua Díli, a Igreja e as suas festividades são o derradeiro bastião civilizacional fora da esfera familiar: “Hontem foi o dia de Corpo de Deus, houve aqui grande festa, realmente uma festa bonita, muito decente. Em Lisbôa ninguém imaginaria que aqui houvesse uma festa tão boa (...) correu tudo admiravelmente. Houve um sermão muito bem pregado pelo padre Alves, homem muito inteligente e instruído, fallou muito bem. (...) Gostei immenso”.

A predilecção por um determinado espaço – ou seja, a identificação com esse espaço – mede-se pela sua proximidade à matriz Europeia, como nos casos de Amboina, nas Molucas (“Amboina é uma cidade bonitinha e está bastante adiantada: há bastante gente europeia. Há muitas casas de pedra e cal”); Menado, no norte de Sulawesi (“está tudo muito limpinho. Tem casinhas muito bonitinhas [...] todas com seus jardins muito tratadinhos”); e, claro, Singapura (“Cada dia gosto mais de Singapura, é alegríssima e já me cheira um pouco a Europa. Durante todo o dia e noite há pelas ruas grande movimento”).

REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES

No âmbito deste estudo, a análise do itinerário cultural de Tamagnini culminará naturalmente na representação que constrói da mulher asiática, subalterna entre os subalternos, e também na representação da europeia não-portuguesa, também ela “outra”, diferente do paradigma, se bem que em menor escala.

Derrida demonstrou como a construção de uma identidade é sempre baseada na exclusão e na violenta hierarquização dos pares dicotómicos resultantes, como nos binómios “homem/mulher” ou “branco/negro”: “What is peculiar to the second term is thus reduced to the function of an accident as opposed to the essentiality of the first. It is the same with the black-white relationship, in which white, of course, is equivalent to ‘human being’. ‘Woman’ and ‘black’ are thus ‘marks’ (i.e. marked terms) in contrast to the unmarked terms of ‘man’ and ‘white’”⁸⁹¹.

Isabel Tamagnini descreve e cataloga de forma semelhante os tipos femininos com que se depara, num claro processo de hierarquização, reflexo da atitude colonial e imagem da própria subalternização da mulher ocidental na sua sociedade de origem. Categoriza, inclui, exclui e cria estereótipos, de modo a poder ordenar a realidade sócio-cultural desconhecida, com que foi obrigada a conviver. Mas ao categorizar e descrever – sempre com recurso à comparação com o paradigma da aristocracia lisboeta, que dita a inclusão/exclusão na norma – Tamagnini não procura conhecer nem compreender novas vivências. Apenas descreve, comenta e, principalmente, parodia. O “Oriente” é para ela uma curiosidade exótica, um divertimento, misto de Condessa de Ségur e Júlio Verne (*Introdução*, XXXVIII). Os dramas e as vivências narrados são apenas os de índole familiar ou aqueles relacionados com os viajantes ocidentais e agentes coloniais com que se cruza na viagem.

A mulher europeia é amável e prendada nas visitas e *soirées*, e também bem situada socialmente por filiação ou casamento. As filhas de Mr. A. R. Neubronner, “pessoa amabilíssima”, numa *soirée* na sua casa em Singapura, são descritas do seguinte modo: “A mais velha tem 19 anos, chama-se Luzia, e a segunda 18, chama-se Amélia. São muito *sympathicas* e muito bem educadas. Passámos a noite muito agradávelmente, dançou-se bastante; não nos deixaram sahir senão depois das 3 horas da manhã”. A família e a filha de Mr. Morhir, num serão em Amboina, nas Molucas, “[s]ão amabilíssimos. O dono da casa tocou muito bem. Cantou bem um *official hollandez* e a filha do dono da casa”. Em Macassar, visitam e passam a *soirée* com a filha do agente de vapores de Díli, que “casou com um Alemão residente em Macassar e que tem de seu”. Apenas “a hespanhola” que encontra a bordo do *Anadyr* se revela uma personagem trágico-cómica, pelo total desconhecimento dos códigos

⁸⁹¹ LACLAU, Ernesto, *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso, 1990, p. 33.

sociais que revela: “Vem aqui a bordo uma hespanhola bastante pobre e viúva, mas ainda bastante nova. Não sei se por desgosto ou lá pelo que é, o que é certo é que a creatura não tem a cabeça muito no seu lugar. Querem saber o que ella fez na noite da malograda soirée? Apareceu vestida de húngara! Espanto geral e grande risota”.

A mulher asiática é caracterizada de modo progressivamente disfórico, à medida que se vai afastando do paradigma europeu. A malaquiana e os malaquianos em geral de Singapura merecem apenas um apontamento sobre o facto de se dizerem “todos portugueses”. Nas mulheres de Singapura elogia-se o asseio e a indumentária garrida: “As mulheres todas muito asseadas com os seus costumes de vivas cores; vi muitas de verde, rosa, branco, azul, etc.; na cabeça uzam um véu preto ou branco pregado com pregos amarellos. O vestuário é simples; umas calças muito longas e por cima uma espécie de roupas que lhes desce até abaixo do Joelho (tudo da mesma cor)”.

Mas é ao chegar a Timor que a perspectiva etnocêntrica de Isabel Tamagnini se revela em toda a sua força, ao descrever com minúcia os mais pequenos detalhes de indumentária e de comportamento social dos nativos, merecedores de longos parágrafos de sátira e comparações animalizantes. A visita de uma família católica timorense e os fiéis presentes na igreja, no dia de Corpo de Deus de 1882, motivam representações paródicas com especial atenção – e crítica – à mulher timorense:

tivemos umas visitas interessantes: o Juiz, Sua Mulher e Irmã, trez macacos. Vinham esplêndidos! A Madame trazia um vestido de seda preto feito em Macau, naturalmente, vestido de casamento cheio de arrebiques, muito comprido, de sorte que a pobre timora não se sabia mexer. Estava vendida, coitada. Luvas brancas (de meia, como usam as nossas criadas), muitíssimas carnes e um chapéu – mas que chapéu!, uma barretina de veludo preta com enfeites também de veludo, mas azul celeste, e muitas flores brancas. Mademoiselle, vestida de cor de rosa, que amor! O vestido era de cassa com galões de fita de lã rouxa. Carregada de ouro, na cabeça um lindo chapéu de palha branco enfeitado com fitas azuis e feixes de flores brancas, feito d’um prato chato. Estúpidos como uma porta, pelo menos na aparência e digo assim, pois só lhes ouvi “sim”, “não”. Realmente tivemos uma conversa muito interessante... Estes timores são impossíveis.

estavam muitos timores de chapelinhos e vestidos à europeia, mas que typos! Não se imagina! É para a gente morrer a rir; custou-me muito ficar

séria, mas lá consegui. Vou fazer a descrição duma toilette: começa pelos pés, umas botas enormes amarelas, de que espécie não posso dizer; uma saia branca muito tesa, fazendo um grande ballão, por cima um vestido de cassa côr de rosa já muito desbotado, de grande cauda, enfeitado com uma fita de lã verde bastante forte; o corpete da mesma cor e qualidade da saia, justo ao corpo, deixando assim ver a elegância da dona... O chapéu era o melhor de tudo, de folhas amarelladas, feitiço muito difícil dizer como era, uma espécie de frigideira, que tinha à roda uma fita larga de côr duvidosa, que atraz fazia um laço com pontas pendentes bem compridas; na frente tinha um rabo de gallo muito espetado e, a um lado, uma flor decerto muito rara, que pelo menos não era do meu conhecimento. Ora aqui está uma das elegantes de Timor. As outras também se vestem pelo mesmo figurino. São taes quaes uns homens que no entrudo se vestem de mulher, pasma-se para aquelles “presépios”, são impagáveis.

De relevar que a sátira visa apenas o que existe de “à europeia” e de exterior nas personagens visadas, as “elegantes de Timor” e demais “typos”. Os hábitos culturais da mulher de Timor são simplesmente ignorados, pois nem mesmo são dignos de observação ou de comentário. Algo semelhante sucede com tudo aquilo que transcende a mera aparência, uma vez que não houve nunca um convívio directo, afectivo e continuado com os habitantes locais nem com qualquer elemento exterior ao círculo dos funcionários coloniais europeus. Por isso, não será de estranhar a rápida e definitiva caracterização dos habitantes de Larantuka, nas Flores: “os indígenas [são quási todos] selvagens muito maus [...] “O seu maior gosto é de cortar cabeças aos brancos”.

Como se constata, não ocorrem tentativas de aproximação ou de conhecimento fora do grupo europeu, nem durante a viagem nem na estadia de um ano em Díli. O isolamento é declarado: “Temos outras visitas, mas só de cumprimentos, tudo ao largo”. Há, contudo, uma excepção surpreendente, a bordo do Anadyr, no Mar Vermelho. Trata-se de uma passageira chinesa, com quem Isabel Tamagnini se vê forçada a conviver, sem contudo a poupar ao já previsível apontamento crítico: “Senhoras inglezas, mais uns suíços, americanos, chinas com filhos. Uma d’ellas é minha amiga, ferra-me cada massada!”.

Mas Tamagnini também reconhece cruel “selvajaria” aos Europeus, tal como aponta com veemência ao afirmar repetidamente o “nojo” que lhe causam as intrigas (e seus autores) de que o seu tio e padrasto, o Governador Bento da França, é alvo; ou quando descreve os degredados de origem euro-

peia em Timor e as insolências dos soldados levados a tribunal de guerra, nessa distante colónia.

Existem momentos de grande irreverência, em que a sátira se estende à própria administração colonial e seus agentes, até aos seus eventuais companheiros de viagem. A sátira ao homem europeu é feroz quando o comportamento no salão escapa às rígidas regras da etiqueta, ou quando nota falhas nos imperativos sociais do trajar, dançar, visitar e conversar. Para Isabel Tamagnini, os dois alferes portugueses presentes num jantar em Díli são “gebos”, “muitíssimo estúpidos”, “sensaborão”, “pobre palerma”; “Os holandezes que aqui vão [a bordo do Bromo, no Mar da China] são todos uns gebos muito grandes e pouco amáveis”, para além da já esperada paródia ao “índio, bom rapaz, coitado”, totalmente deslocado no baile improvisado a bordo, ao largo de Marselha. Mas nem mesmo o *dandy* pretendente da sua irmã Maria José escapa à sátira impiedosa e a malévolas mas hilariantes insinuações: “aqui baixinho, diga-se que parece um bacalhau seco”; “Dizem por ahí as más línguas uma coisa que eu cá sei, mas como sou muito incrédula em tais ditos acreditei. Aposto queriam saber o que é, mas eu não digo”. Contudo, também aprecia o valor dos homens que sabem dominar os rituais da sociedade: “Dançei com quási todos, o meu primeiro par foi o official russo. Fala muito bem francez e pareceu-me bem educado, valsou muito bem a dois tempos”; “Temos vários companheiros, sendo alguns bastante brutos typos, outros muito elegantes, amáveis, doces”; “dois hespanhoes que são muito nossos companheiros, rimos muito com elles, parecem boas pessoas e são bem educados”.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o *Diário de uma Viagem a Timor* (1882-1883) de Isabel Pinto da França Tamagnini funciona como texto paradigmático das categorizações e hierarquizações do poder colonial português, originalmente exercido por uma aristocracia de salão sobre um colectivo desconhecido, de exacerbada “selvajaria”.

Ao mesmo tempo, estamos perante uma representação colonial no feminino, bem distinta das habituais representações coloniais masculinas, homófobas e misóginas. A perspicácia de Tamagnini na apreensão do detalhe familiar, religioso, comportamental, ético e estético encontra-se totalmente alheada das duras realidades políticas e económicas da administração da colónia. No entanto, não esqueçamos que este *Diário* e a sua autora se inserem no contexto sócio-cultural feminino da segunda metade do século XIX português, em geral, e das primeiras famílias de funcionários coloniais destacados para a

longínqua Díli, em particular. Textos como este (e outros diários, relatórios, memórias, cartas e testemunhos orais) constituem, por isso, um vasto e riquíssimo território ainda quase desconhecido, que merece ser explorado de forma sistemática em futuros estudos sobre as representações coloniais femininas do Oriente.

CONCLUSÕES

Enquanto projecto histórico e etnográfico clássico, a viagem mudou significativamente na sua natureza, padrões e representações, devido às preocupações epistemológicas com a inadequação dos métodos originalmente desenvolvidos para o estudo de sociedades conservadoras, de pequena escala, que, por influência do mundo globalizado, se tornaram dinâmicas, híbridas, transnacionais. Uma dessas preocupações mais prementes relaciona-se com a mudança dramática ocorrida na complexidade dos movimentos dos indivíduos, cujos percursos transnacionais originaram representações cada vez mais heterogêneas dos viajantes⁸⁹². Segundo Arjun Appaduri: “The landscapes of group identity – the ethnoscape – around the world are no longer tightly territorialized, spatially bounded, historically self-conscious, or culturally homogenous. The task of ethnography now becomes the unravelling of a conundrum: what is the nature of locality, as a lived experience, in a globalized, deterritorialized world?”⁸⁹³. Sendo a viagem um campo contínuo, o seu estudo não se limita a localidades específicas: ele inclui áreas de fronteiras ténues ou marginalizadas, como a materialidade dos navios e demais meios de transporte, ou a efemeridade dos espaços de pausa, quando em trânsito.

O discurso da permanência é normalmente separado do discurso da viagem. Contudo, na análise dos três casos que compõem este trabalho, ambos os processos foram integrados numa descrição densa e crítica das experiências de Maria Bárbara, Inácia Carolina e Isabel Tamagnini, e das suas representações dinâmicas. Nestas páginas explorámos as diferentes formas como as mulheres constroem e reconstróem as suas identidades através do processo de mobili-

⁸⁹² GUPTA, Akhil, “Discipline and Practice: ‘The Field’ as Site, Method, and Location in Anthropology”, in *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*, edited by GUPTA, Akhil, and Ferguson, James. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 3.

⁸⁹³ APPADURAI, Arjun, “Global Ethnoscaapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology”, in *Recapturing Anthropology: Working in the Present*, edited by Richard G. Fox. Santa Fe: School of American Research Press, 1991, pp. 191-210.

dade e da sua rede mutável de relações. A actual investigação sobre as mulheres em viagem pelos espaços coloniais transitou da identificação da localização numa continuidade para a análise dos modos como a subjectividade é reproduzida através do tempo e do espaço, para assim captar a fluidez, a ambivalência e a complexidade dos sujeitos⁸⁹⁴. Através da dualidade continuidade/movimento, pode localizar-se o sujeito em relação às determinações estruturais que o norteiam, questionando as inter-relações de género, etnia, nacionalidade e classe, entre outros factores, na construção da identidade. A dualidade continuidade/movimento permite problematizar a complexa formação do sujeito em relação a, por um lado, regras sociais, sanções e interditos e, por outro, a sentimentos, pensamentos e acções individuais. Reconhecendo tal complexidade, conceptualizámos a mulher viajante do século XIX como um agente em constante negociação de posições na estrutura social, para atingir diferentes objectivos individuais. A deslocação física no espaço fornece ao viajante uma oportunidade para se redefinir em novas e mais vastas posições enquanto sujeito. A viagem estimula o reconhecimento auto-consciente da posição e do potencial do indivíduo, pois o sujeito que embarca numa prática de deslocação tem de negociar constantemente entre um “aqui”, um “ali” e um “algures”⁸⁹⁵.

Através das suas viagens e narrativas, Bárbara Garcez, Isabel Tamagnini e Inácia Carolina criaram espaços subjectivos que permitem ao leitor contemporâneo reequacionar a posição destas mulheres do século XIX numa vasta escala de relações sócio-culturais. Mas as rotas das suas viagens são também úteis para o mapeamento de muitos dos processos políticos, económicos, sociais e culturais ainda actantes na contemporaneidade. A análise dos casos em estudo permitiu inferir quais as características distintivas das viagens destas mulheres; de que modo essas viagens não só reflectiram e reproduziram os espaços de género, mas também lhes resistiram e criaram alternativas; de que forma o espaço da viagem permitiu às protagonistas alterar as suas posições, identidades e representações enquanto sujeitos. Viajar permite a emergência de tempos e de espaços transitórios, permite o transcender das fronteiras e a

⁸⁹⁴ Consultar: PILE, Steve; THRIFT, Nigel (eds.), *Mapping the subject: Geographies of cultural Transformation*. Londres: Routledge, 1995.

⁸⁹⁵ Consultar: TRINH, Minh-há, “Other than myself/my other self”, in *Travellers’ Tales: Narratives of home and displacement*, edited by George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis, and Tim Putnam. Londres: Routledge, 1994, p. 9.

reelaboração da identidade entre territórios. Bárbara, Isabel e Inácia transformaram o espaço físico e social das suas viagens em espaços de mais amplas possibilidades de comportamento, se bem que sempre através de opções de acção socialmente seguras e aceitáveis. Estas mulheres utilizaram o espaço limitado da viagem para realizar uma feminilidade idealizada, de forma a mobilizar identidades renovadas mas invariavelmente enquadradas nas rígidas estruturas vigentes, e assim exercerem uma certa autonomia pessoal.

A ênfase deste estudo incidiu sobre a relação entre as protagonistas e os espaços das suas viagens, a reordenação das suas identidades e a fluidez das suas relações com os demais ao longo dos diferentes percursos. Mas, uma vez que a viagem está historicamente enraizada numa tradição masculina de afastamento do espaço doméstico, a viagem feminina associa-se por norma à transgressão das fronteiras dos espaços de género, num constante ludibriar das relações de poder instituídas.

As relações de poder dominam a construção das diferenças de género, etnia, nacionalidade e classe, que estão inerentes à experiência e ao discurso destas mulheres. Por essa razão, a análise crítica da mobilidade feminina possui um elevado potencial teórico para o reconhecimento dos espaços como algo passível de interpretação diferenciada conforme os géneros, ciente de que as decisões sobre a mobilidade também sofrem condicionantes associadas ao género e respectivos poderes. Para pertencer ou ser incluído num determinado espaço com fronteiras normativas de comportamento claramente demarcadas – um “território social” –, o indivíduo é obrigado a permanecer dentro dos limites tolerados, mesmo estando em viagem. Este fenómeno condiciona a identidade e a auto-representação da mulher em trânsito, principalmente no quadro colonial português do século XIX. Compreender os processos através dos quais as mulheres assumem novas posições enquanto sujeitos, na sequência de um movimento espacial, é um dos objectivos deste trabalho. As viagens de mulheres como Bárbara, Isabel e Inácia, a sua subjectividade relacional e as suas identidades em mudança no contexto de espaços e tempos em transição têm permanecido largamente ignoradas, por isso esperamos ter aqui contribuído de algum modo para a sua compreensão.

Por esta razão, os estudos históricos, culturais, literários e de género, entre outras áreas de saber, têm vindo a ampliar o conhecimento sobre os lugares e as mobilidades, ao questionarem a interpretação do espaço e as ideologias sobre o “mesmo” e o “outro”, o “próximo” e o “distante” (leia-se “exótico”).

Estes estudos recorrem com frequência a métodos e a fontes como as práticas de criação de diários, cartas, livros, documentários e outras expressões culturais de produção de conhecimento sobre a mobilidade. Muito do trabalho sobre a viagem nos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX tem sido estabelecido através da análise de materiais textuais, com recurso a uma análise do discurso que tendencialmente separa o público do privado e o colonial do imperial, excluindo de certa forma as contingências criadas pela interacção, o hibridismo e a fronteira. A análise dos materiais textuais de mulheres viajantes da expansão colonial potencia uma atenção especial à forma dinâmica e complexa como o espaço e o sujeito são representados, bem como às relações híbridas que muitas vezes se estabelecem entre o espaço, o tempo histórico, o género, a viagem e o poder.

Como consequência, muito do nosso conhecimento sobre culturas distantes no tempo e no espaço deve ser encarado como contingente, como o resultado problemático do diálogo inter-subjectivo da tradução e da projecção. A nível discursivo, esse conhecimento está sujeito a uma forma ideológica de abordar questões de representação. Por tal, as micro-políticas da localização subjazem sempre às diversas focalizações, tanto às que aqui foram analisadas, como às que estão presentes em qualquer forma de representar – ou traduzir – uma experiência intercultural⁸⁹⁶. Segundo Boaventura de Sousa Santos, em *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*, o trabalho de tradução incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas e os seus agentes. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica, que consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre si e quais as diferentes respostas que fornecem. Quando incide sobre as práticas, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidades recíprocas entre formas de organização e objectivos de acção. Neste caso, o trabalho de tradução incide sobre os saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades. Tal como sucede com o trabalho de tradução de saberes, o trabalho de tradução das práticas é particularmente importante entre práticas não-hegemónicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca. Pressupõe também o

⁸⁹⁶ CLIFFORD, James, “On ethnographic allegory”, in *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, edited by James Clifford and George Marcus. Berkeley: University of California Press, 1986, p. 109.

inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou prática. Em suma, o trabalho de tradução permite criar sentidos e direcções precários, mas concretos; de curto alcance, mas radicais nos seus objectivos; incertos, mas partilhados⁸⁹⁷.

Cumpriu-se aqui esse objectivo – sem dúvida concreto e radical mas, esperamos nós, também partilhado – ao articularem-se saberes e práticas não-hegemónicas, como aqueles que são traduzidos nas narrativas das mulheres e dos povos colonizados. Uma articulação nascida do inconformismo perante a insuficiente atenção prestada às práticas do quotidiano, às fontes informais e aos saberes de autoria feminina, uma carência gerada por preconceitos epistemológicos e de género, que apenas empobrecem o conhecimento de uma cultura, de uma sociedade e de um período histórico.

⁸⁹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*, pp. 115-25.